

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**NOS CONFINS DOS CHAPADÕES SERTANEJOS: PENSAMENTO
GEOGRÁFICO EM MÁRIO PALMÉRIO**

NAIARA CRISTINA AZEVEDO VINAUD

Uberlândia/MG
2011

NAIARA CRISTINA AZEVEDO VINAUD

***NOS CONFINS DOS CHAPADÕES SERTANEJOS: PENSAMENTO
GEOGRÁFICO EM MÁRIO PALMÉRIO***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e gestão do território.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo.

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V766n Vinaud, Naiara Cristina Azevedo, 1986-
2011 Nos confins dos chapadões sertanejos: pensamento geográfico em Mário
Palmério / Naiara Cristina Azevedo Vinaud. - 2011.
142 f.: il.

Orientadora: Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Palmério, Mário, 1916- - Crítica e interpretação.
Pensamento geográfico - Teses. 3. Geografia na literatura - Teses. I.
Anselmo, Rita de Cássia Martins de Souza. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Naiara Cristina Azevedo Vinaud

**Nos confins dos chapadões sertanejos:
Pensamento geográfico em Mário Palmério**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (IG-UFU) - Orientadora

Profa. Dra. Rogata Soares Del Gaudio Longhi (IGC- UFMG)

Prof. Dr. Túlio Barbosa (IG-UFU)

Resultado: Aprovada com distinção

*Aos meus pais e amigos, com a fé que nos faz
acreditar em tudo outra vez.*

AGRADECIMENTOS

Se no começo era o verbo, o fim pode bem ser um descomeço e vir seguido do delírio do verbo, conforme pontua o escritor Manoel de Barros. Assim acredito ser possível definir a produção deste trabalho: atividade intelectual com um dedo de artística, que exigiu um intenso processo de construção e desconstrução contínuas, no qual, em busca de refinamento, deliraram os verbos, os substantivos, os conceitos e os sujeitos, inclusive a própria autora/mestranda. Agora, ao despontar de certa liberdade, começo a pesar o que mais, ao perder, ganhei.

Perdi noites de sono, tardes de preguiça, momentos importantes com a família e amigos. Por outro lado, ganhei a oportunidade de construir algo meu, solta no mundo, num processo que vai se con-so-li-dan-do. Nem sempre foi fácil ou agradável, mas ainda assim foi bom! Agradeço imensamente àqueles que comigo compartilharam, direta ou indiretamente, esta experiência alegre destinada à eternidade:

Aos meus pais, que sempre, ainda que por caminhos às vezes tortos, demonstram cuidados e amor incondicional.

Às amigas sinceras, Clarice, irmã-canceriana, que me faz acreditar que *tudo vai ser lindo*, revelando sempre “a doçura do verbo viver”; e Caroline, que me faz lembrar que “o amor não é inviável”. Ao afilhado Augusto e ao pequeno Pedro, que, com seus primeiros gestos na estrada da vida, me encheu da felicidade mais pura e tranquilizou meu espírito naturalmente ansioso.

Ao Alécio, alma-gêmea, que mesmo distante, mantém meu coração aquecido. Ao companheiro tricolor Matteus, na certeza de que nessas estações da vida, nos encontraremos vezes mais. Vocês merecem o máximo do bom!

Àqueles que me mostram o quanto é bom viver: Lidiane, Michelly, Junia, Mariah (e JJ), André Freitas, Sílvio Barbosa, Marcus Vinícius, Hélio Carlos, Getúlio, Luiz Fernando, Arlei, Rosi, Flávia, Graziela, Djane e tantos outros de outros tempos. SEUS LINDOS!

Algumas pessoas nos mostram que *os caminhos estão mais abertos do que imaginamos, ainda que pareçam tortos*. Obrigada, Chrystiane Cardoso, por me fazer *escutar os caminhos* e não ter medo de *seguir por eles*.

Aos companheiros do *Núcleo de Pesquisa em Geografia e Memória*: Vinícius, Marco Túlio, Meire, Lucas, Aristides, Fernanda e Ana Rita, que, assim como eu, buscam força e fé para construir-se profissionalmente e pessoalmente. Agradeço especialmente ao amigo Artur, dedicado em tudo e com todos. Sua parceria e ajuda foram fundamentais!

Devo ainda minha gratidão à Maria Cristina Franco Monteiro pelo auxílio imprescindível no descobrir da força literária. Ao professor Mirlei Pereira pela participação na banca de qualificação e ao professor Túlio Barbosa por estar presente na banca de qualificação e na defesa, sempre paciente e cuidadoso em suas considerações. À professora Rogata Longhi pela feliz presença na defesa e pelo incentivo às pesquisas triangulinas. E ainda, aos demais professores e funcionários do Instituto de Geografia da UFU, minha segunda morada desde 2004.

Por fim, agradeço à minha orientadora Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo, que comigo abraçou esta pesquisa, abriu os olhos dos meus olhos (para mim e para os outros) e me fez ver que não se pode esperar, que se deve continuar, caminhar, voar, até aonde se quer.

E se este texto é um descomeço, deixo o agradecimento final à Deus, que nada mais é que a vida. Obrigada!

*“Despojado do que já não há
solto no vazio do que ainda não veio,
minha boca cantará
cantos de alívio pelo que se foi,
cantos de espera pelo que há de vir.”*
(ABREU, 2005).

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a leitura que Mário Palmério efetuou em seus livros *Vila dos Confins*, 1956, e *Chapadão do Bugre*, 1965, sobre a questão nacional a partir do sertão do Triângulo Mineiro. Na esteira dos estudos de Antonio Carlos Robert Moraes esta questão pode ser resumida no dilema da formação do Estado Nacional a partir do seu território, excluindo o povo deste processo. O sertão se constitui como lugar privilegiado para discutir a formação do Estado Nacional, tendo em vista que sempre foi representado como pólo oposto ao litoral, na construção da identidade nacional. As interpretações sobre o sertão ora como berço da nacionalidade autêntica, ora como fator de atraso mudam conforme os interesses das elites políticas. A aproximação da visão de mundo estruturante dos livros de Mário Palmério dá-se com base na investigação de sua biografia, relacionada aos fatos históricos que marcaram a Era Vargas, a administração para o progresso de Juscelino Kubitschek. Interliga-se vida e realizações do escritor com a implantação do capitalismo no Brasil, a partir da Proclamação da República, até o golpe militar de 1964, sob cujo impacto Palmério escreveu *Chapadão do Bugre*. Busca-se nas leituras do sertão presentes desde a carta de Pero Vaz de Caminha até *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, passando pelos *Sertões* de Euclides da Cunha, a tradição na qual se insere a voz de Mario Palmério. Questiona-se o papel dos intelectuais e dos escritores na formação da mentalidade nacional, visto que muitas vezes, eles são cooptados pelas lideranças políticas a fim de legitimar suas propostas ideológicas. A análise dos discursos de Mário Palmério na Câmara dos Deputados contribui para a formação de sua visão-de-mundo sobre o Brasil durante o processo de transição do poder das esferas municipais para esferas mais amplas e com vistas a centralizá-lo na figura de um Estado responsável exclusivo pela definição dos rumos do país. Todas estas análises ensejam a base para a abordagem das obras literárias do autor. Nestas obras buscamos a atitude do autor diante da enorme contradição entre os discursos das elites agrárias e urbanas instaladas no poder com vistas ao lucro e as vantagens pessoais, e o extremo abandono das populações rurais, a que era atribuída a culpa pelo atraso e pelo estado de barbárie que impedia a plena realização do progresso. Encontramos, afinal, o ator comprometido com o desenvolvimento do país, e sua visão de que tal desenvolvimento exigia investimentos para a efetiva melhoria da qualidade de vida das populações.

Palavras-chave: Pensamento geográfico; Formação territorial brasileira; Modernização; Sertão; Mário Palmério.

ABSTRACT

This paper proposal is to analyse the reading Mario Palmerio did in his books *Vila dos Confins*, 1956, and *Chapadão do Bugre*, 1965, on the national issue based on Triângulo Mineiro's hinterland. On Antonio Carlos Robert Moraes' studies tray, this issue can be outlined as the dilemma of the building of a National State only from its territory, excluding people out of the process. Hinterland constitutes itself as a privileged place to discuss the formation of National State, once it has been always figured as the opposing pole to littoral on the building of a national identity. Many interpretations on wilderness, sometimes as the authentic nationhood cradle, sometimes as element of delay, change according political elite interests. Mario Palmerio books' approximation of an structural world view is based on his biography investigation, related to historical facts that characterized the Vargas' Era and Juscelino Kubitschek's administration towards progress. It is stablished an interconnection between the author's life and achievements with the implantation of capitalism in Brazil, starting from the Proclamation of the Republic Day up until 1964's military coup, under which impact Palmerio wrote *Chapadão do Bugre*. It is researched in hinterland's readings, featured since Pero Vaz de Caminha's letter until Graciliano Ramos's *Vidas Secas* and Euclides da Cunha's *Sertões*, the tradition on which Mario Palmerio's voice fits. The role of intellectuals and writers in the formation of a national mind is questioned, considering many times they are coopted by political leaders only to legitimate their ideological proposal. The analysis of Mario Palmerio's speeches on the Chamber of Deputies contribute to the formation of Brazil's worldview during the process of power transition from municipal spheres to wider spheres, aiming to federate it on a Government encharged of the definition of nation's directions. These analysis altogether form the basis to understanding the author's literary work approach. It is seeked on them the author's attitude facing the enormous contradictions between the speeches of agrarian and urban elite groups in power, anger only to get profit and personal gains, and extreme abandonment of rural population, to whom it was regarded all the blame for the delay and barbarism conditions preventing the full realization of progress. We find, at the end, the author committed to the country's development and his approach that such a development called for investments focused on the effective improvement of the population's quality of life.

Keywords: Geographical Thought; Brazilian territorial formation; Modernization; Wilderness; Mário Palmério.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

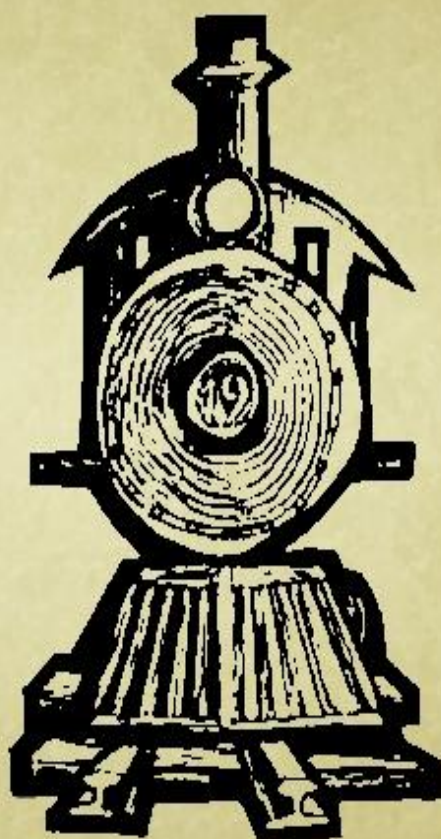
FIGURA 01 – Ilustração de Percy Lau, em <i>Vila dos Confins</i>	12
FIGURA 02 – Mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais	26
FIGURA 03 – Antiga residência, onde nasceu Mário Palmério	37
FIGURA 04 – Sr. Francisco Palmério	38
FIGURA 05 – Família Palmério	38
FIGURA 06 – Mário Palmério e família ao lado de Juscelino Kubitschek	42
FIGURA 07 – Liceu do Triângulo Mineiro, em Uberaba (MG)	43
FIGURA 08 – Mário Palmério ao lado de Getúlio Vargas, em São Borja (RS)	45
FIGURA 09 – Capa da 22ª edição de <i>Vila dos Confins</i>	50
FIGURA 10 – Capa da 10ª edição de <i>Chapadão do Bugre</i>	55
FIGURA 11 – Posse de Palmério na Academia Brasileira de Letras	56
FIGURA 12 – Barco no qual Palmério percorreu os rios da Amazônia	57
FIGURA 13 – Palmério ao lado de funcionárias da UNIUBE	59

NOS CONFINOS DOS CHAPADÕES SERTANEJOS: PENSAMENTO GEOGRÁFICO EM MÁRIO PALMÉRIO

INTRODUÇÃO	2
1. PENSAMENTO E IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS EM OBRAS LITERÁRIAS: MÁRIO PALMÉRIO E A DUALIDADE SERTÃO/LITORAL	7
1.1. Formação territorial brasileira: questões teóricas	14
1.1.1. <i>A identidade pelo território na questão separatista do Triângulo Mineiro</i>	25
1.2. Mário Palmério: voz da modernidade nos sertões triangulinos	36
2. “SERTÕES É MUITOS”	62
2.1. O sertão na Literatura nacional: Breve panorama	62
2.1.1. <i>Os “sertões” de Euclides da Cunha: de raça mestiça a “sertanejo forte”</i>	70
2.1.2. <i>A seca em Graciliano Ramos: o ser-tão “insuportável” dos anos 1930</i>	72
2.2. Do desejo de civilidade ao desejo de modernidade: o sertão em Mário Palmério	75
2.2.1. <i>Os ideais republicanos como pano de fundo para a obra de Mário Palmério</i>	75
2.2.2. <i>O coronelismo: grande “inimigo” da modernidade</i>	78
2.2.3. <i>O rompimento com a ordem oligárquica e o regime burguês no Brasil</i>	85
2.2.4. <i>Vila dos Confins e Chapadão do Bugre: a transformação do sertão em Mário Palmério</i>	87
3. VISÕES DE MUNDO DO INTELECTUAL MÁRIO PALMÉRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE VILA DOS CONFINES E CHAPADÃO DO BUGRE	99
3.1. O sertão em Vila dos Confins: o coronelismo e a imutabilidade das coisas	105
3.1.1. <i>Coronel Francisco de Oliveira Belo</i>	108
3.1.2. <i>Xixi Piriá</i>	111

3.1.3. <i>Deputado Paulo Santos</i>	113
3.2. O sertão em Chapadão do Bugre: a lei do mais forte	118
3.2.1. <i>José de Arimatéia</i>	124
3.2.2. <i>Coronel Américo Barbosa</i>	125
3.2.3. <i>Juíz Damasceno</i>	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Na imbricação destes estudos em que Geografia, Antropologia, História, Sociologia e Literatura conversam sobre a definição da identidade nacional a partir do par espacial sertão/litoral, insere-se o presente estudo sobre os romances de Mário Palmério. A interrogação do espaço como elemento estruturante das formas, posições e deslocamento dos seres é compartilhada por várias áreas do conhecimento. No Brasil, o questionamento sobre o espaço se interliga ao questionamento da definição de nação. Desde o descobrimento, o país é visto a partir de um olhar externo situado no litoral e que se divide ante o deslumbramento por uma natureza exuberante e o temor pelo desconhecido, guardado em terras, chamadas de sertão, que a vista não consegue abarcar.

As tentativas de “dominar” o sertão desconhecido e potencialmente fonte de riquezas deram origem a discursos, que veiculavam ideologias responsáveis por despertar a cobiça, a admiração ou a rejeição. À medida que se estabelece uma sociedade local, o país começa a ser visto também a partir do interior, e traduzido em discursos que idealizam espaço e povo, ou ressaltam contrastes entre litoral e interior, enfatizando o atraso e buscando os responsáveis por tal estado de coisas. A libertação dos escravos e a Proclamação da República mexem com as bases dessa sociedade e colocam o país na rota irreversível do progresso. Os olhos das camadas dirigentes estavam fixos na Europa, que consideravam modelo de civilização, luxo e riqueza. Cumpria colocar o país na rota da modernidade. Neste sentido, o sertão foi eleito causa do atraso do país e objeto de um projeto modernizador que visava integrá-lo ao litoral desenvolvido. Nas palavras de Oliveira (1998, p.197): “O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre os tipos miscigenados portadores da degeneração.”

Os intelectuais, atentos às mudanças mundiais e às demandas locais, julgavam-se incumbidos da missão de além de levar o país ao conhecimento do seu povo, diagnosticar os problemas e propor soluções que colaborassem para fazer do país uma nação.

Mário Palmério produziu seus discursos com base no trânsito pela variedade de áreas dos saberes e fazeres, nas circunstâncias históricas em que viveu e na cultura que lhe forneceu um legado de discursos, literários ou não, sobre o sertão que interroga. A vida do autor, as circunstâncias históricas e o legado cultural são possíveis componentes do sentido dos seus romances.

Tendo em vista as considerações acima, escolhemos analisar a questão nacional a partir das obras literárias *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*, de Mário Palmério. O escritor, embora não muito conhecido, atuou em diversas áreas: professor de Matemática, fundador de escolas e faculdade na cidade de Uberaba, deputado federal, embaixador do Brasil no Paraguai, compositor de guarânias, escritor, pesquisador da Amazônia, fazendeiro no estado do Mato Grosso. Nesta multiplicidade de papéis, Mário Palmério produziu discursos sobre grande diversidade de assuntos, mas que convergiam para um único foco: o Triângulo Mineiro, sua região natal, e o sertão, sua região de afeição.

Pergunta-se às suas sagas contextualizadas nos sertões triangulino-mineiros: O sertão é palco, ambiente, paisagem ou metáfora do Brasil? O sertanejo é bandido, herói, capaz ou incapaz de constituir a nação brasileira? Quais relações predominam entre espaço e povo no cerrado brasileiro? O sertão é condição do atraso do país?

Parte-se da hipótese de que as respostas a essas perguntas exigem uma série de contextualizações. Por isso interroga-se a biografia do autor; o contexto histórico do Brasil com ênfase nos períodos em que os livros foram publicados (1956; 1965); as influências que o mesmo sofreu das orientações intelectuais de seu tempo; os discursos dos intelectuais e dos escritores sobre o sertão; os discursos sobre a formação territorial brasileira de modo geral e sobre o Triângulo Mineiro, em particular. Fundamentando-se nestas estruturas, segue-se a hipótese de que Mário Palmério em suas obras questiona o par ordem x desordem, oculto nos projetos oficiais para justificar, por um lado, o desejo das elites de poder e lucro, e por outro lado, o abandono dos “inimigos internos” à violência.

Duas fontes de discursos compõem a presente pesquisa. O discurso literário próprio das duas obras de Mário Palmério acima mencionadas; e os discursos políticos proferidos pelo escritor na Câmara dos Deputados, fonte preciosa de informações sobre o contexto político do Triângulo Mineiro e do Brasil. Além disso, obras literárias de teor regionalista, e direcionadas a construir imagens do sertão e do Brasil se juntam a nossa proposta de propor reflexões sobre a formação territorial brasileira.

Pode-se dizer ainda que o tema deste trabalho refere-se à formação territorial brasileira à luz das obras literárias de Mário Palmério, ou seja, o mesmo tem como preocupação primordial discutir a constituição de um Estado visto antes como território – espaço físico –. Questionando a eleição do espaço a ser conquistado e explorado como alvo das políticas territoriais, a pesquisa busca contribuir para o avanço da reflexão geográfica no Brasil pautando-se na literatura produzida por um intelectual oriundo das terras a oeste.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No **Capítulo 1**, *Pensamento e Ideologias Geográficas em obras literárias: Mário Palmério e a dualidade sertão/litoral*, discute-se o pensamento geográfico como uma atividade inerente ao ser humano de todas as épocas que busca entender como os espaços se organizam. Tal atividade gera discursos como meio de produção de representações sobre lugares. Discursos estes influenciados pelo contexto no qual surgem e pelas circunstâncias pessoais e históricas do sujeito que os enunciam. Os discursos literários são modalidades do pensamento geográfico nos quais os fatos literários apresentam coerência das relações entre os elementos que os constituem. A estrutura interna das grandes obras justifica-se porque elas são expressões altamente coerentes das atitudes humanas diante dos problemas fundamentais das relações dos homens entre si e com o meio no qual vivem.

Insere-se a vida e obra de Mário Palmério no cenário nacional montado pelo Estado Novo e pela administração de Juscelino Kubitschek (JK), traçando um panorama geral da trajetória histórica até a morte do escritor em 1996. Coloca-se em cena estudiosos da realidade brasileira que elegeram os discursos sobre o sertão em relação ao litoral como elemento estruturante da identidade nacional. Ao mesmo tempo em que se investiga o papel das ideologias geográficas na legitimação das teorias de interpretação da realidade social. Analisa-se, ainda, a formação territorial do Triângulo Mineiro com base nos discursos elaborados para defender a independência da região de Minas Gerais, tendo como justificativa a suficiência dos recursos naturais, sua posição privilegiada, a abundância de águas e o clima ameno. Confirma-se a proposição de que, na construção da identidade nacional, o espaço físico é priorizado em detrimento da população que o valoriza, agregando-lhe valor. A questão que não quer calar refere a um “olhar para dentro”, é a definição do povo com o qual se conta para construir o país.

No **Capítulo 2**, *“Sertões é muitos”*, focaliza-se o sertão como elemento definidor da identidade nacional desde a Carta de Pero Vaz de Caminha. Refletir sobre a trajetória literária da representação do par sertão x litoral é refletir sobre a história da constituição do Brasil enquanto Estado nacional. Passa-se pelas imagens do país criadas pelos cronistas do descobrimento e pelo desejo dos poetas árcades mineiros de imortalizar a pátria inserindo-a na tradição literária. Encontra-se o intelectual ocupado na dupla tarefa de definir-se enquanto buscava definir a pátria, tentando conciliar a dualidade do olhar estrangeiro com o olhar nacional. Difícil era a tarefa de conciliar a educação europeia, que a maioria dos intelectuais recebia, com a realidade nacional, e, ao mesmo tempo, tinha-se a consciência de que a tarefa seria construir a Nação num ambiente majestoso e hostil, marca registrada do povo brasileiro.

Analisa-se o processo de ocupação do território pelos garimpeiros e vaqueiros: a luta para defender o Monte Santo, a retirada do sertão insuportável como última alternativa para tentar a sorte na cidade grande. Insere-se na tradição de pensar a realidade nacional a partir do sertão, a visão crítica de Mário Palmério do momento histórico de transformação da estrutura agrária para a estrutura urbano industrial, em que, mais que confronto e nascimento de uma nova ordem, ocorre a incorporação da ordem oligárquica nas práticas republicanas. A valorização do território continua a nutrir a consciência das elites, que excluem o povo do seu projeto ao modernizar para lucrar. Aqui, revisa-se o coronelismo e suas vertentes regionalistas em contraposição com a república da era Vargas e da administração para o progresso de JK.

No **Capítulo 3**, *Visões de mundo do intelectual Mário Palmério: considerações sobre Vila dos Confins e Chapadão do Bugre*, é focada a transformação do sertão segundo a visão expressa por Mário Palmério nos seus dois livros. A coexistência de ordens que promovem uma contradança ideológica das elites buscando a manutenção do poder pela apropriação da estrutura do poder público, enquanto o povo permanece “abandonado”, de modo que, apesar de sua coragem e determinação, reage aos desmandos dos poderosos com a única estratégia que conhecem: a violência. Também são enfocados: a era burguesa como junção dos interesses das elites agrárias e urbanas e; o papel dos intelectuais, muitas vezes conscientes da profunda injustiça social, mas sem mecanismos de reação, e muita vezes tendo de se aliar ao poder constituído para tentar mudar o sistema de dentro dele mesmo.

Pode-se afirmar, enfim, que a literatura desempenha um papel fundamental para a constituição de uma verdadeira forma de resistência às manifestações das dualidades do poder no Brasil, tão fortemente vinculadas à própria identidade nacional. No caso de Mário Palmério, a *escritura* literária vislumbra perspectivas de superação da condição sertaneja, entendida como sinônimo de atraso e desordem, ao contrário do litoral, moderno e organizado.

CAPÍTULO I:
PENSAMENTO E IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS EM OBRAS LITERÁRIAS:



MÁRIO PALMÉRIO E A DUALIDADE SERTÃO/LITORAL

CAPÍTULO 1

PENSAMENTO GEOGRÁFICO EM OBRAS LITERÁRIAS: MÁRIO PALMÉRIO E A DUALIDADE SERTÃO/LITORAL

O espaço está no centro das investigações de várias áreas do conhecimento, como a Geografia. Segundo Moraes (1988), no pensamento grego clássico havia três concepções de Geografia: 1) ligada às reflexões astronômicas e matemáticas; 2) ligada a uma perspectiva histórica e regional; 3) abordando a relação homem-meio e ecologia. Ou seja, numa mesma época, o rótulo Geografia servia a conteúdos diferentes.

Ao longo do tempo e em todas as sociedades, as pessoas buscaram entender como os lugares se organizam. Os processos de formação e organização do espaço expressam determinantes econômicos, os quais se encontram ligados à tecnologia, à materialidade e à funcionalidade. Estes são os aspectos materiais, relacionados ao processo em que o homem realiza trabalho, garantindo a manutenção de sua existência. No entanto, há também outros “condicionantes”, relacionados à tradição, à simbologia e ao estilo. As concepções, utopias e fantasias, juntamente com as determinações econômicas, geram formas que se materializam em, por exemplo, igrejas e locais de peregrinação e demais espaços de representação.

Na tarefa de explicar o modo como o espaço é construído, deve-se articular estes vários condicionantes no movimento histórico concreto. A historicidade, aqui, une os planos em uma trama, na qual o espaço é uma de suas dimensões. “A paisagem resulta dessa trama (histórica, de múltiplas determinantes) sendo mais que a materialidade da produção imediata na superfície da Terra.” (MORAES, 1988, p.24).

É fato, pois, que na experimentação das formas criadas espacialmente, do uso e ocupação do solo, da distribuição locacional, encontram-se valores, concepções, mentalidades, projeções e intenções de mundo. As leituras e interpretações do espaço produzido são manifestações da consciência e, portanto, produzem lugares. Os lugares, enquanto representações, no universo da cultura e da política, são leituras possíveis da paisagem, discursos veiculados sobre esta paisagem, que revelam uma época, uma cultura e uma consciência do espaço. Abarcando temas diferentes ao longo do tempo, a Geografia se redefiniu recorrendo a várias fontes de conhecimento, que assim como os saberes informais ou do senso comum, compartilham o interesse pelo espaço com a Geografia.

As leituras e reflexões sobre o espaço provenientes de fontes científicas ou não constituem o pensamento geográfico, do qual a Geografia é uma parte. O pensamento geográfico enlaçaria os “significados históricos do rótulo Geografia, suas fontes, as

concepções atuais, e também as reflexões oriundas de outras disciplinas que numa ótica central ou marginal tocassem nos temas do conteúdo atualmente assumido.” (MORAES, 1988, p.31). Portanto, a Literatura se filia como uma representação discursiva que permite o estudo da história do pensamento geográfico, uma vez que se reveste de uma crítica e/ou projeção para a produção e/ou para o ordenamento espacial. Assim, advogando a pertinência do uso de obras literárias nos estudos geográficos, este trabalho tem como proposta mais geral “clarificar” uma nova seara de estudos: a análise da formação dos territórios, sob o suporte metodológico do materialismo histórico e dialético, por meio dos discursos de um literato.

Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. (MORAES, 1988, p.32).

Tem-se que os discursos também expressam uma dada espacialidade e temporalidade e são marcados pelo seio social em que se formaram. Ou ainda que o espaço produzido (e suas representações) “é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem.” (MORAES, 1988, p.15).

Se os discursos são as diferentes formas de representação do espaço, vale conhecer um pouco mais sobre eles. Cleudemar Alves Fernandes (2007) registra que, no senso comum, a palavra “discurso” é usada para dar nome aos pronunciamentos políticos, a textos rebuscados, a pronunciamentos eloquentes, a frases bem pronunciadas. Para a Análise do Discurso, como disciplina científica, o discurso “não é língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística.” (FERNANDES, 2007, p.18).

Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, considera o discurso, pronunciado ou escrito, como “inquietação” produzida entre o desejo do sujeito de permanecer por suas palavras, diante da existência transitória, e a “ordem da lei”, instalada nas instituições com a finalidade de excluir os “poderes e perigos” que a materialidade dos discursos expressa.

As palavras ditas ou escritas são atravessadas por lutas, feridas, dominações e servidões, cujos níveis de “inquietação” devem ser monitorados pelos controles institucionais.

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar - ou talvez o teatro muito provisório - do trabalho que faço: suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é a mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por funções conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2007, p.8-9).

Tendo em vista os estudos de Foucault, os discursos devem ser analisados na sociedade, no tempo, na área de conhecimento em que aparecem. Ou seja, no contexto que torna possível seu aparecimento e sua permanência. O sentido do discurso é relativo às circunstâncias, e muda conforme elas mudam. A crença em uma verdade imutável e universal esconde-se sob as palavras e torna-se um dos mecanismos de desqualificação de outros discursos fora da ordem estabelecida na instituição que os controla.

Em um debate, os sujeitos assumem lugares socioideológicos a respeito de um tema. Por exemplo, os substantivos *ocupação* e *invasão* aparecem em reportagens sobre movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra. Um membro do movimento e os que simpatizam com ele usam *ocupação* para a prática de aproveitar terras improdutivas – num sentido positivo; os proprietários rurais e os que se opõem aos Sem-Terra usam *invasão* para se referir à mesma ação – num sentido negativo. As escolhas de palavras e seu uso revelam a presença de ideologias opostas, revelando diferentes discursos que expressam a posição de grupos sobre um mesmo tema (FERNANDES, 2007).

Do ponto de vista da Análise do Discurso, os sentidos das palavras são produzidos de acordo com a ideologia dos sujeitos, do modo como compreendem a realidade política e social da qual fazem parte. Estudar o discurso é analisar a língua em forma de texto, e as condições histórico-sociais de sua produção. Os conflitos ou diferenças sociais são sinais da convivência de ideologias diferentes; estas, por sua vez, são concepções de mundo de determinados grupos sociais em uma circunstância histórica. A ideologia se materializa na linguagem. O sujeito do discurso é um ser social que produz discursos a partir do lugar social e histórico que ocupa. Nos seus discursos entrecruzam-se diferentes discursos que podem se opor, se negar, se contradizer, por isto se diz que o sujeito é heterogêneo ou polifônico (FERNANDES, 2007).

Nos textos científicos, busca-se “neutralizar” a presença tanto do sujeito que emite a mensagem quanto do seu destinatário, a fim de “purificar” a informação da interferência dos fatores pessoais que possam comprometer sua universalidade e sua necessidade. A informação científica pura pode ser traduzida em leis, a lei da gravidade, por exemplo, cuja

validade e aplicabilidade independem do momento histórico social em que foram enunciadas (VANOYE, 1981).

No estudo dos fatos humanos, entre eles as obras literárias, Lucien Goldmann (1979) assinala que a diferença fundamental em relação às ciências está ou na existência de uma finalidade interna destes fatos ou em sua estrutura significativa. Nas obras literárias imortalizadas pela crítica, existe uma coerência interna, um conjunto de relações necessárias entre os elementos constitutivos, sobretudo entre conteúdo e forma – que são os mais importantes deles –, de tal modo que é impossível o estudo válido de certos elementos e de sua necessidade fora deste conjunto de relações.

Goldmann (1979) explica que a estrutura interna das grandes obras literárias (e também filosóficas e artísticas) reside no fato de serem elas expressões, em alto grau de coerência, de atitudes humanas globais frente a problemas fundamentais que resultam das relações dos homens entre si e com a natureza. Tais atitudes globais, cujo número é limitado, Goldmann (1979) chama de *visões de mundo*.

A obra literária é, como dissemos, a expressão de *uma visão de mundo*, de uma maneira de ver e de sentir um universo concreto de seres e de coisas e o escritor é um homem que encontra uma forma adequada para criar e expressar este universo. Pode ocorrer, entretanto, uma defasagem maior ou menor entre as *intenções conscientes*, as idéias filosóficas, literárias ou políticas do escritor e a maneira *pela qual ele vê e sente* o universo que cria. (GOLDMANN, 1979, p.75).

A presença de uma visão de mundo em uma obra, em uma época determinada, é consequência da situação concreta em que se acham os grupos humanos no transcorrer da história. A coerência estrutural é uma “virtualidade dinâmica no interior dos grupos, uma estrutura significativa para a qual tendem o pensamento, a afetividade e o comportamento dos indivíduos”, mas que só é atingida plenamente por *indivíduos expressivos*, “quando eles coincidem com as tendências do grupo e as levam à sua coerência mais extrema.” (GOLDMANN, 1979, p.94).

A coerência dos elementos da obra exprime uma visão do mundo, por isto “para compreender o significado de um autor é necessário concordar todas as passagens contrárias.” (GOLDMANN, 1979). Enquanto o cientista aposta que a significação está no mundo natural, o pesquisador de obras literárias não pode esperar que a significação seja inerente à estrutura interna destas obras. Não é possível chegar à estrutura interna das obras apenas pelo estudo dos textos, elas precisam ser analisadas em totalidades mais amplas. Goldmann (1979) aplica dois princípios que devem reger os estudos das ciências históricas e sociais: 1) todo fato

humano faz parte de estruturas significativas globais que precisam ser expostas para conhecer sua natureza e significação objetivas; 2) para recortar na realidade um conjunto de fatos que forme tal estrutura significativa, e para separar o essencial do acidental, é preciso inserir os fatos pouco conhecidos numa estrutura mais ampla que os englobe – sendo os conhecimentos provisórios/ pouco conhecidos os elementos da estrutura mais ampla que precisam ser esclarecidos para a formação de sentido da estrutura interna.

A visão de mundo é um fato social para Goldmann (1979), um sistema de pensamento que se impõe a um grupo de homens que se encontram em similares situações econômicas e sociais, ou seja, em classes sociais semelhantes. Os escritores sintonizam-se com ela e a exprimem no plano conceitual ou sensível da linguagem. Para isto, ela já deve existir, ou estar surgindo, mas o meio social onde se desenvolve, a classe social que a expressa, pode não ser aquela em que o escritor passou sua juventude ou boa parte de sua vida. É muito possível que o pensamento do escritor seja influenciado por seu meio imediato, mas esta influência pode ser de adaptação, reação, recusa, revolta, síntese das idéias vindas do mundo imediato com as vindas de lugares distantes. A biografia do autor pode ser muito importante; no entanto, ela deve ser examinada com cuidado, considerando-se que, em uma análise mais profunda, é parcial e secundária.

Para o materialismo histórico, o elemento essencial no estudo da criação literária reside no fato de que a literatura e a filosofia são, em planos diferentes, expressões de uma visão do mundo, *e que as visões do mundo não são fatos individuais, mas sim fatos sociais.* (GOLDMANN, 1979, p.73).

A biografia do autor precisa ser relacionada com o momento histórico em que sua obra aparece e com outros autores que formam a classe dos intelectuais. Antes, ainda, de pesquisar as relações entre uma obra literária e as classes sociais da época em que foi escrita, deve-se, para Goldmann (1979) compreendê-la em sua significação própria e julgá-la enquanto universo concreto de seres e de coisas criado pelo escritor que fala por ela.

Cabem ainda algumas considerações acerca da narrativa literária que podem auxiliar na compreensão dos tipos de discurso. Segundo Gancho (1991), as narrativas literárias se estruturam em cinco elementos: 1) enredo: – fábula, intriga, ação, trama, história –, conjunto dos fatos de uma história; 2) personagens: seres fictícios que fazem as ações; 3) tempo; 4) espaço; 5) narrador: elemento estruturante da narrativa.

Como o espaço tem sido o fio condutor da pesquisa, acrescentaremos mais elementos de sua definição na narrativa. O espaço é o lugar onde se passa a ação. A função deste elemento é situar as ações dos personagens e interagir com eles, seja influenciando suas

atitudes, pensamentos ou emoções, seja recebendo as ações que praticam e o transformam. Assim como os personagens, os espaços podem ser caracterizados mais detalhadamente nas descrições, ou referências a eles podem estar espalhadas na narração. De uma maneira ou de outra pode-se identificar suas características como: *espaço fechado* ou *aberto*, *espaço urbano* ou *rural*. Espaço é usado para dar nome aos lugares físicos onde ocorrem os fatos da história; os lugares psicológicos, sociais, econômicos são designados pelo termo “*ambiente*” (GANCHO, 1991).

O espaço físico do romance *Vila dos Confins*, de Mário Palmério, é *aberto* e *rural*. As ações acontecem no Sertão dos Confins – *vide Figura 01*, “um mundo de chão arenoso e branco.” (PALMÉRIO, 2010, p.21). Tal característica de *aberto* e *rural* se repete em *Chapadão do Bugre*, também de Palmério, e em *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Para fazer um contraponto, o romance *A paixão segundo GH*, de Clarice Lispector, tem como espaço físico predominante um quarto de empregada em um apartamento, situado em uma cidade, vista, quase sempre, da janela deste apartamento.



Figura 01 – Ilustração de Percy Lau, em *Vila dos Confins*, onde se destaca o espaço aberto e rural.
Fonte: PALMÉRIO, 1984.

Ambiente, segundo Gancho (1991), consiste no espaço permeado de características socioeconômicas, morais e psicológicas onde os personagens vivem. Então “ambiente” aproxima tempo e espaço, sendo a junção destes dois elementos mais o “clima”. Este, por sua vez, é o conjunto das condições que situam os personagens quanto às suas condições socioeconômicas, morais, religiosas e psicológicas. As funções do ambiente são: situar os personagens no tempo, no espaço, no grupo social; projetar conflitos vividos pelos personagens; estar em conflito com personagens; dar indícios para o andamento do enredo.

O ambiente de *Vila de Confins* é esboçado na introdução do livro. O autor, ao descrever o espaço físico, vai dando indícios, que funcionam como pistas, das características socioeconômicas, morais e psicológicas do lugar onde os personagens vivem, a partir dos quais é possível ir prevendo o tipo de relacionamento que mantém.

Terra boa mesmo, coisa escassa: mancha ou outra de massapé roxo, de primeiríssima, como os invernadas do Batista, as furnas da família Belo (hoje grande parte nas mãos de um paulista afazendado ali) e a mataria das vertentes da serra do Fundão. E afora as baixadas de terra preta do pessoal dos Correias – gente especial, a Correia – e ralos borrifos de capões de mato, o restinho de cultura são apenas as estreitas tiras de capoeirão que beiradeiam as águas.

[...]

Tirante essas bondades, terra pobre: cerrado de um pelo, de dois, cerrado de três pelos; campos de flechão, membeca, mimoso, capim-sapê. Ah, e a caatinga! (PALMÉRIO, 2010, p.21).

Seguindo estes indícios do autor, o leitor cria uma expectativa a respeito das ações que vão se desenvolver. Já inicia sabendo que as “terras ricas” do Sertão dos Confins têm dono, e que estes donos têm poder porque detém a riqueza de um lugar que em sua maior parte é composto de “terras pobres” e de caatinga. Tem-se também um indício de mudança: as furnas da família Belo foram desmembradas. Estes índices socioeconômicos continuam mexendo com a imaginação do leitor, desejoso de saber que tipo de relação haverá entre os personagens: ‘serão os proprietários das terras boas solidários com os empregados?’ ou ‘como vivem os personagens na caatinga?’, por exemplo. À medida que estas perguntas são respondidas – muitas vezes por outros indícios dados pela descrição do espaço físico – vai-se formando o clima do romance: os personagens em conflito com seu meio; o meio físico refletindo os conflitos dos personagens; o meio físico antecipando o desfecho das ações.

1.1. Formação territorial brasileira: questões teóricas

Entender a formação cultural brasileira a partir dos discursos a respeito do espaço constituiu o objetivo da dissertação de mestrado em Antropologia Social de Candice Vidal e Souza, *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Os textos que mostram a história da conquista e ocupação das terras brasileiras querem convencer-nos sobre nossa identidade com o argumento de que nos sentimos nação desde os primeiros movimentos de deslocamento pelo interior do país. Estas narrativas, contando sobre o nascimento e a permanência da Nação, constroem representações do espaço composto por lugares denominados como *sertão* e *litoral*. Descrevendo o conteúdo físico e humano de cada região, diferencia-se e qualifica-se o conteúdo do próprio país. Uma vez avaliada a paisagem nacional, a conclusão é sempre a mesma: “a certeza de que o país é uma nação incompleta.” (SOUZA, 1997, p.17). O próximo passo dos intelectuais-intérpretes é aconselhar modos de superar esta incompletude para a criação da nação desejada.

A autora considera pensamento social os textos de escritores nativos que se propõem a inventar a Nação por meio do discurso. *Invenção* relaciona-se à construção simbólica, que deve ser desvinculada da idéia de falsidade, para ser assimilada à ideia de “imaginação” e “criação”. O universo da pesquisa constitui-se da Nação imaginada por brasileiros.

Combinando nessa dupla estrutura – histórica e não-histórica –, está posto ao público o conjunto narrativo que imagina o Brasil. Falas sobre a história que ao mesmo tempo extraem do factual representado proposições para a Nação dever ser. Mitos que são também política, os textos considerados nem de longe se querem inocentes. A história que trazem contém aconselhamentos para fazer do Brasil uma melhor nação, receitando normas e modos de fazer vários de como tornar esse um grande povo em uma terra rica e unificada. (SOUZA, 1997, p.20).

São brasileiros interessados, porque preocupados com o futuro do seu país, constituindo uma nova “sociografia” que não descreve apenas por descrever. A ideia do escritor sem segundas intenções procede quando se quer diferenciar a atitude do escritor comprometido com a grandeza de sua nação daquele que vem verificar as potencialidades da terra nova, como emissário de interesses estrangeiros, muitas vezes contrários aos nacionais. A existência destes escritores sociógrafos é um sinal de presença e continuidade do espírito nacional (SOUZA, 1997).

Nos discursos selecionados, a atenção recai sobre o pensamento social que qualifica o espaço físico e social da Nação, e do qual surge a representação do Brasil como lugar onde há

sertão e litoral. Estes dois termos são reconhecidos como “categorias articulantes do discurso construtor da nação”, porque usados repetidamente para “comunicar a formação do Brasil e o sentido geral e permanente da nacionalidade que se processa.” (SOUZA, 1997, p.25). Sertão e litoral, acompanhados de sinônimos, são reconhecidos na posição de componentes estruturais da descrição. São modelos, conjunto de imagens significativas previamente existentes que o escritor ativa quando quer informar e interpretar a paisagem formada nos limites nacionais (SOUZA, 1997).

Diante da ubiquidade de falas sobre sertão e litoral, em expressivos discursos do pensamento social, não há como ignorar a centralidade cultural de tais categorias na formação da representação do Brasil. Quando se estranha a narrativa, concede-se visibilidade a um patrimônio de significados muito pouco desmanchados por serem tão familiares. É como se estivessem em todos os lugares da sociografia, mas, por receberem o véu da cultura, se incorporassem ao léxico corriqueiro de um grupo. Focados esses discursos na mira da sensibilidade etnográfica, logo se revelam pistas decisivas para se aproximar de nossa mítica nacional. (SOUZA, 1997, p.25).

Chegando-se à rede de representações ligadas às categorias de sertão e litoral, pode-se saber onde o *sociógrafo* se coloca para ver a nação. A proposta da pesquisa é rever o produto final da descrição, “o retrato pronto do Brasil”, pulando a etapa que guia tanto para onde olhar, quanto para o modo de ver e registrar o que se mirou. Os temas prefigurados que treinam o olhar devem ser considerados na condição de elementos base da ficção da nacionalidade. “O Brasil é coisa que se imagina com o ajuda da figura de sertão-litoral. Sendo assim, há de ser notado no texto sociográfico o Brasil mapa geo-histórico onde se vão encontrar espaços e modos de viver próprios do sertão ou do litoral.” (SOUZA, 1997, p.27).

Para chegar à representação, conservado a sua natureza enquanto imaginação do mundo, a autora fez suas análises enfatizando a evidência das “representações como representações”, ou seja, como discursos e não como descrições de realidades naturais do espaço brasileiro. Estudiosos direcionados pela cientificidade do discurso consideram o pensamento social como não-científico ou pré-científico, alegando sua fragilidade diante de uma análise objetiva rigorosa. Estas desconfianças procedem quando se busca universalizar interpretações datadas no tempo e no espaço. No mais, não há razão em rejeitar uma proposição de nacionalidade em nome de uma representação mais isenta de patriotismo (SOUZA, 1997).

Ainda segundo Souza (1997), negar a legitimidade do pensamento totalmente fundado nas questões nacionais além de ser uma atitude interpretativa inadequada em relação aos componentes simbólicos – mitos, crenças, valores, concepções, mentalidades, projeções e

intenções de mundo –, desconsidera o escrito nacionalista como representação – visão de mundo constituída por estrutura histórica e não histórica – coerente nela mesma. Mais ainda, revela a falsa presunção de que o discurso científico é o único detentor da verdade. Por conseguinte, interessa a representação; “a consistência interna da sociografia e as ideias formadas sobre o Brasil e seu vazio, deserto de muita terra e poucos brasileiros. Pouco importa questionar a respeito da correspondência ou não desses lugares imaginados com o espaço real.” (SOUZA, 1997, p.31).

Souza (1997) organiza os textos dos informantes em três momentos que “sintetizariam os momentos mais notáveis da sequência *descrição-avaliação-projeção* do Brasil e seu patrimônio sócio-geográfico”. Primeiro, a narração do nascimento do país, quando se iniciam as excursões para a hinterlândia, conquistando o espaço e gerando o povo de feições brasileiras. Segundo, os discursos preocupados, que veem no sertão a origem dos problemas nacionais e apontam o desequilíbrio entre sertão e litoral como legado nacional a ser superado pelo ímpeto civilizatório. Terceiro, o reaparecimento do imaginário de construção do Brasil, na forma da noção de fronteira em movimento: o sertão vazio e deserto como direção do fluxo de renovação econômica e social.

A imagem do Brasil como pátria constituída de “espaços vazios inextinguíveis” é o retrato mais usado para explicar tanto a formação quanto o sentido do país. A constância destes temas, segundo Souza (1997), remete ao pensamento geográfico, conforme definido por Moraes (1988), como o conjunto de representações e discursos que refletem sobre o espaço ocupado.

Nísia Trindade Lima dedicou sua tese de doutorado em sociologia, *Um sertão chamado Brasil*, à discussão do sentido conferido à relação entre litoral e interior, tendo como universo de pesquisa as versões: 1) que valorizam negativamente os sertões, considerados como “espaço da barbárie ou do atraso cultural”; 2) aquelas que os idealizaram como lugar de desenvolvimento da “autêntica nacionalidade”; e 3) as ambivalências acerca deste tipo de representação geográfico-social. (LIMA, 1998, p.14).

O livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é apontado com frequência nos estudos sobre a história da sociologia brasileira como marco de origem da interpretação da sociedade nacional a partir do par sertão/litoral. A expressão criada por Cunha, “estrangeiros na própria terra”, é largamente usada por intelectuais e cientistas, dando conta do incômodo de pensarem como europeus e se sentirem como brasileiros. No Brasil, a representação do processo de *nation-building* apresenta como eixo central a oposição sertão/litoral, que embasa os estudos sobre o homem do interior (sertanejo, caboclo ou caipira). Este homem foi um dos objetos

mais pesquisados por sociólogos, na segunda metade do século XIX, nas três primeiras décadas do século XX e entre os anos 1933 e 1964, fase de institucionalização da sociologia (LIMA, 1999). A abertura das Ciências Sociais para conversar com a História, a Literatura e as várias representações sobre o país, serviu de estímulo à tese da autora.

Para estudar o pensamento social brasileiro, Lima adotou a concepção de Karl Mannheim de *intelligentsia*: “grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo”. (MANNHEIM, 1968, p.38 *apud* LIMA, p.19). Os intelectuais contemporâneos, quando produzem seus textos com frequência, se produzem também como interlocutores legítimos – produzem para si mesmos ou para seus iguais –. Além disso, eles falam de si mesmos ao falarem do mundo, o que provoca a necessidade de ultrapassar a oposição entre texto e contexto, de relativizar sua intencionalidade e racionalidade, de investigar o grau biográfico e de construção social (LIMA, 1999).

O que se admite como realidade é um produto dos discursos. “[...] as crenças comuns sobre a oposição entre textos e realidade simplesmente não se sustentam, pois o passado nos chega em forma de textos e remanescentes textualizados – memória, relatos, escritos publicados, arquivos, monumentos.” (LIMA, 1999, p.20).

A autora propõe uma análise definida sobre a estruturação do discurso sociológico, que tanto é absorvido por seus objetos, quanto absorve ideias vindas do ambiente leigo. Os intelectuais, então, efetuam mais que uma transformação simbólica da realidade, visto que eles elaboram representações (discursos) sobre representações (discursos) que são tomadas como dados da realidade. Propõe também considerar o aspecto processual presente nas interpretações do Brasil, caracterizado pela insistência no contraste entre um pólo atrasado e um pólo moderno e associados metaforicamente às ideias de litoral e de sertão (LIMA, 1999).

As interpretações do sertão convergem para a teoria da existência de “dois Brasis”, conclui Lima, como parte da imaginação social sobre o país, evidenciando mais que a oposição entre moderno/atrasado, mas a “ambivalência dos intelectuais no que toca ao tema da identidade, seja a identidade nacional, seja a própria identidade.” (LIMA, 1999, p.207).

Tal identidade está associada ao dualismo espacial e simbólico do par litoral/sertão, colocado como referência na construção do país. Os *pensadores* da nação sentem-se na condição de estrangeiros, tanto nas referências à sua intelectualidade, quanto a dos sertanejos e classes subalternas em geral. É desta posição de estrangeiro que os intelectuais encaram a sociedade (LIMA, 1999).

Estranhamento e idealização constituem atitudes recorrentes dos intelectuais diante dos homens livres das áreas rurais e do seu código do sertão. Nas primeiras décadas da

República (1889-1920), geólogos, engenheiros, militares e cientistas de instituições de saúde pública, em viagens financiadas pelo Estado, revisaram mapas, estudaram fauna e flora, fizeram registros etnográficos e algumas expedições, até estudaram condições de vida das populações locais. Estes agentes sociais tanto elaboraram interpretações sobre o país, quanto sobre eles mesmos.

Lima (1999) ressalta a importância da campanha pelo saneamento rural, 1916-1920, cujos agentes produziram um discurso científico modificando as teses sobre a inferioridade racial dos brasileiros, em especial dos mestiços, como responsável pelo atraso dos sertões. Os agentes da Campanha mudaram a focalização do atraso atribuindo-o ao abandono dos habitantes do sertão pelas elites políticas e intelectuais que viviam no litoral. Desta versão, Monteiro Lobato criou o ícone Jeca Tatu e suplantou, assim, as representações do sertanejo como um forte (bem adaptado ao meio) pela do sertanejo como um doente. Por outro lado, Jeca Tatu foi eleito como expressão de identidade dos intelectuais que buscavam uma imagem para afirmar a cultura brasileira, e se declararam “caipiras” em oposição à elite alienada.

A partir de 1930, a interpretação da sociedade brasileira é feita também por intelectuais provenientes das grandes universidades brasileiras, ou da cultura institucional. Os contrastes litoral/sertão são associados ao tema da resistência à mudança, mas com predominância do estranhamento em relação às classes subalternas do interior, gerando representações que “guardam muitas vezes nítida semelhança com a imagem de uma sociedade onde só seriam possíveis laços verticais de solidariedade.” (LIMA, 1999, p.209). Uma possível solução para esta solidariedade de cima para baixo, entende Lima, seria uma síntese que superasse a oposição entre academicismo e ideologização, resultando numa ciência engajada que, indo além das fronteiras entre ciência e objeto do conhecimento, possibilitasse aproximar litoral e sertão.

Pode-se vislumbrar na concepção de pensamento geográfico esta síntese quando superando seus limites, a Geografia reconhece que as temáticas ditas geográficas permeiam o universo cultural em diferentes formas discursivas (imprensa, literatura, política, ensaística, pesquisa científica). Tais discursos divulgam valores e certas visões de mundo, acabando por constituir uma *mentalidade* sobre o espaço. “Um *horizonte* espacial, coletivo.” (MORAES, 1988, p.32).

Segundo Moraes (2008), os argumentos geográficos legitimam discursos – teorias de interpretação das realidades nacionais. Estes argumentos desenvolvidos pelos discursos geográficos, segundo o autor “*ideologias geográficas*”, são influenciados pelo lugar, pela sociedade e, em especial, pela época em que foram gerados.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política. (MORAES, 1988, p.44).

Os discursos geográficos são, portanto, relacionais e se configuram como produtos de sínteses espaço-temporais, e não são confinados à esfera política ou às cátedras universitárias. Pelo contrário, toda sociedade produz leituras válidas sobre o espaço, que constituem o pensamento geográfico, e que ajudam a sedimentar visões e valores que formam uma *mentalidade* comum sobre um dado recorte espacial. A imprensa, a literatura, a política, a ensaística, a pesquisa científica são fontes do pensamento geográfico que tanto podem se alinhar aos discursos de um grupo que busca manter-se no poder, como podem estar em conflito com estes discursos.

Integrar as regiões interioranas brasileiras, definidas como o *locus* da barbárie, aos portos litorâneos¹ esteve na primeira ordem dos discursos e na agenda dos governos desde que, nos *fundos territoriais*² do país, passou a ser praticada uma agricultura e uma pecuária que precisava ser escoada para o exterior a fim de gerar divisas. Tais regiões passaram a ser espaços-alvo de projetos modernizantes legitimados enquanto parte de uma obra civilizadora e “[n]este objetivo de modernização, que novamente qualifica o sertão como *locus* do arcaísmo e do atraso. Situação que – na ótica de seus ideólogos – deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território.” (MORAES, 2009, p.97).

Desde o século XVIII, o isolamento das minas, estrategicamente mantido por imensos espaços vazios povoados por índios “ferozes”, a proibição de abrir estradas e as restrições ao povoamento das áreas entre as minas goianas, mineiras e cuiabanas visava, principalmente, evitar o contrabando do ouro e das pedras preciosas ali extraídas.

O Marquês de Pombal, ministro do governo português entre 1750 e 1777, depois de constatar a inferioridade de Portugal em comparação às outras potências europeias,

¹ Pensamos na Ferrovia Norte-Sul projetada para promover a integração nacional, minimizando os custos de transporte de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste às Sul e Sudeste. A integração ferroviária das regiões brasileiras, segundo a VALEC, será o agente uniformizador do crescimento auto-sustentável do país, na medida em que possibilitará a ocupação econômica e social do cerrado. Cf. <<http://www.valec.gov.br>>. Acesso em 2011.

² Os fundos territoriais são formados pelas áreas não devassadas, de conhecimento incerto e mal registradas na cartografia. Trata-se dos “Sertões”, “fronteiras”, “lugares naturais” que na ótica do colonizador são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. (MORAES, 2008, p.69).

considerou que o Brasil era peça indispensável à sobrevivência de seu país. Diante desta constatação, o Marquês elegeu o povoamento do território como medida essencial para protegê-lo da ambição estrangeira. Orientou sua decisão conforme a máxima elaborada por Maxwell, de que: “A população é tudo, muitos milhares de léguas de desertos são inúteis”. (MAXWELL, 1996, p.54 *apud* LOURENÇO, 2002, p.56).

Sob a moldura política oriunda da reorganização pombalina, é possível identificar as grandes “frentes de apropriação territorial” que se desenvolvem na segunda metade do século XVIII. Os processos de apropriação em curso configuraram novas redes de intercâmbio e geraram interesses muito concretos ligados aos vastos “fundos territoriais” disponíveis para os colonos. (MAGNOLI, 2002-2003, p.32).

Três pontos resumiam as orientações do Marquês de Pombal para os seus homens de confiança na colônia: defender as fronteiras, povoá-las e torná-las lucrativas. Estas orientações persistiram por todo o processo de construção do Brasil. O impasse desde a origem foi o povo de que se dispunha para tornar os *desertos* lucrativos. Os índios foram considerados incapazes e sujeitos a tutela, escravidão e extermínio. Os negros, posteriormente, foram desvalorizados por terem se inserido na estrutura social como escravos e por não corresponderem aos modelos europeus de raça *civilizadas* (LOURENÇO, 2002).

Privilegiou-se então um discurso, ou os discursos que defendiam a definição do Estado Nacional por seu território, e pelas possibilidades de torná-lo lucrativo para uma elite preferencialmente branca e livre. Esta elite detentora do poder concentrava-se no litoral ou espalhava-se pontualmente pelo o interior do país, em áreas de produção autônoma e ligadas ao comércio mundial, mas pouco conectadas entre si. Tal “geopolítica” favorecia a descentralização do poder, exercido em imensos latifúndios pelas oligarquias rurais. Quando os ventos republicanos determinaram a necessidade de uma Federação que respondesse pela unidade nacional, as elites se apropriaram do Estado, abrindo mão de privilégios para manter-se no poder. Segundo Moraes (2008), a construção da hegemonia nacional se deu por três vias principais: pela violência, pela ideologia ou pelo uso da violência em nome de uma ideologia.

No Brasil a rígida estratificação social, basicamente constituída de senhores e escravos, até o final do século XIX, privilegiou o uso da violência para a consolidação do Estado. Não se considerava a existência de um povo à altura de ser convencido por discursos ideológicos a participar de um projeto de nação. A identidade nacional, então, assentou-se em bases geográficas, no imenso território que era preciso defender e tornar lucrativo. No entanto, a população mestiça, apesar do abandono, das doenças e da submissão a diversas

formas de violência, foi a responsável imediata pelo trabalho que valorizava a terra, transformando-o.

A imigração, a industrialização e a urbanização, entre o final do século XIX e início do XX, fizeram parte do esforço para inserir o Brasil nas economias capitalistas avançadas à época. “Marchas para o Oeste” foram organizadas para *civilizar* o país, e depois *modernizá-lo*. Então, já havia camadas médias de população – no comércio, na burocracia, operários fabris, nos segmentos de capital interno e externo –; a imprensa e os intelectuais debatiam a “questão nacional” com vigor. Os discursos oficiais elegiam a manutenção da integridade do território como valor supremo a ser perseguido por toda a sociedade (MORAES, 2008).

O discurso que reitera tal projeto é, no império, o do “país a se construir”, e na república o do “país em construção”. O mote imperial é o da *civilização*, brandido pelo Visconde de São Leopoldo na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. A meta da era republicana é a *modernização*, perseguida por Vargas, por Juscelino, e pelos governos militares. O objeto da ação é sempre o território, confundido com o próprio país. (MORAES, 2008, p.139).

Vale destacar o papel imprescindível dos intelectuais nesse movimento, quando o ensino superior estava ainda restrito a apenas três cursos superiores (Engenharia, Medicina e Direito), e o bacharelismo predominava nos discursos produzidos internamente. Aos literatos restava construir, pela literatura, um sentido para a unidade do território e para a identidade nacional. A nacionalidade tinha, nesse contexto, que ser forjada por um discurso que não encontrava eco legítimo entre a “massa” populacional. A literatura serviu, então, de suporte para uma identidade que tinha que ser “inventada” a partir dos anseios da elite “branca”. Na verdade, esse esforço pode ser encontrado desde o processo de independência, ainda no início do século XIX, quando o Romantismo invadiu os textos literários e se estendeu por longo período de nossa história.

O movimento romântico buscava a nossa peculiaridade: com um agudo senso do real, num momento em que, mal saídos da independência, buscávamos nossa afirmação como povo, o romantismo de acordo com os esquemas de pensamento do tempo, insistia no típico e no insólito (...). Outra é a perspectiva da geração seguinte: ela já não quer pôr em relevo o específico nacional, mas integrar-nos na civilização ocidental; compreender nossas diferenças em relação com os países mais adiantados do Ocidente não como uma ‘diferença de natureza’ mas como uma diferença de fase histórica, apreendida segundo o modelo de uma filosofia progressista da história. (BARROS, 1967, p.14 *apud* OLIVEIRA, 1990, p.81).

É nesse sentido que os textos literários ganham importância fundamental na compreensão da construção da formação territorial brasileira. De forma *mediada*, e não

imediate, a literatura foi amalgamando entre a sociedade um sentimento de pertencimento à nação, ou para usar uma expressão de Benedict Anderson (2008), uma *comunidade imaginada*. Esses textos traziam em si o culto a um determinado “caráter nacional”, como defenderia Dante Moreira Leite em *O caráter nacional brasileiro* (2007), obra clássica sobre essa temática. Ainda sobre a força dos textos literários:

Dentre as muitas formas assumidas pelas produções discursivas destaca-se a literatura: configurando-se como uma porção bastante flexível do discurso, ela é o espaço de constante embate entre uma exposição integral do discurso visando reproduzir-se e a infiltração corrosiva de dúvidas e perplexidades. Pela literatura, o “coro dos contentes” também se desafina a partir dos inconformados e dos socialmente mal-ajustados, mostrando-se enquanto um importante campo estratégico para o descortinamento das forças e tensões pertinentes às estruturas sociais. (LEITÃO JÚNIOR, 2010, p.3).

O historiador Nicolau Sevcenko (2003) fala ainda de um espírito missionário que permeou a produção literária brasileira no sentido de que os literatos, para além de sua arte, teriam bem marcada a função de “redimir” o país de sua condição atrasada. A eles estava reservada a tarefa de construir o sentido da nacionalidade e do progresso tão desejado para o Brasil. Para Antônio Cândido:

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. (CÂNDIDO, 1976, p.74).

Sevcenko (2003) construiu uma ponte entre história e literatura ao analisar os primeiros anos da República brasileira à luz das obras de Euclides da Cunha e de Lima Barreto. Implantada a República (1889), os intelectuais elegeram como principais exigências sociais: a atualização da sociedade usando o modelo europeu; a modernização das estruturas da nação com sua integração no mundo; a elevação do nível cultural e material da população. Os meios para atingir estes objetivos eram a “aceleração da atividade nacional”, a “liberalização das iniciativas”, a “democratização” e a “assimilação das doutrinas típicas do materialismo científico”. (SEVCENKO, 2003).

Segundo essa tese, os intelectuais consideravam-se não só agentes das transformações, mas também a condição necessária para seu início e realização. Esta geração de pensadores levou ao utilitarismo intelectual, fenômeno constante, privilegiando somente formas de

criação e reprodução cultural que fossem instrumentos de mudança social (SEVCENKO, 2003).

Ao longo do século XIX, no período do estabelecimento dos Estados nacionais, o conhecimento científico legitimava as marcas específicas do povo (raça, história, tradição, meio, língua, religião, cultura, traços psicológicos, dentre outros). O nacionalismo constituiu o alicerce ideológico a partir do qual se desenvolveu o Estado-nação, justificado pela cultura e auto afirmado pelo militarismo (SEVCENKO, 2003).

A idéia de nação surge, nesse contexto, como problema da equação ocasionada pela divisão econômica, social e política: os problemas fundamentais que se elevam ao Estado referem-se à inclusão generalizada dos habitantes de seu território aos ditames administrativos estatais e à obtenção da lealdade desses mesmos habitantes, pleiteada por ideários inter e intraclasse e por tendências políticas e crenças religiosas antagônicas; a idéia da nação, portanto, surge como o estandarte para a unificação de sociedades bastante fragmentadas social, política, cultural e economicamente. (LEITÃO JÚNIOR, 2010, p.42).

Os intelectuais brasileiros assumiram o papel de guias da nação na direção dos ideais europeus. Consideravam-se os “salvadores da pátria”, capazes de mudar inclusive o curso da história. Tobias Barreto dizia que tínhamos um Estado, não uma nação. Joaquim Nabuco afirmava que, além de não termos uma nação, tínhamos um Estado fraco. O Brasil precisava, então, de reformas nestes dois sentidos: fortalecer o Estado e criar uma nação. Havia uma corrente oposta, defensora do cientificismo e do liberalismo, que bloqueava estas reformas necessárias (SEVCENKO, 2003). A universalização da cultura europeia se deu porque “era o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico.” (SEVCENKO, 2003, p.102).

Evitando posições radicais, os intelectuais brasileiros buscavam composições (meio-termos) salientando, ao mesmo tempo, as virtudes da liberdade de iniciativas e a conveniência da ação centralizadora coercitiva. Esta ambiguidade era a característica mais marcante do período, estando presente em Euclides da Cunha e em Lima Barreto, assim como no regime republicano e oligárquico, e na sociedade liberal e discricionária. O anseio por reformas escondia o medo maior de que o Brasil fosse invadido pelas potências expansionistas e perdesse sua autonomia ou parte do seu território. Neste contexto, políticos, jornalistas, cronistas e escritores, preocupados com os “vazios territoriais brasileiros”, representados pelo sertão, adotaram uma atitude de alarme e defesa, empenhando-se para livrar a nação do medo que, em parte, eles mesmos criaram (SEVCENKO, 2003).

A preocupação em manter a unidade territorial e a autonomia foi responsável por um nacionalismo que buscava não só aplicar o conhecimento europeu, mas também criar um conhecimento sobre o Brasil que tivesse bases científicas. Só este tipo de conhecimento poderia garantir uma administração séria do destino nacional e dar legitimidade ao poder. “A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado.” (MORAES, 2008, p.139).

Entretanto, a necessidade de conhecer o país vai nascer sob o clima de “instabilidade e indefinição” que predominou na decadência do Império e na consolidação da República. Este clima refletiu-se nos textos literários como uma “sensação de fluidez e de falta de pontos fixos de referência”. (SEVCENKO, 2003, p.106).

Sem uma política forte e objetivos claros, o nacionalismo brasileiro seguiu duas direções: a simplista minimizava os problemas do presente e fazia da sensação de inferioridade um mito de superioridade encarnado na ideologia do país novo, e em imagens como a do gigante adormecido destinado a grandes glórias futuras. A outra requeria um estudo objetivo da realidade do país, para conhecer suas características, processos, tendências e fazer um diagnóstico que levasse a uma ordem na desordem presente, ou a metas mais ou menos claras que permitissem avaliar o futuro. Aí se buscava eleger um tipo étnico para representar o país e ser a referência em torno da qual se pudesse debater a realidade nacional.

Sem esperanças no presente, almejava-se alguma luz no futuro. O estudo da realidade brasileira era a busca de um ponto de apoio. Os estudiosos usavam, no entanto, referencial intelectual incapaz de resolver os dilemas a que era aplicado, porque tal referencial havia sido produzido na própria crise em que viviam. Além disto, os intelectuais não foram reconhecidos como líderes e guias da nação em direção às reformas propostas tais quais pretendiam. A modernização aconteceu, segundo Sevcenko (2003), mas os intelectuais foram julgados totalmente desnecessários neste processo. O utilitarismo dos escritores foi considerado inútil.

A República, pela qual os intelectuais ansiavam, implantou-se no Brasil pondo fogo em disputas políticas e, ao mesmo tempo, pondo em destaque a falta de objetivos, de ideologia, a corrupção e a incapacidade técnico-administrativa. Os intelectuais opuseram-se a esta forma tão ineficiente de república, mas foram calados sob acusações de serem antissociais e “perniciosos”. O momento, ainda segundo Sevcenko (2003), era de “imbecilidade triunfante”, pois eram valorizados os aventureiros, oportunistas e aqueles que desejam vencer na vida a qualquer preço.

Vale ressaltar que não havia público em número suficiente para ler e dar respaldo ao trabalho, às críticas e às propostas dos intelectuais (a edição satisfatória para um livro de poesia era de 1000 exemplares; um livro de sucesso vendia 4000 cópias no Brasil, enquanto na França, Emile Zola – autor do livro *O Germinal* – vendia, em média, 14 mil livros). O jornal era o meio de comunicação mais lido pela nascente classe média – comerciantes, profissionais liberais, militares, funcionários públicos, políticos –. Diante da indiferença do público, os escritores passaram a desconsiderá-lo, e se isolaram na marginalidade e na miséria. Aluísio Azevedo (*apud* SEVCENKO, 2003, p.114) desabafou: “Decididamente é melhor ser calceteiro ou condutor de bonde do que um homem de letras em um país como este.” A trajetória dos intelectuais utilitários, primeiro num pequeno grupo de “eremitas”, depois de “indigentes”, os conduziu a um distanciamento da realidade e a um olhar crítico sobre os poderosos. Queriam desempenhar seu papel revisando o passado brasileiro e buscando possibilidades futuras.

As observações de Sevcenko são corroboradas por Machado (2001), segundo a qual o Brasil experimentou, aproximadamente entre 1871 e a Revolução de 1930, uma redefinição da identidade nacional, provocada pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, pelo aprofundamento das diferenças econômicas e sociais entre as regiões, pela República e pelo deslocamento do mercado consumidor dos produtos brasileiros da Europa para os Estados Unidos. Mudanças que os historiadores costumam indicar como marcos de um “projeto de modernização”, gerado por um grupo muito restrito da população e interpretado por um grupo igualmente restrito de intelectuais.

1.1.1. A identidade pelo território na questão separatista do Triângulo Mineiro

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide o estado de Minas Gerais em doze mesorregiões e sessenta e seis microrregiões, que englobam os oitocentos e cinquenta e três municípios que compõem o estado – *vide Figura 02*. Dentre estas mesorregiões, encontra-se a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, dividida em sete microrregiões (Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá) e somando sessenta e seis municípios.

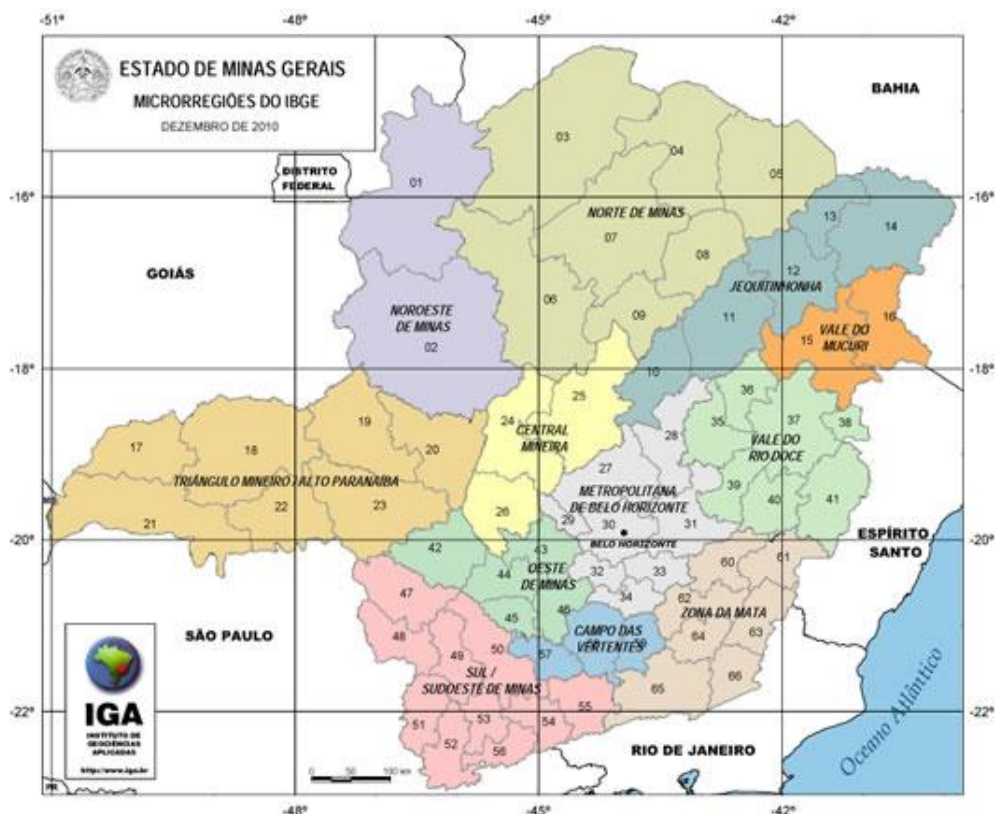


Figura 02 – Mesorregiões e microrregiões do estado de Minas Gerais.

Fonte: Governo de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.mg.gov.br> >. Acesso em Mar. de 2011.

Os estudos da divisão regional se iniciaram em 1941, com o objetivo de chegar a uma divisão uniforme que permitisse divulgar estatísticas sobre o Brasil. Em 1942, foi aprovada a primeira divisão do Brasil em regiões (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro- Oeste). Para se chegar às atuais mesorregiões, fixadas para cada Unidade da Federação, seguiu-se o seguinte critério: “processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.” (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

O Triângulo Mineiro localiza-se na região mais ocidental do estado de Minas Gerais, constituindo, para Lourenço (2002), o caminho de automóvel mais curto de Brasília a São Paulo. A mesorregião limita-se ao norte com Goiás, ao sul com São Paulo e a oeste com Mato Grosso e caracteriza-se por ser um local de passagem entre o Brasil Central e o Sudeste.

A característica mais marcante da região, no entanto, talvez seja o anseio de emancipação, que periodicamente reacende os debates sobre a criação do Estado do Triângulo. O estado de Minas Gerais é o quarto maior em extensão, depois dos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, com cerca de 586.523 quilômetros quadrados (6,9% do território nacional), segundo dados do Governo de Minas Gerais. Além disto, supera a área de

vários países do mundo. A população de Minas Gerais, de acordo com o Portal do Governo, de 20.033.665 milhões de habitantes (10% do total nacional), a segunda do país, distribuída em 853 municípios.

O Estado de Minas Gerais, devido a sua extensão e população, apresenta uma enorme diversidade física, econômica e social. A distância da capital em relação a algumas cidades pode ser um obstáculo à integração de sua economia e à ação governamental, retardando seu crescimento. Seria este o caso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que abrigam mais de dois milhões de habitantes, ou seja, 11% da população do Estado. A região responde por 16,3% do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais, mas, segundo a proposta orçamentária do Estado para 2008, receberia apenas 7% dos investimentos estatais.

Os principais argumentos listados para defender a emancipação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são: a “injustiça” na distribuição de recursos gerados no Triângulo, mas usados para custear o desenvolvimento de outras regiões de Minas e; os critérios políticos que privilegiam a alocação de recursos para investimentos na região metropolitana, sem consideração pelo desenvolvimento harmonioso do Estado.

Rogata Longhi (1998) analisou os discursos dos mineiros e dos triangulinos, usados em 1988, para manifestarem-se os primeiros contra e os segundos a favor do movimento separatista. Este movimento aconteceu durante a realização da Assembleia Constituinte, que ensejou o momento favorável à proposta de criação do Estado do Triângulo. A determinação dos “separatistas” chocou-se com o firme propósito dos “mineiros” de preservar a integridade territorial do Estado, por meio do resgate da mineiridade. Argumentaram estes últimos, com a força da identidade regional construída por representantes ilustres nas artes – Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Milton Nascimento –, e na política – Tiradentes, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves. Usaram a extensão e a diversidade do território mineiro para projetar a imagem de Minas Gerais como “síntese da nacionalidade”, ou seja, o Estado capaz de abrigar e conciliar diferenças. Argumentaram que, sob o aspecto econômico, a divisão aumentaria os gastos do novo Estado, levando-o a uma posição sem destaque no ranking nacional – 14º no PIB e 15º em arrecadação de ICMS – (LONGHI, 1998). Sugeriram, ainda, que a desarticulação territorial de Minas comprometeria a própria organização territorial do Brasil.

Os separatistas, por sua vez, buscaram na história da formação do Triângulo Mineiro suas origens vinculadas aos Estados de São Paulo – “capacidade de trabalho”, “determinação de abrir fronteiras” –, de Goiás – “sentimento de brasilidade” –, e de Minas Gerais – “espírito indomável de liberdade” –; as diferenças geográficas – as montanhas de Minas e os chapadões

e campos do Triângulo –; sua colocação estratégica de ligação norte-sul, leste-oeste do Brasil (LONGHI, 1998).

Longhi (1988) avalia que a posição geográfica privilegiada do Triângulo Mineiro e sua proximidade com São Paulo criaram condições favoráveis ao enriquecimento inicial da região, a que se somaram outros fatores.

As inversões de capital realizadas na região a partir da construção de Brasília, os investimentos em tecnologia agrícola – através do Prodecir (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) – potencializaram historicamente esta acumulação. Associados a estes fatores econômicos, encontramos na região rios caudalosos, volumosos, de planalto, próximos a um mercado consumidor de energia em expansão, solos ou naturalmente férteis ou passíveis de cultivo, clima ameno e recursos minerais estratégicos tanto para a indústria (nióbio e titânio) quanto para a agricultura (fosfatos). Temos assim as condições históricas e espaciais que alçaram o Triângulo e o Alto Paranaíba a uma posição de destaque tanto no contexto estadual quanto nacional. Some-se a isto a existência de elites que se preocuparam em retornar investimentos para aumentar o potencial de acumulação e alguns dos melhores indicadores sociais de Minas Gerais e do Sudeste. Encontramos desse modo, as justificativas tanto para o desejo de emancipação, quanto para a luta pela integridade territorial do Estado. (LONGHI, 1998, p.122).

Embora o movimento separatista de 1988 não tenha atingido o objetivo de criar o Estado do Triângulo, e os debates tenham se restringido, predominantemente, às elites, provocou reavaliações da questão territorial sob o ponto de vista ideológico. No final das contas, o que estava em jogo não era só o desmembramento de uma parte material de Minas Gerais, mas a própria identidade dos mineiros. O território foi, literalmente, o solo comum onde mineiros pleiteavam afirmar a mineiridade, enquanto triangulinos pleiteavam negá-la para construir sua imagem singular. Houve ganhos individuais, na avaliação de Rogata Longhi (1998): alguns líderes do movimento alcançaram projeção política no estado e fora dele; ampliou-se o acesso de alguns participantes a cargos estaduais e regionais. E houve ganhos para a região: a liberação de verbas para o término da Usina de Nova Ponte e para a duplicação da BR-050.

A emancipação do Triângulo Mineiro foi uma das bandeiras levantadas por Mário Palmério. Discursando (28/6/51) no Congresso Nacional, o deputado federal comenta o “destaque invulgar” que a imprensa, em especial da capital de São Paulo e de Belo Horizonte, estavam conferindo ao que chamavam, indevidamente, na opinião de Mário Palmério, de “movimento separatista”. Esclarece ser o Triângulo Mineiro a região limitada pelos rios Grande e Paranaíba, medindo cerca de 92.000 quilômetros quadrados e abrigando uma população de aproximadamente 900.000 habitantes em 38 municípios. Fica claro que o Alto

Paranaíba ainda não era considerado na mesorregião, visto que, atualmente, ela é composta por 66 municípios.

O discurso rebate matéria publicada no jornal *Correio da Manhã*, em que o “separatismo” é inicialmente criticado pelas palavras de ordem usadas por seus defensores (“Liberdade!”, “Tudo pelo país!”). O autor da matéria refere-se à linguagem dos revolucionários como coisa do passado, “peça de museu”, revivificado, naquele ano de 1951, no “país infelizmente escravizado em que se adora o zebu: o Triângulo Mineiro”. A seguir, o autor da matéria, contrário ao movimento separatista, deixa bem claro que o considera ridículo e perigoso.

Êsse movimento, que encontra surpreendente eco jornalístico na capital do país, não é apenas ridículo. Além de ser capaz de incentivar movimentos semelhantes em outros pontos do país, semeando novas inquietações, de que não sentíamos falta, o separatismo “triangulino” é perigoso do ponto de vista econômico: o Estado de Minas Gerais ficaria mutilado, talvez mortalmente ferido; por outro lado, o novo Estado da Federação seria apenas um apêndice de certo setor da economia paulista, entregue ao bel-prazer, de quem deseja manobrá-lo para fins que não tem nada com a agropecuária em geral e a criação de zebu em particular. Quem seriam esses “estrangeiros”? (PALMÉRIO, 2005[1951], p.14).

Mário Palmério declara sua origem no Triângulo Mineiro, seu conhecimento “palmo a palmo” da região e sua posição totalmente favorável à emancipação. Afirma a seriedade do movimento, que existe há 60 ou 70 anos, e tem previsão constitucional, além de ser viável de acordo com trabalho publicado pelo IBGE, em 1938. Refuta a existência de interesses paulistas, enfatizando uma série de qualidades presentes na região que respaldam o objetivo de se reger como território autônomo.

Senhor Presidente, há, naquela região, diversas coincidências interessantes. Lá, cria-se o zebú (sic), o tão acusado zebu (sic), mas que todos sabemos ser a salvação da pecuária nacional. Peço para isto o testemunho dos criadores do Norte do país, dos criadores de Goiás, de Mato Grosso e dos de todas as zonas territoriais brasileiras de clima inóspito, tropical as quais, sem o zebu (sic) não teriam pecuária. Há a coincidência de possuir larga faixa de terras de cultura que podem ser consideradas como as das melhores do mundo... Há o potencial hidro-elétrico poderosíssimo... Há sua (sic) cidades altamente progressistas (sic)... (PALMÉRIO, 2005[1951], p.16).

Na mesma sessão, o deputado federal Rondon Pacheco manifesta-se como “filho” do Triângulo Mineiro e deputado eleito com maior número de votos, contrário à emancipação. Avalia que o Triângulo encontra-se insatisfeito devido à pouca atenção que recebe do governo mineiro, apesar de seus merecimentos. Tal problema, sugere Rondon Pacheco, seria corrigido por uma integração maior entre Minas e Triângulo, não pela separação. Surge também o

aparte do deputado Guilherme de Andrade para dizer que, embora o prefeito de Uberaba seja da mesma legenda de Mário Palmério, declarou-se contrário à emancipação.

A retomada periódica dos debates sobre a criação do Estado do Triângulo tem vários méritos: a definição da identidade dos “mineiros” e dos “triangulinos” se mantém sempre em pauta, sendo redefinida ou afirmada pela atualização de estatísticas sobre desempenhos econômicos, ambientais e sociais. As pessoas são induzidas a se posicionar sobre a questão, mesmo que seja no intuito de revelar interesses de indivíduos ou grupos que se escondam sobre a bandeira do “tudo pelo país”. Existe a oferta constante de informações para embasar argumentos históricos, dentre outros. Pode-se acompanhar a formação territorial do Triângulo Mineiro e de Minas Gerais nos documentos gerados a partir da tomada de posição dos atores envolvidos no movimento.

É possível perceber nos discursos sobre a criação do estado do Triângulo Mineiro como a representação e a consciência do espaço se processam, misturando os três níveis listados por Moraes (2008). O primeiro nível, o do “horizonte geográfico”, diz respeito ao campo da geografia “espontânea”; seu objeto de análise é o conhecimento vindo do senso comum, as ideias e representações do “espaço vivido” e das informações geográficas do indivíduo comum. O segundo nível, o do “pensamento geográfico”, diz respeito aos discursos escritos do saber culto sobre o espaço e a superfície da terra; seu objeto de análise são as representações literárias, filosóficas e científicas de caráter sistêmico e normativo da consciência do espaço terrestre. O terceiro nível, o das “ideologias geográficas”, diz respeito às representações com uma tendência política explícita, seja orientada para a produção do espaço material, seja referida à construção de juízos e valores que dão forma às modalidades de consciência sobre o tema.

Mário Palmério, em discurso de 1952, (4/5/52) já alertava que o tema da emancipação do Triângulo Mineiro seria explorado nas eleições de 1950 por pessoas ou grupos visando tão somente o “benefício próprio”, enquanto o propósito defendido por políticos legítimos e comprometidos com a região era o de:

[...] encontrar soluções mais eficientes para os angustiosos problemas em que se debatem e asfixiam os trabalhadores e, de um modo geral, o povo do Triângulo Mineiro, que, por ser uma das mais adiantadas e progressistas regiões do país, nem por isso deixa de passar pelas dificuldades que assoberbam a nação brasileira. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.41).

Determinado a persuadir seus pares no Congresso³, Mário Palmério usa argumentos baseados no pensamento geográfico quando cita “vultos eminentes de nossa história, sinceros patriotas e profundos conhecedores de nossa realidade social.”

Colhemos, no magnífico livro de Oclécio Barbosa Martins, “Pela Defesa Nacional”, trechos que subsidiam valiosamente a longa história do movimento pró-Redivisão Territorial Brasileira.

“Entre os múltiplos problemas que, há mais de um século, têm preocupado os nossos grandes homens públicos – estadistas, políticos, pensadores, estudiosos – sempre foi objeto de sérias cogitações o reajustamento dos quadros territoriais (sic) dos Estados como primeiro passo para a solução de nossos problemas fundamentais, como sejam os de transporte, os de saneamento, os de educação”.

“Homens da estatura de Varnhagem, Bernardo da Veiga, Pimenta Bueno, Fausto de Souza, Cândido Mendes e vários outros pugnaram por um reajustamento nas extensões territoriais das antigas províncias”. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.43).

Os argumentos baseados nas ideias e representações do espaço, componentes do “horizonte geográfico”, são uma constante nos discursos de Mário Palmério. Ele fala a partir de sua experiência pessoal: alguém que nasceu no Triângulo Mineiro, que conhece a região e as aspirações do povo. “Fiz uma campanha eleitoral de 13 meses, conheço posso dizer à Casa, palmo a palmo aquela região. Visitei, por diversas vezes, todas as suas cidades, fui a todos os seus lugares e pude conviver de perto com seus habitantes.” (PALMÉRIO, 2005[1952], p.15).

Todo o movimento de emancipação do Triângulo Mineiro é de caráter predominantemente político; assim, as *ideologias geográficas* estão presentes nos discursos, orientando no caso para a redefinição do território mineiro, com alta veiculação de juízos e valores. Em um único pronunciamento, busca-se convencer mediante a experiência vivida, mediante representações buscadas em fontes conceituadas e mediante argumentos de caráter sentimental em que o envolvimento do autor extrapola qualquer lógica para chegar diretamente à emoção do ouvinte. Mario Palmério lê, no Congresso, carta e memorial do irmão, Félix Palmério, – “agrimensor e advogado, conhecedor profundo da história de nossa região.” (PALMÉRIO, 2005[1952], p.45). A análise desta carta daria argumento para um trabalho de fôlego sobre representação e consciência do espaço. Há farta argumentação histórica, entrelaçada com relatos de experiência e com veiculação de valores.

Denomina-se “Triângulo Mineiro”, a rica mesopotâmia do Brasil Central, tendo, ao Norte, o Rio Paranaíba na divisa com Goiás, e, ao Sul, o Rio Grande na divisa com São Paulo; é fechada, ao oriente, pelo divisor das águas do rio S. Francisco, constituído por um mesmo prolongamento de serras, com os nomes atuais mais

³ Os discursos parlamentares começaram a ser gravados e transmitidos pela Rádio Tupi do Rio Janeiro em maio de 1952. Na sessão de 13/12/52, Mário Palmério elogia os trabalhos desta Rádio, ao mesmo tempo em que informa da existência de aparelhos de rádio em quase todos os barracos das favelas do Rio de Janeiro, e em todos os municípios que visitou.

definidos de Canastra e Mata da Corda que Saint Hilaire sugerira chamar-se, todo esse divisor por Serra São Francisco e Paranaíba, dadas as confusões que se, faziam, antigamente, a respeito de lugares. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.46).

A denominação do Triângulo Mineiro como “mesopotâmia”, por exemplo, é uma imagem rica de significados que remete às representações do Jardim do Éden situado entre dois rios. A seguir argumentos históricos se misturam com lendas.

Historicamente este território era integrante da Capitania de Goiás, desmembrada de S. Paulo, no qual tinham sido criados pelo Governo de diata (sic) Capitania de Goiás, os dois julgados de Araxá e Desemboque. Ambos esses julgados e os seus respectivos territórios, isto é, todo o Triângulo, passaram para a jurisdição da Capitania de Minas Gerais pelo Alvará de 4 de abril de 1816. É muito conhecida a história dessa transferência e quem quiser saber pormenores poderá, por exemplo, ler o interessante artigo da recém-falecida escritora Ignez Mariz, publicado em “Eu Sei de Tudo”, e transcrito na última edição (1951) do suplemento anual da Revista Zebu, denominado “Livro Azul”, que se publica em Uberaba. [...]

Em resumo, a transferência injusta e, mesmo naquele tempo, sem nenhuma utilidade, foi motivada pela história amorosa que a escritora denominou de “grossa patifaria” de um muito culto, ilustre e casado Ouvidor de Goiás com uma mocinha que morava naquele tempo em Araxá, e que ficou depois conhecida como Dona Beija. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.46-7).

A representação do Triângulo Mineiro como Éden volta a ser usada como veículo poderoso de valores e juízo: a melhor terra do mundo deve constituir um território independente.

O Território triangulino tem uma superfície aproximada de 85 a 90 mil quilômetros quadrados, com uma população de cerca de 800 mil habitantes, não será um grande estado, tendo em vista as proporções de nossa Pátria, mas com razão estarão satisfeitiíssimos com esse quinhão porque dificilmente se encontrará, na superfície do planeta que habitamos, área igual que contenha, ao mesmo tempo, os mesmos fatores para o progresso, grandeza e felicidade de um povo. Nele se contem os melhores diamantes do mundo, as terras mais férteis do mundo, as melhores águas minerais do mundo e tem ferro, tem níquel, tem apatita esem (sic) dúvida muitas coisas mais ainda desconhecidas, que irão aparecendo com o tempo. Águas abundantes, clima maravilhoso, matas e campos de criação onde já pastam os melhores rebanhos zebuínos do mundo e tudo isso rodeado pelos dois caudalosos rios com grandes cachoeiras num e n’outro, como também nos seus afluentes, com um potencial energético já mais ou menos conhecido, que poderão constatar no referido “Livro Azul”, página 8, e, principalmente, no belo trabalho do ilustre engenheiro, Dr. Lucas Lopes, ex-Secretário da Viação do Estado de Minas Gerais. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.52-53).

Os discursos enfatizam a tendência de construir a identidade do Triângulo por seu território. O que define o território, para Moraes (2008), é o seu uso social. Não há território sem um grupo humano ocupando e explorando o espaço. Percebe-se, nos discursos, a valorização da relação mais elementar da sociedade com o espaço: a apropriação dos meios

naturais, em que a superfície terrestre é vista como celeiro dos meios de subsistência e trabalho. Há referência às novas qualidades e às novas relações produzidas com a transformação dos meios naturais: a criação do zebu. Há também referência à reapropriação dos meios naturais para a produção de uma segunda natureza.

Neste nível são citadas ora as realizações (“cidades altamente progressistas”), ora os problemas fundamentais (“como sejam os de transporte, os de saneamento, os de educação”). Resta muito claro que o fator principal de valorização do território são seus recursos naturais, – seu potencial de exploração – em detrimento do seu povo.

A constituição da identidade por argumentos geográficos, de acordo com Moraes (2008), é típica dos países de formação colonial. Neles, a história muitas vezes é incômoda, por isto se recorre ao território – enquanto espaço físico – a fim de construir ideologicamente as identidades regionais. O processo de formação dos países coloniais se desenvolveu pela conquista de espaços que eram anexados ao patrimônio do colonizador. Nas sociedades desiguais, os laços de identidade são gerados por diferenciação: há escravos e há homens livres. O compadrio é o principal destes laços que une proprietários e trabalhadores livres e exclui o resto. Na base do compadrio se estruturaram redes de relações ou clientelas, alimentando-se de favores e obrigações, girando sobre a figura central do coronel.

Nos países de formação colonial, o Estado busca legitimação em teorias conservadoras e autoritárias: racismo, determinismo geográfico etc. Este tipo de Estado pode ser territorial, mas não nacional. No Brasil, o Estado nacional se formou sobre um pacto que amarrava as elites das diversas regiões, incorporadas no novo território, segundo um compromisso político comum, cujo fundamento era a reprodução do poder de mando destas elites sobre seus espaços de dominação, sem nenhuma transformação na estrutura social (MORAES, 2008).

Proclamada a independência, as elites brasileiras iniciaram um Estado que dispunha de um imenso território, formado de enormes espaços ainda não plenamente ocupados pela economia nacional, habitado por uma população escassa e dividido pela escravidão. Havia um território a ocupar, um Estado em construção e uma população diferente daquela proposta na ideia de nação que os países europeus divulgavam como modelo. O Brasil então se identifica como um território, não como um povo (MORAES, 2008).

Na raiz do pacto oligárquico firmado entre as elites regionais, estava o controle da terra, do trabalho e a expansão física da economia nacional.

Construir o país é o mote ideológico que orienta um projeto nacional que, atravessando diferentes conjunturas e distintos atores políticos, firma-se como uma das metas hegemônicas na história do império brasileiro. A eficácia de tal ideologia

advém do fato de agregar num mesmo enunciado um conjunto de valores caros às elites, entre eles a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, valor supremo justificador de qualquer ação estatal. (MORAES, 2008, p.93).

Os debates sobre o povo de que se dispunha para construir o país se estendem do século XIX ao início do século XX. O povo era o problema que forneceu argumento para a política de branqueamento da população, mediante a imigração. Os movimentos populares eram reprimidos sob a alegação de serem separatistas e antinacionais. Exigia-se sacrifícios para a construção de um futuro glorioso.

A partir dos anos de 1930, principalmente, o cientificismo passou a se constituir no padrão de interpretação do Brasil. A palavra de ordem era então “modernização”. Segundo Moraes (2008): “modernizar era reorganizar e ocupar o espaço, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação.” (MORAES, 2008, p.96). Getúlio Vargas, no Estado Novo, adequou o Estado, criando órgãos, programas e normas, dedicados à execução das políticas territoriais. A integridade do território serviu de mote para manter o povo sobre extrema tutela.

Na era Vargas, a hinterlândia foi concebida como coração da brasilidade. A Marcha para o Oeste organizou-se sob a bandeira de uma segunda conquista de caráter modernizador. Há de se destacar que, as novas terras foram incorporadas com o uso da violência, característica das frentes pioneiras.

Ocorreu, ainda, sob o comando de Getúlio Vargas, a primeira regionalização oficial do Brasil. O governo central, através do IBGE, definiu como subdividir o espaço para chegar às regiões. Brasilidade, na definição de Vargas, era o somatório de culturas regionais, o que estimulou uma onda de construção de identidades e a criação de tradições em diferentes partes do território como manobra de acesso das elites locais ao projeto de construção do Brasil moderno (MORAES, 2008).

Nos anos de 1950, a questão regional foi revista no contexto do pensamento progressista pós-guerra. O projeto nacional previa a superação das desigualdades regionais em nome do desenvolvimento homogêneo dos lugares. O sertão foi escolhido como foco do atraso e a barbárie, onde o Estado deveria intervir para construir o país, impondo a vida moderna.

O governo Juscelino Kubistchek e o Plano de Metas, conforme Moraes (2008), expressam um momento de total ajuste entre as ideologias geográficas e as políticas territoriais do Estado. O discurso e a realização física das metas foram guiados pela missão

estatal de construir o país mediante a produção de um espaço ímpar na história brasileira. Interiorização da capital e extenso plano viário completaram, no interior, o esforço industrializante gasto nas áreas centrais. Nestas circunstâncias, foram construídas as bases físicas do mercado nacional. As regiões adquiriram suas feições como objetos de intervenção do Estado, e o planejamento regional acontecia como instrumento principal da modernização do país. A ideia de “povo” tornou-se integrante da discussão sobre identidade nacional, “defendendo a tese de que a ‘fatalidade’ geográfica do meio tropical podia ser superada pelo aprimoramento das qualidades da população.” (MACHADO, 2001, p.329).

O Golpe de 1964, na avaliação de Moraes (2008), recolocou, no primeiro plano da esfera estatal, a identificação do Brasil com seu território. A Doutrina de Segurança Nacional, fundamento do Golpe, qualificou o cidadão brasileiro contrário à ditadura como “inimigo interno”, e, portanto, uma ameaça à integridade e a soberania do país. O lema do governo militar, “integração nacional”, foi uma versão modificada da velha ideologia da construção do Brasil por um Estado forte. Os espaços de fronteira no Centro-Oeste e Amazônia eram alvo da política integradora. A visão centrada no território levou à criação do Ministério do Interior, que absorveu as mais variadas agências – INCRA, FUNAI, BNH, SEMA, Superintendência de Desenvolvimento Regional – que implementavam políticas de produção e organização do espaço.

A derrota dos militares em 1984 deveu-se à reação das forças democráticas, segundo as quais o autoritarismo fazia parte do planejamento federal. A solução era abandonar propostas hegemônicas centralistas pela verdadeira instância democrática do poder local. A Constituição de 1988 manteve a mentalidade localista e antiestatista que pensa a estrutura da administração assentada em bases geopolíticas. Nesta direção, admite-se o território, conforme Moraes (2008) como sendo patrimônio da nação e base para sua construção mais justa.

Com base nas considerações anteriores, pretendemos no próximo capítulo, buscar na Literatura modos de relação que a sociedade desenvolve com o espaço. Para isto, usamos a Carta de Caminha, relatórios dos cronistas, poemas inconfidentes e romances-documentários. A escolha dos textos literários e daqueles cuja “literariedade” é reconhecida pela crítica, a exemplo de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, se deve ao fato de que, na maioria deles, o espaço é relacionado aos personagens, o que vai ao encontro da definição de Moraes (2008) de que não existe território sem povo. As lutas, dominações, incertezas e contradições de um povo à procura da própria identidade podem ser dimensionadas nos discursos geográficos propostos pela Literatura.

O pensamento geográfico abarca não só a Geografia, mas também as áreas do conhecimento que produzem reflexões sobre o espaço. A Literatura é uma delas e constrói representações do mundo desde o nascimento da civilização ocidental. A determinação de Ulisses em voltar para o seu reino em Ítaca; o cerco de dez anos a Tróia deflagrado pelo amor entre Páris e Helena; e a queda de Tróia, de onde partiu Enéias para fundar Roma, a pátria dos latinos, não existiriam, por exemplo, sem as epopeias de Homero. Os escritores, mediante a palavra, desfrutam a possibilidade de criar universos em sua totalidade, que podem ser constituídos de imaginação e realidade, crença e ciência, razão e emoção. Sem manter compromisso com a verdade, as grandes obras literárias criam mundos regidos pela coerência entre seus elementos, mas que expressam, de uma forma singular, os conflitos e esperanças humanos, e se convertem, por isto, em fontes de informação e reflexão sobre lugares, sobre relacionamento das pessoas com estes lugares e com as outras pessoas.

A leitura que Mário Palmério realizou em sua obra sobre o sertão expressa sua visão de mundo diante de problemas humanos fundamentais. Para compreender o significado do autor, faz-se necessário contextualizar seu discurso, ou seja, analisar os textos em estruturas mais amplas. Uma destas estruturas é a vida do autor, considerada nos elementos que fazem a singularidade da pessoa, e também nos elementos que integram cada pessoa em um momento social, histórico e cultural.

1.2. Mário Palmério: voz da modernidade nos sertões triangulinos

Mário de Ascensão Palmério⁴ nasceu em março de 1916, em Monte Carmelo (MG) – *vide Figura 03*. Era filho de Francisco Palmério e de D. Maria da Glória Palmério, chegados ao Brasil na leva de imigrantes italianos em busca do Eldorado Tropical. O pai – *vide Figuras 04 e 05* – era dotado de muitos talentos, contava com a formação múltipla de engenheiro civil, advogado e jornalista. O palacete de Antônio Pedro Naves, na Rua Manoel Borges – patrimônio histórico de Uberaba, demolido em 2002 – foi obra do engenheiro Francisco Palmério. Mas, o grande prestígio que angariou em Minas, notadamente na região do Triângulo, deveu-se a profissão exercida nos últimos anos de sua vida, como juiz de direito.

⁴ A biografia de Mário Palmério tem como fonte o artigo de Therani Garcia: “*De Monte Carmelo para o mundo*”, publicado no Portal Mário Palmério, da Uniube. Disponível em: <<http://www.uniube.br/mariopalmerio/memorial/memorial.php>>.



Figura 03 – Antiga residência, onde nasceu Mário Palmério. Monte Carmelo (MG)
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

Enquanto Mário Palmério cursava o ensino fundamental no Colégio Marista Diocesano, em Uberaba, e o ensino médio no Colégio Regina Pacis, em Araguari – ou seja, entre 1917 e 1934 – vivenciava-se no Brasil a oscilação de preços do café, base da economia para exportação, devido aos excessos de produção que obrigaram a destruição de grandes estoques. A incipiente indústria estava concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro, multiplicando-se a partir “unicamente do concurso individual de seus iniciadores” (PRADO JUNIOR, 1986, p.172) enriquecidos na lavoura, ou na especulação relacionada aos períodos de oferta de crédito. Enquanto Rio de Janeiro e São Paulo iam se constituindo em pólos de investimentos em indústrias, Minas Gerais produzia café em algumas áreas, carne no Triângulo Mineiro e fornecia o ferro para a metalurgia.



Figura 04 – Retrato do Sr. Francisco Palmério
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.



Figura 05 – Família Palmério, onde se destaca, ao centro, o Sr. Francisco Palmério. Uberaba (MG)
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

O início do século XX foi marcado por uma onda de desenvolvimento que acontecia no Brasil, financiada por empréstimos estrangeiros. Tais recursos direcionavam-se, principalmente, para a transformação da capital da República, o Rio de Janeiro, em uma

cidade luxuosa como Paris. Direccionavam-se também para movimentar o comércio e implantar as primeiras indústrias. Ia se firmando, já nesses anos, uma opção da elite pelo desenvolvimento urbano. Para colocar o Brasil entre os países progressistas do mundo era preciso fazer do Rio de Janeiro, enquanto sua capital, um cartão postal de país limpo, seguro e próspero, digno dos investimentos estrangeiros. Os recursos financeiros para as construções luxuosas, para abertura de amplas avenidas, não contemplavam os trabalhadores e desempregados que foram deslocados do centro para a periferia, na Reforma Urbana do Rio de Janeiro. O grande número de imigrantes e de assalariados não dispunha do mínimo necessário à sobrevivência, por isto surgiam organizações e partidos operários, e várias greves agitavam a capital da República (SEVCENKO, 2003, p.60).

A ordem do momento era, então, acompanhar o *progresso*, colocando o Brasil sob o *status* de país *civilizado*. Por isso, foram alvos diletos do processo de transformação urbana: o obsoleto cais portuário, marcado por um lento e dispendioso sistema de transbordo, uma vez que os navios de maior calado não podiam atracar; a morfologia tipicamente colonial (frequentemente caracterizada por ruas estreitas, recurvas e em declive) das conexões entre os centros de distribuição comercial e o terminal portuário; as áreas pantanosas, as quais transformavam a febre tifóide, a varíola, o impaludismo e a febre amarela em endemias indelévels; e a comunidade de mestiços, que, vivendo na imundice e promiscuidade, acabava por intimidar os europeus, quer seja nos seus investimentos financeiros, quer seja na sua instalação no país – o que significava, em última instância, o impedimento de uma efetiva imigração caucasiana. (LEITÃO JÚNIOR; ANSELMO, 2011, p.4).

Na década de 1920, acompanhando as tendências modernas que aos poucos se firmavam, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tem-se como marco de difusão de ideias modernistas a Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922. O evento representou o desencadeamento de ideias de alguns grupos, que atentos às vanguardas artísticas e intelectuais presentes na Europa desde o início do século XX e com anseios de modernização e nacionalidade, buscavam bases para o desenvolvimento de um “outro” Brasil.

Em 1930, o gaúcho Getúlio Vargas, com o apoio de Minas Gerais, da Paraíba e dos militares, derrubou o presidente Washington Luís e assumiu a presidência como chefe do Governo Provisório. O período de 1937 a 1945, chamado de Estado Novo, consistiu na ditadura de Vargas, durante a qual houve a extinção dos partidos políticos. A partir de 1930, instaurou-se e acelerou-se, no Brasil, o processo de acumulação do qual as leis trabalhistas faziam parte (OLIVEIRA, 1988).

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da

estrutura produtiva de base urbano-industrial. [...] Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma **realização parcial interna crescente**. (OLIVEIRA, 1988, p.14).

Pode-se dizer que, nesse período, por um lado, a população que chegava às cidades, expulsa do campo devido às péssimas condições de trabalho, era transformada em exército de reserva conveniente à reprodução do capital porque, além de fornecer o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, reduzia o preço da força de trabalho, inclusive da mão de obra qualificada. Por outro lado, a produtividade industrial crescia significativamente graças à exploração da força de trabalho e à intervenção do Estado (na regulamentação, além da legislação trabalhista: de preços, distribuição dos ganhos e perdas entre as classes capitalistas, do gasto fiscal, de subsídios). Na combinação de exploração da força de trabalho e maximização de ganhos empresariais está, segundo Oliveira (1988, p.24), a “tendência à concentração de renda na economia brasileira.”

Ainda segundo esse autor, o Estado inicia a ampliação de suas funções, num processo de regulamentação do preço do trabalho, investimento em infraestrutura, confisco cambial de café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, e opera transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.

A solução do “problema agrário”, nos anos de passagem da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial, é fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Esta solução passa por um complexo de medidas: ela se baseia no enorme contingente de mão-de-obra; na oferta elástica de terras e na ação do Estado para efetuar o encontro desses dois fatores, construindo a infraestrutura rodoviária. Uma das condições prévias para a acumulação capitalista era a expropriação do campesinato, ou o que Marx definiu com “acumulação primitiva”.

O trabalhador rural recebia a posse transitória da terra, pagava pelo uso e ainda a preparava quer fosse para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que, em qualquer dos casos não eram dele, mas do proprietário. A consequência deste tipo de exploração é que os produtos saíam da zona rural a preços baixos, sendo vendidos com muito lucro nas cidades, onde contribuía para o processo de acumulação.

Segundo Oliveira (1988), o governo mantinha a agricultura ativa – uma vez que ela era a principal fonte de renda interna –, mas não investia nela o suficiente, minando sua participação na economia, por meio do confisco de lucros parciais do café, do aumento do custo do dinheiro emprestado à agricultura, ou diminuindo o custo do dinheiro emprestado à

indústria. O modelo de desenvolvimento urbano-industrial vai se implantando e se consolidando pela manutenção de “baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, do nível de vida da massa trabalhadora rural.” (OLIVEIRA, 1988, p.23).

A manutenção, ampliação e combinação do padrão primitivo com novas relações de produção no setor agropecuário permitiu um extraordinário crescimento industrial e de serviços de duas formas: fornecendo grandes quantidades de pessoas para formar o “exército de reserva” das cidades, o que ampliava as possibilidades de acumulação industrial e; fornecendo excedentes alimentícios cujos preços eram determinados pelo custo de reprodução da força de trabalho rural. Estas duas formas mantinham em baixa o preço da força de trabalho urbana. Nas cidades, a oferta abundante e barata de mão-de-obra, somada à intervenção estatal, fez disparar a produtividade e a acumulação industrial.

Ainda para Oliveira (1988), a industrialização visava, em primeiro lugar, atender aos interesses de acumulação e depois à formação de um mercado consumidor. Um dos maiores desafios às forças sociais envolvidas neste processo era o de fazer valer seus interesses em contraposição aos interesses das oligarquias agrárias, indiscutivelmente hegemônicas em relação às novas classes burguesas industriais. A legislação trabalhista foi um dos mais fortes instrumentos usados pela burguesia para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais. Estas classes não foram, no entanto, totalmente excluídas nem da estrutura do poder, nem dos ganhos de capital – visto que as produções agropecuárias e extrativas geravam as divisas necessárias ao próprio processo de industrialização. A classe trabalhadora foi o meio, a força, disputada pelas velhas e as novas classes dominantes em termos de ganhos de capital.

Em meio à efervescência política e econômica dos anos de 1930, apenas um ano após a promulgação da Constituição de 1934, Mário Palmério, “latagão meio desajeitado, muito branco, sabido, de pés e mãos enormes, com um bigodinho ralo e uma aparência de cantor de tangos” (PRATA, s/d)⁵ matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, da qual se desligou pouco tempo depois, por motivos de saúde. Palmério mudou-se para São Paulo, em 1936, para trabalhar na sucursal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

Na capital paulista, seu interesse pela educação despertou, levando-o a cursar o magistério secundário e a tornar-se professor de Matemática. Em 1939, ele ingressou na seção de Matemática da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Neste mesmo ano,

⁵ “*Eta fuminho bom*”, retirado do livro Causos, disponível em: <http://www.uniube.br/mariopalmerio/quem_foi/eta_fuminho_bom.php>. Acesso em 2010. Cf. PRATA, Hugo. **Causos**: a senhora dona galinha e seus amores. Uberaba: Martins, s/d, p.19-20.

casou-se com Cecília Arantes, com quem teve dois filhos: Marcelo e Marília – *vide Figura 06*.



Figura 06 – Da esquerda para a direita: Mário Palmério, D. Cecília Arantes Palmério, Juscelino Kubitschek, Marília Palmério e Marcelo Palmério.
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

O espírito progressista e modernizante hegemônico nos anos de 1940 já estava consolidado em seu retorno à sua região natal. Enquanto o mundo se envolvia no maior conflito armado da história da humanidade, Mário Palmério voltava para Uberaba, sentindo que os investimentos na importação do gado zebu⁶ da Índia fariam da cidade um pólo de desenvolvimento da pecuária, de circulação de capital e de formação de jovens para assumir a direção dos negócios. Com o objetivo de investir nestes jovens, associou-se a sua irmã Maria Lourencina para fundarem o Liceu do Triângulo Mineiro, na Rua Vigário Silva – *vide Figura 07*. A escola, pequena em sua origem, oferecia um curso de madureza, um cursinho preparatório para carreira bancária e um curso para exames de admissão. No segundo

⁶ A cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, é identificada como a “capital do zebu”, sendo famosas as suas exposições agropecuárias. Em discurso (24/1/52) Palmério coloca-se como porta voz da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, cujos membros estavam revoltados com a iniciativa de alguns grupos de negociantes de gado de importarem o zebu diretamente da Índia, quando cabia à Sociedade o Registro Genealógico das Raças de Origem Indiana. O protesto dos criadores fundamentava-se na motivação puramente especulatória da iniciativa, em que o interesse por lucro estaria acima de qualquer preocupação pela qualidade do gado. Nas palavras de Palmério: “Os criadores estão alarmados e com toda razão porque amanhã, violando esse convênio e as instruções do Governo, teremos no Brasil gado de procedência indiada (sic) importado sem o menor escrúpulo, visando apenas ao lucro fácil. Longos e longos anos de sacrifícios, experiências custosas e toda sorte de dificuldade outras esse o preço que tiveram de pagar os criadores triangulinos, antes de poder atingir ao alto nível de excelência dos seus rebanhos.” (PALMÉRIO, 2005[1952]).

semestre de 1940, no entanto, os irmãos abriram vagas para um curso primário. Um ano depois, sem a parceria com a irmã, Mário Palmério obteve autorização federal para a criação de um curso secundário. Nascia então o Ginásio Triângulo Mineiro, localizado *na Rua Cel. Manoel Borges*, no prédio do extinto Ginásio Brasil.

O ginásio se tornou famoso na cidade, cujas opções se resumiam ao Ginásio Diocesano (para homens), e ao Ginásio Nossa Senhora das Dores (para mulheres). O Ginásio Triângulo Mineiro levou a modernidade dos colégios mistos para a cidade interiorana, democratizando a convivência de moços e moças no ambiente escolar. Com o sucesso de suas realizações, Mário Palmério continuou a investir em educação. Assim, em 1942, criou uma escola de comércio, cujas atividades se iniciaram no ano seguinte. Neste mesmo ano, graças a um empréstimo na Caixa Econômica Federal, deu início às obras da sede própria da escola, na Av. Guilherme Ferreira. A escola ficou pronta em dois anos, sendo motivo de grande admiração na cidade, exposta em jornais e nos noticiários locais.



Figura 07 – Fachada do Liceu do Triângulo Mineiro, Uberaba (MG)
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011

No início de 1947, o Ginásio tornou-se Colégio, ou seja, a partir daí estava habilitado a oferecer também o curso Científico. Culminando esta série de empreendimentos, em

novembro de 1947, obteve licença do Governo para o funcionamento da Faculdade de Odontologia. Em 1951, fundou a Faculdade de Direito. Em 1954, colaborou com a implantação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), a atual Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM. Em 1956, fundou ainda a Escola de Engenharia.

Os investimentos de Palmério em educação revelavam suas intenções de modernidade e estavam em conformidade com a carência de escolas de ensino superior no interior do país, e, conseqüentemente, de profissionais, como está expresso no seu primeiro discurso (15/6/1951) registrado na Câmara Federal, que versa sobre o aproveitamento em escolas particulares dos alunos aprovados e não classificados no concurso de habilitação de 1951.

[...] não podemos raciocinar e muito menos legislar com a cabeça aqui no Rio de Janeiro. O problema do Rio de Janeiro não é do interior do Brasil. Posso trazer à Casa testemunho de várias cidades do interior, de minha zona, o Triângulo Mineiro, cidades de 15, 18 e 20 mil habitantes, que não têm um médico, um dentista formado. Pergunto: vamos agora entravar a formação profissional desses jovens (sic) que amanhã irão para o interior? Não temos escolas superiores, não temos profissionais em número suficiente para atender as necessidades do interior brasileiro, e é preciso que o Congresso aprovando essa medida dê oportunidade às escolas para receberem mais uma pequena percentagem de alunos, porque a providência só poderá trazer inestimáveis benefícios às regiões desservidas de profissionais (PALMERIO, 2005[1951], p.8).

Mauro Santayanna⁷ (2004) descreveu Mário Palmério por analogia ao personagem Rocambole, criado pelo escritor Ponson Du Terrail, que montou em seu cavalo e saiu galopando em todas as direções. Assim, o professor e fundador de escolas ingressou também na política. Candidatou-se a deputado federal no mesmo ano em que Getúlio Vargas – *vide Figura 08*, voltou ao governo (1950), onde ficou até 1954, quando se suicidou.

Mário Palmério fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Uberaba e implantou vários diretórios do partido getulista na região. O deputado federal iniciou com destaque sua vida política, recebendo a função de vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura durante todo o seu primeiro mandato (1950-1954).

⁷ Texto lido pelo reitor da Universidade de Uberaba, Marcelo Palmério, no lançamento do projeto Memorial Mário Palmério.



Figura 08 - Senador Getúlio Vargas e Mário Palmério, na estância "Santos Reis" propriedade de Vargas. São Borja/RS, 1950.

Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

Juscelino Kubitschek foi eleito, pelo Partido Social Democrático, governador de Minas Gerais em 1951, permanecendo no cargo até 1955. Em 1952, uberabenses e uberlandenses se indispuseram contra “processos violentos e ilegais na taxaço e cobrança de impostos” de competência do governo estadual. Reagiram depredando coletorias estaduais, a Superintendência dos Serviços Fiscais e outras repartições públicas, contra o que compareceu a força policial mineira armada de metralhadoras e bombas de gás. Palmério (25/4/52), no entanto, considera mais grave que tais violências, o fato dos fiscais colocarem a culpa dos impostos no governo de Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, o fato mais grave, porém, não é esse. Declaro desta tribuna, e o faço solenemente, que há verdadeira intenção de tentar desmoralizar o governo de S. Ex. o Sr. Presidente da República. Os fiscais do Estado declaram abertamente a todos aqueles que são taxados: “Votaram em Getúlio, agora paguem o imposto” tentando lançar o povo contra o governo federal que nada tem com isso, porque os impostos cobrados são, todos estes, estaduais como, também, a polícia que em tudo está presente! Cobram impostos os mais absurdos, os mais escorchantes, de todo ilegais,

não devolvem um ceitel, um real de benefícios para aquela região, e jogam a culpa no Governo Federal.

No Triângulo, onde estão as grandes vias rodoviárias de penetração, tanto para Goiás, como para Mato Grosso, uma média de 800 a 900 caminhões passam diariamente naquelas estradas. O Governo não conserva essas estradas propositadamente. Provoca o descontentamento ostensivamente e procura, subterraneamente, culpar o Governo Federal. Além disso, coloca portei­ras, fiscais, policiais, impedindo o tráfego normal dos produtos agrícolas locais (PALMÉRIO, 2005[1952], p.37).

Os discursos⁸ do Deputado Federal, eleito pela região do Triângulo Mineiro, são um caminho confiável e esclarecedor para a construção de um retrato de época da região triangulina e do Brasil nos anos 50 e 60 do século passado. O simples trecho, transcrito acima, expressa a rivalidade entre presidente da república e governador do estado; a sugestão de que o governador persegue a região do Triângulo Mineiro; a sugestão de que o governo mineiro conspira para indispor o povo contra o presidente; a eficácia da força policial para conter civis; a importância do Triângulo como região de integração com os estados da região centro-oeste; o intenso movimento de mercadorias transportadas pelas rodovias; e, por fim, o arrocho fiscal imposto aos proprietários rurais. Interessante que, apesar desta rivalidade, Juscelino Kubitschek se elegerá presidente para o período de 1956 a 1961 na coligação do PSD com o partido de Palmério, o PTB.

Outros assuntos que interessavam muito de perto à região do Triângulo fizeram parte dos debates parlamentares da época. No lugar de investigar os temas dos discursos, vamos aprofundar a declaração (25/4/52) de que “a polícia (que) em tudo está presente”. No já citado discurso (25/9/51) menciona-se que a polícia e a justiça podem ser acionadas pelos proprietários rurais contra os arrendatários:

Os proprietários baseados em seus contratos, não concedem reformas para novas plantas, utilizando alguns a força policial e mesmo a justiça para enxotar de suas terras, aqueles que com sacrifícios enormes, fazendo economias na própria alimentação de seus filhos, beneficiaram aquelas propriedades, iludidos pelas altas de preços e confiados nas promessas dos homens do governo passado (PALMÉRIO, 2005[1951], p.23).

José Alexandre da Silva, presidente do PTB e autor da carta emitida em Canápolis e lida no discurso por Palmério, relata a exploração dos trabalhadores e propõe como soluções: prorrogar o vencimento dos contratos agrícolas por mais alguns anos; reduzir o preço do arrendamento pela metade; equiparar o direito do trabalhador rural ao do trabalhador da

⁸ Os discursos proferidos por Mário Palmério na Câmara de 1951 a 1962 foram transcritos do Diário do Congresso pela equipe do Memorial em 2005, encontrando-se disponíveis no portal Mário Palmério da Uniube, em <<http://www.uniube.br/mariopalmerio/politica/discursos.php>>. Acesso em 2010.

cidade, pois o trabalhador rural não tem casa própria, enquanto o trabalhador da cidade ou tem sua casa, ou quando paga aluguel não pode ser despejado sem dilação de prazo. Lembra que se não for tomada nenhuma providência haverá êxodo no campo ocasionando nele retrocesso e miséria, e para os consumidores a privação de um arroz de ótima qualidade. Percebe-se, na situação descrita, a preocupação de Mário Palmério com a política governamental de manter a produção agrícola, sem investir em seu melhoramento, mas, sobretudo, com o interesse capitalista em promover a acumulação à custa do trabalhador, negando-lhe qualquer direito e, ainda, voltando contra ele a polícia e a justiça.

Atribuir greves, pronunciamentos desconformes com a determinação de mudar o eixo econômico do país de agrícola-rural para industrial-urbano à ação de comunista e, portanto, qualificá-los como caso de polícia, é uma prática da época, que aparece com frequência nos discursos de Palmério. O episódio de depredação das coletorias em Uberlândia e Uberaba (25/4/52), já citado anteriormente, torna explícita esta prática.

Sr. Presidente, o fato é grave e pediria a V. Ex. conceder-me mais alguns minutos. O governo acusou os comunistas de Uberaba e de Uberlândia de serem os inspiradores desse movimento. Uberaba uma cidade que conta com quinze vereadores municipais, não havendo entre eles um único comunista. Não existe comunismo no Triângulo Mineiro, como pretende o governo de Minas, alardear. O que aconteceu foi a explosão incontida da revolta popular contra o absurdo da cobrança de impostos feita por fiscais e policiais em minha região (PALMÉRIO, 2005[1952], p.36).

O episódio agitou a comunidade mineira, e voltou a ser tema de novo discurso (17/6/52) em que Palmério lê depoimento “de uma das mais brilhantes, cultas e ilustres figuras do clero brasileiro, Sua Reverendíssima D. Alexandre Gonçalves do Amaral, Bispo Diocesano de Uberaba”. As declarações do Bispo são divulgadas em virtude de estar em exame, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, projeto visando a extinção dos postos fiscais de barreira. O autor do projeto, Lúcio Bitencourt, faz uso da palavra para rebater as acusações.

O Governo do Estado tem atribuído, por vezes, esses movimentos, ao comunismo. É o recurso a que eles sempre se apegam, quando não encontram outra saída, outra explicação mais plausível, mais razoável. V. Exa. tem, de fato, toda razão. O movimento de Uberaba foi determinado, precisamente pela voracidade tremenda do fisco mineiro que levou a população daquela cidade à revolta. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.69).

Nos pronunciamentos do Bispo, que constituem, sem dúvida, argumentos “insuspeitos”, por isto de considerável autoridade, há indicações da sua capacidade de

mobilizar a opinião pública. O episódio provocou o deslocamento do Secretário de Finanças, José Maria de Alkmin, a Uberaba em busca de esclarecimentos. O Bispo o recebeu, disse que daria informações ao tribunal, e divulgou no “Correio Católico” o resumo do discurso feito pela estação de rádio local. O assunto foi também divulgado em entrevista concedida ao jornal “O Diário” de Belo Horizonte. O motivo de tamanho empenho da autoridade eclesiástica é minuciosamente detalhado no documento escrito pelo Bispo e lido por Palmério.

Lamentamos, profundamente, que ainda se verifique esta mania, gratuita e destruidora, de se apelidar o Triângulo de “Moscou brasileira”.

De quando em vez, um pretenso salvador, deixando as praias da “cidade maravilhosa”, vem dar-nos uma lição de organização, declarando-nos, com certa ênfase, que somos uns cegos, que não vemos um exército de mais de 18.000 soldados, cuja maior parte está no Triângulo Mineiro, modernamente armados, prontos a cortar-nos as cabeças, nesta grande “Moscou brasileira”. Fundam-se cruzadas que, embora tenham apenas três meses de existência e não possuam ainda estatutos, irão realizar o milagre estupendo da nossa salvação coletiva. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.69-70).

[...]

Apontamos algumas das muitas e complexas causas do comunismo em nossa pátria. E muito de passagem, muito acidentalmente, incluímos na lista, evidentemente incompleta, destas causas, a seguinte: “Quando se procura dizer que os postos fiscais não são feitos para cobranças de impostos, mas o pobre tem que pagar para entrar com seu franguinho na cidade, isto também é caldo de cultivo para o comunismo.” (PALMÉRIO, 2005[1952], p.70).

A violência policial volta ser tema de pronunciamento (09/12/52) e se direciona, na ocasião, contra torcedores de futebol e contra professoras públicas. Palmério leva os fatos ao conhecimento do governador Juscelino Kubitschek e ao ministro da justiça, Negrão de Lima, por meio de telefonemas e telegramas. Os pronunciamentos repudiam a violência tendo em vista sua ocorrência “em uma das mais importantes cidades do interior brasileiro, verdadeira metrópole do Brasil Central”, e ainda, “um dos nossos centros populosos e civilizados”.

Realizava-se, no estádio Dal Secchi, importante partida de futebol e grande multidão ali se encontrava. Repentinamente, sem a menor justificativa, numerosos policiais, tanto da polícia militar como da civil, investiram contra a multidão armados de “casse-têtes”, sabres e pistolas, numa indescritível agressão, ferindo numerosas pessoas entre as quais podem se contar senhoras e crianças. A principal vítima da brutalidade inominável dos policiais foi o senhor Ataliba Guarita Neto, locutor esportivo que se encontrava no seu posto de trabalho irradiando a partida. (PALMÉRIO, 2005[1952], p.88).

[...] Há pouco tempo, policiais da cavalaria que está agora sediada em Uberlândia, num grave acinte aos tríos daquela grande e importante cidade espancaram mindefesas (sic) professoras públicas. Nas últimas eleições vimos o que aconteceu... (PALMÉRIO, 2005[1952], p.90).

A questão da violência policial manifestava-se por todo o país. Em Caxias, no Rio de Janeiro, o deputado Tenório Cavalcanti pediu ajuda dos companheiros parlamentares por

achar-se sob cerco policial e ameaça de morte. O assunto gerou polêmica na sessão legislativa (04/9/53). Palmério diz narrar o que viu, respaldado pelos deputados que estavam com ele, mas não houve unanimidade na apreciação da matéria.

O Sr. Marcelo Soares e Silva – [A] autoridade do Estado do Rio está no dever de respeitar decisão da justiça. Interpretar a Constituição, dizer se é ou não constitucional esta ou aquela medida, incumbe ao Poder Judiciário. O Legislativo absolutamente não tem este poder. Tratava-se de uma quase intervenção forçada no Estado do Rio que, pelas suas tradições de cultura e pelos serviços que prestou ao Brasil, merecia ver respeitada a sua sociedade sua sociedade e o seu Governo.

O Sr. Flores da Cunha – Mas, Sr. Deputado Macedo Soares, foi, por ventura, decretado o estado de sítio na Província do Rio de Janeiro?

O Sr. Macedo Soares e Silva – Absolutamente. Tratava-se de cumprir decisão judicial que mandava se visitasse uma residência, onde se sabia claramente, que estavam refugiados criminosos, onde se sabia, pública e notoriamente, que existiam armas de guerra, que a lei proíbe o cidadão tenha em sua casa.

O Sr. Flores da Cunha – Um momento Sr. Deputado, não tendo sido decretado o estado de sítio para o Rio de Janeiro, como se compreende que duas quadras antes do edifício-residência do Deputado Tenório Cavalcanti, estivesse interditado o trânsito e até os Representantes da Nação se obrigasse a descer do automóvel oficial da Câmara para impedi-los de chegar àquela casa? (PALMÉRIO, 2005[1953], p.107).

O episódio de Caxias envolveu só figuras políticas (deputados, ministros, governadores), parecendo demonstrar que as forças policiais eram usadas sem parcimônia e sem a necessidade de comprovação de suspeitas ou denúncias, visto que, afinal, as autoridades e jornalistas presentes na casa do deputado Tenório constataram não ter visto ali nenhum dos objetos que deram origem ao cerco. A repressão atingiu o próprio deputado Mário Palmério, que se declarou vítima das “intrigas e levandades” do Almirante Pena Boto, presidente da Cruzada Anti-comunista, em entrevista concedida por este ao jornal *Diários Associados*. Versam as intrigas sobre a ação de Palmério ao desviar a instalação de uma unidade do exército de Uberlândia para Uberaba, para “não permitir o combate ao comunismo em Uberlândia [...] um ponto chave comunista no Triângulo Mineiro”. E, ainda, dedicar esforços para manter no ar uma rádio de ligação comprovada com o comunismo. Nada, afinal, restou provado e o deputado seguiu sua carreira política. Mas, a impressão que fica no leitor ao ler os discursos é de que a região do Triângulo, e o Brasil, viviam um clima extremamente tenso, sob constante ameaça de repressão armada. Mário Palmério se reelegeu para mais dois mandatos como deputado federal: em 1954 integrou a Comissão de Orçamento e a Mesa da Câmara. No ano seguinte, ingressou na Escola Superior de Guerra (ESG), onde concluiu o curso superior.

Pode-se notar que a partir de 1955, o tom dos discursos, registrados no Memorial de Uberaba, abrandava-se. São condolências, abertura de créditos para comemoração, leitura de

carta em que o diretor do Instituto Nacional do Livro rebate críticas, votação do orçamento. Acontece que o deputado cavalgava em uma nova direção.

No curso deste segundo mandato, vem a público o romance *Vila dos Confins*, (1956) – vide Figura 09. O escritor estreante enviou os originais do livro à Rachel de Queiroz, que leu, elogiou e se encarregou de levá-los à editora José Olympio para publicação. A obra desenvolve o tema das eleições em uma vila interiorana, baseando-se nos dados colhidos por Palmério para um relatório⁹ encomendado por seu partido. Não há registro de discurso abordando as eleições antes da publicação de *Vila dos Confins*. Mas está no livro a trajetória de um jovem político, buscando coligar as classes enriquecidas pelo trabalho, contra as manobras coronelistas tuteladas pelo governo.



Figura 08 – Capa da 22ª edição de *Vila dos Confins*, livro de estreia de Palmério.
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

Micali (2003) considera que a história narrada em *Vila dos Confins* foi ambientada entre o final dos anos 40 e o início dos anos 50. Aidar (2008) avalia que *Vila dos Confins*, considerado como testemunho histórico, constrói uma imagem sobre a política e o interior do Brasil que corresponde à memória coletiva dos leitores. A apropriação e recriação literária estariam de acordo com que o público considera ter sido a realidade. O caso é que o romance caiu no gosto do público. “*Vila dos Confins* foi sucesso de vendas, festejado por críticos de todo o País. Vendeu uma média aproximada de cinco mil exemplares em cada uma de suas

⁹ Aidar (2008), em sua dissertação *Os confins de Mário Palmério: história e literatura regional*, diz que não foi confirmada a existência deste relatório na documentação pesquisada no acervo, na Câmara Federal, nem em entrevistas com os familiares e antigas secretárias pessoais, nem nas faculdades que ele fundou.

edições. Na 16^a, 17^a, e 25^a. foram mais de 20 mil exemplares em cada uma.” (AIDAR, 2008, p.24). Desde sua publicação até janeiro de 2004, há estimativa de impressão de no mínimo trezentos mil exemplares. Além do sucesso editorial, o livro teve repercussão na vida política de Mário Palmério, sendo considerado causa de sua reeleição, em 1958, com 30.115 votos, segundo Aidar (2008).

Há um intervalo sem registro de discursos entre os anos de 1958, 1959 até o mês de abril de 1960. Em maio deste ano (01/5/60), o deputado expressa o “inenarrável júbilo” da região triangulina: “Todos os problemas fundamentais da minha região, quase todos, no tocante a transportes, aproveitamento de potencial hidrelétrico, ligações de ferrovias, rodovias e aéreas, segundo vemos, estão resolvidos. E para isso bastou a realização de Brasília.” Diz Palmério ter aprendido na Escola Superior de Guerra que “metade do Brasil é povoado, e metade desocupado”. Brasília estaria começando a resolver este problema.

Almeida (2006) avalia que, durante o governo civil de JK (1956-1961), “os militares fizeram política para valer”. O presidente era um franco divulgador de que a emancipação nacional tinha como única alternativa a industrialização, e que esta era indispensável ao desenvolvimento. Com a definição da política de desenvolvimento, os empresários industriais se aproximaram do Estado e admitiram o monopólio estatal da Petrobrás, a intervenção estatal na economia, programando o desenvolvimento econômico para protegê-la da dependência do comércio exterior.

Os industriais procuravam atrair a burocracia militar para o seu lado e contra os setores populares, que desejavam um nacionalismo exagerado feito de estatização de empresas estrangeiras, reforma agrária e redistribuição de renda. Atender a esses desejos era colocar em risco a necessidade urgente de superar a situação de exportador de matérias-primas, pela instalação de indústrias de transformação no Brasil. Em linhas gerais, quem estivesse alinhado com a proposta de governo era nacionalista, quem não estivesse tinha que se entender com a repressão levada a cabo pelos militares (ALMEIDA, 2006).

As posições ideológicas que excluía do terreno da participação política a quase totalidade das classes populares, as propostas de política econômica claramente voltadas para medidas de “austeridade (corte de subsídios e bens e serviços de consumo popular, contenção salarial, restrição de crédito, etc) limitavam os efeitos do barulho que os “liberais” faziam pela imprensa. Mais do que a mobilização popular, o que se buscava era restringir o jogo político ao âmbito das “elites”, e, portanto, o objetivo central era fortalecer, naquela conjuntura, as posições de seus segmentos (inclusive, e principalmente, militares) antipopulistas. (ALMEIDA, 2006, p.213).

O cumprimento do Plano de Metas de JK, desenvolvimento acelerado com a implantação de indústrias de base, deu-se na extrema dependência do capital estrangeiro e na taxa crescente de exploração da força de trabalho. A dependência dos empréstimos teve como consequência a crise cambial, que chamou a atenção dos “quadros dirigentes da classe dominante”; a exploração dos trabalhadores cresceu, quando se tornou “objeto de preocupação (e ação) também dos dominados”. (ALMEIDA, 2006, p.236).

Em resposta à crise cambial que comprometia o pagamento da dívida externa, JK propôs o Plano de Estabilização Nacional (PEM), contendo medidas que comprometiam a importação e, portanto, os interesses dos industriais. Estes, organizados na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), não aceitaram comprometer seus lucros; então, a crise foi atribuída aos aumentos do salário mínimo e do funcionalismo público. Eram eles que comprometiam o desenvolvimento econômico e a margem de lucro. A baixíssima renda per capita não podia ser resolvida comprometendo os investimentos. Daí a máxima criada por Roberto Simonsen ter-se consagrado para adiar indefinidamente a repartição dos frutos do progresso: “O desenvolvimento do padrão de vida do povo brasileiro será o fruto do desenvolvimento da indústria nacional.” (SIMONSEN *apud* ALMEIDA, 2006, p.255).

Segundo Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2006), JK, em sua carta de apresentação do PEM, defendeu veementemente sua política nacional-desenvolvimentista. Implicitamente reconheceu que a inflação era correlata à expansão econômica. Declarou que o governo sempre combateu a inflação, mas [...] infelizmente, já no início, foi preciso assimilar os impactos da elevação dos vencimentos do funcionalismo civil e militar, bem como de uma revisão do salário-mínimo. Aqui já temos a sinalização de um primeiro fator inflacionário, inaugurando-se, na apresentação, o ritual presente ao longo do texto do próprio PEM, de referir-se à inflação, ao mencionar salário (ALMEIDA, 2006).

JK responsabilizou a recessão econômica dos EUA, que desencadeou a queda dos preços de produtos primários e atingiu a balança comercial brasileira, pela volta do surto inflacionário, contido em 1957 pela política econômica tão bem conduzida que levou à absorção dos impactos das elevações salariais. As soluções para honrar o pagamento das dívidas, e manter as linhas de crédito para a indústria, – algumas já em andamento – consistiam em recorrer aos empréstimos junto a bancos estrangeiros, reduzir gastos em moeda estrangeira, estimular a exportação e buscar novos mercados para o café e produtos primários. Entretanto, “o único problema que JK mencionava explicitamente era o salarial.” (ALMEIDA, 2006, p. 248).

Haveria durante o governo de Juscelino Kubitschek consciência da disparidade entre a proposta de emancipação nacional e a consolidação do capitalismo dependente que aconteceu? Almeida (2006) fala do amplo e heterogêneo bloco (partidos profissionais, presidente do partido de oposição, presidente da república, burocratas civis, representantes da burguesia industrial, clube militar, III exército, movimentos estudantis, sindicalistas) de apoio ao estado de coisas, disposto a lutar contra “um poder paralelo” que impedia este desenvolvimento.

Pode-se perceber alguns aspectos da situação do país após o governo JK nos discursos de Palmério, os quais, versando sobre outros temas, testemunham sua época. No discurso (02/7/62) proferido por ocasião da votação da emenda do Senado que propunha a restrição da cédula única aos Estados da Guanabara, São Paulo e às capitais dos demais estados, ficamos sabendo pelos acalorados pronunciamentos de Palmério que o problema das fraudes eleitorais estava longe de ser resolvido, que o analfabetismo da população brasileira continuava a ser um grave entrave para a modificação da forma de votação e que as leis eleitorais eram votadas sob pressão do exército. Palmério era abertamente favorável à substituição da cédula individual – que é dada ao eleitor pelo cabo eleitoral ou pelo presidente do partido – pela cédula única – que a Mesa entrega ao eleitor no local de votação. Era radicalmente contra a restrição desta medida a alguns estados e capitais brasileiras:

Responderei a V. Exa. Em primeiro lugar, com relação a dificuldade que V. Exa. apresenta para a votação em cédula única, acredito que, em se tratando de uma reforma, de um novo processo eleitoral, haja efetivamente alguma dificuldade. Mas eu prefiro essa dificuldade à impossibilidade em que se encontra o eleitor do interior de votar em quem deseja (*muito bem*), porque, isto sim, não é apenas uma dificuldade, mas absoluta impossibilidade, porque o cabo eleitoral, o presidente do diretório, o proprietário da fazenda, o chefe político, tiram do eleitor toda e qualquer possibilidade de votar em quem deseja. Ele sai da fazenda, dos currais eleitorais com os envelopes, com as cédulas que lhe deu o chefe político, viaja em transporte que lhe deu o chefe político, chega a seção e, na fila, é fiscalizado, policiado, não pode receber de ninguém outra cédula, porque a aproximação da fila é proibido por lei. Ele vai à cabine, e aí não encontra a cédula, apesar de a lei permitir que se coloquem nas cabines, pois sabemos que todo eleitor que entra na cabine eleitoral inutiliza, sem possibilidade de sanção, as cédulas daqueles candidatos que não são os da sua preferência.

Resultado: o eleitor está impossibilitado de votar em quem quer.

Mas, Sr. Presidente, o fato mais grave de toda essa questão e para o que eu gostaria de chamar a atenção dos nobres colegas, é o seguinte. Um Deputado trabalha quatro anos, numa legislatura, em benefício da sua região. Apresenta emendas ao Orçamento, presta os maiores serviços aos seus eleitores e às populações dos seus Municípios. Faz isso, esperando evidentemente que esse trabalho, esse esforço, seja reconhecido pelos seus partidários e pela população dos Municípios beneficiados por essa sua atividade. Pois a atual Lei Eleitoral impede que haja um reconhecimento deste trabalho. (PALMÉRIO, 2005,[1962], p.156).

As fraudes nas eleições continuam da mesma forma que descritas por Victor Nunes Leal, em 1949, e por Palmério, em 1956. Treze anos depois permanece o mesmo estado de coisas. A preocupação de Mário Palmério com as fraudes eleitorais estava relacionada à sua crença em que, das reformas de base de que o país necessitava, a mais importante era a reforma eleitoral. A tese da cédula única havia sido aprovada na Câmara dos Deputados em 1957 – um ano após a publicação de *Vila dos Confins* – mas subiu ao Senado para votação, e somente retornou à Câmara, com as emendas que restringiam sua adoção aos municípios com mais de cem mil habitantes, em 1962, às vésperas da eleição. Como argumento favorável a esta restrição havia o fato de que o escrutínio de 1962 visava eleger senadores, governadores, deputados federais, prefeitos e vereadores, o que tornaria a cédula única quase um “livro”. Nos dizeres do deputado João Menezes: “nosso caboclo do interior terá de compulsar”. (MENEZES, 1962 *apud* PALMÉRIO, 2005, p.155).

Em 1962, Mário Palmério encerrou sua bem-sucedida trajetória na Câmara Federal. Atendeu à nomeação do presidente João Goulart e assumiu a função de embaixador do Brasil no Paraguai. Durante seus dois anos de permanência no país estrangeiro, que deixou durante o golpe de 1964, reformou o prédio da embaixada, concluiu as obras do Colégio Experimental, a ponte de Foz do Iguaçu, e iniciou as negociações para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Além de suas realizações como homem de obras e ações, o professor, deputado, escritor, cavalga também na música, ao marcar sua passagem pelo Paraguai pela composição de guarânias, como Saudade:

Si insistes en saber lo que és saudade,
Tendrás que antes de todo conocer,
Sentir lo que és querer,
lo que és ternura,
Tener por bien un puro amor, vivir!

Después comprenderás lo que és saudade
Después que hayas perdido aquel amor
Saudade és soledad, melancolia,
És lejanía, és recordar, sufrir! (PALMÉRIO, 2005[1962]).

Após a administração para o progresso de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil viveu um período conturbado de 1961 a 1964. Quatro presidentes passaram por Brasília: o primeiro, Janio Quadros, governou durante sete meses, sendo levado à renúncia sob acusação de simpatizar com os comunistas por ter condecorado Che Guevara. O presidente João Goulart, apesar da séria tentativa de atacar os problemas sociais, contrariou conservadores e militares, que implantaram o parlamentarismo como forma de diminuir o poder presidencial. A impossibilidade de levar a termo as reformas necessárias originou greves e agitação

sindical, até que o presidente foi deposto pelo golpe militar de 1964. O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro a ocupar a presidência do período conhecido como Ditadura Militar.

Mário Palmério voltou ao Brasil em 1964, mais precisamente para sua fazenda São José do Cangalha, no Mato Grosso, onde escreveu *Chapadão do Bugre* – vide Figura 10, que foi publicado em 1965. O romance, como *Vila dos Confins*, pinta um retrato vivo e detalhado da vida no sertão, do povo do interior, que até se dá ao luxo de sonhar.

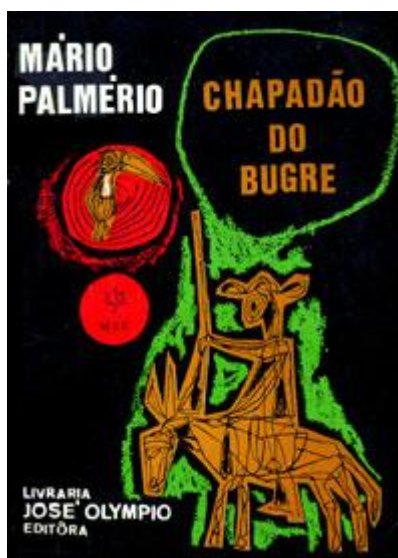


Figura 10 – Capa da 10ª edição de *Chapadão do Bugre*.
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

Assim, o sonho do dentista prático José de Arimatéia era conquistar seu lugar ao sol ao lado da mulher amada, com muito trabalho, agindo “de acordo”, ou seja, respeitando as leis e os costumes do lugar, para manter-se nas boas graças do fazendeiro Seu Tonho Inácio, e tornar-se um pequeno proprietário digno e senhor do seu destino. Mas Arimatéia encontrava-se entre dois fogos: de um lado o poder em declínio dos coronéis; do outro, o poder das instituições responsáveis pela lei e pela ordem, buscando consolidar-se nos confins e chapadões, mas a serviço da elite e não do povo. De forma bem resumida, pode-se dizer que paralela à trajetória da ruína do sonho de Arimatéia, existe o grande questionamento sobre a trajetória do Brasil, cujo destino oscila entre interesses ora de oligarquias, ora de militares, ora de coronéis, ora de juízes, ora, ainda, de alianças entre as elites, mas dificilmente no interesse da formação de uma nação direcionada para o bem-estar do povo.

Costuma-se dizer que *Chapadão do Bugre* desenvolve-se a partir da chacina política que aconteceu no começo do século XX na cidade mineira de Passos¹⁰. Mas, rastreando os discursos de Mário Palmério, viu-se que em várias ocasiões o assunto é o uso da violência policial ou militar contra o povo.

Os dois romances de Mário Palmério, a serem mais extensamente apresentados e analisados no Capítulo 3, *Visões de mundo do intelectual Mário Palmério: considerações sobre Vila dos Confins e Chapadão do Bugre*, renderam-lhe a eleição para a vaga de Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras, em 1968 – vide *Figura 11*. No ano seguinte, o escritor cavalgou, como diria Du Terrail, em direção ao então pouco explorado e conhecido rio Amazonas, pesquisando a vida e os costumes locais. Em 1970, de volta a Uberaba, candidatou-se a prefeito desta cidade, mas não foi eleito. Cavalgou, então, para mais longe ainda, Europa e África, fazendo palestras sobre seus livros e suas pesquisas e observações na Amazônia.



Figura 11 – Palmério na Cerimônia de posse, Academia Brasileira de Letras, 1968,
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

¹⁰ Análise contrapondo a matança no Fórum (Passos) com o massacre em Chapadão do Bugre, em “**Poder e Coronelismo no oeste de Minas Gerais: A relação entre História e Literatura na obra de Mário Palmério**” (2007), de Lélia Maria Silva de Assis.

Em 1972, ao regressar ao Brasil, retoma suas atividades ligadas à educação. Criou, em Uberaba, a Fiube (Faculdades Integradas de Uberaba), onde, no ano seguinte, abriu vagas nos cursos de Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Estudos Sociais e Comunicação Social. Em 1976, estavam prontas as instalações do Campus II da Fiube. Mário Prata¹¹ (2000) conta a direção da próxima aventura de Mário Palmério:

Depois de descrever o Chapadão do Bugre lá na Vila dos Confinos, depois de virar deputado federal, depois de entrar para a Academia Brasileira de Letras, largou tudo, comprou um barco e uma índia e ficou uns oito anos subindo e descendo o Amazonas, pensando e fazendo bobagens (no bom sentido, como deve ser toda bobagem). Parava naquelas cidadezinhas, ficava uns dias, ouvia uns casos. Nunca me disse se pretendia escrever um livro tipo Igarapé do Bugre ou Vila dos Manaus. Mas contava - oralmente - casos amazonenses. (PRATA, 2000).

O inquieto professor, empreendedor, político, escritor, músico, viajante durante nove anos (1978-1987), viveu sobre as águas do rio Amazonas, no barco Frey Gaspar de Carvajal – *vide Figura 12*, onde formou uma biblioteca de livros sobre a Amazônia, guardou suas anotações, fotos, e recebeu amigos, políticos e cientistas, até que problemas de saúde o fizeram voltar a Uberaba, onde assumiu a reitoria da Fiube, em 1988.



Figura 12 – Barco Frey Gaspar de Carvajal, no qual Palmério percorreu os rios da Amazônia.
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

¹¹ “O Crime do Açougueiro” publicado originalmente no jornal *O Estado de São Paulo* em 26 de janeiro de 2000. Reproduzido do endereço www.marioprataonline.com.br. Disponível em: www.uniube.br/mariopalmerio/quem_foi/mario_prata.php. Acesso em 13 de maio de 2010.

Em 1985, encerrava-se o governo do último general da Ditadura Militar, João Figueiredo, em meio às manifestações dos trabalhadores – metalúrgicos de São Bernardo do Campo e São Paulo – por melhores salários. Os grevistas eram reprimidos pela polícia e alguns foram presos. As reivindicações salariais levaram funcionários públicos e professores a parar suas atividades. Outra causa que mobilizava a população era a anistia dos presos políticos, que terminou acontecendo quando o Congresso, em 1979, aprovou a volta ao país dos brasileiros banidos e devolveu os direitos políticos que haviam sido cassados pela ditadura. A anistia exigia que funcionários públicos, para voltarem aos seus cargos, deveriam ser avaliados por comissões especiais, o que impediu muitos deles de retomar seus lugares. A eleição indireta – apenas senadores, deputados federais e seis membros de cada Assembléia Legislativa votaram – aconteceu em janeiro de 1985, atendendo parcialmente às manifestações populares pelas eleições diretas para presidente, que começaram a encher as ruas do país desde o final de 1983. O período de vinte anos de censura, repressão, desaparecidos e mortos não conseguiu calar os anseios dos brasileiros por melhores condições de vida.

O Brasil explodiu em festa com a eleição do mineiro Tancredo Neves para o primeiro governo civil, mas, na véspera da posse, o candidato foi internado, mergulhando o país em tristeza e depois em luto por sua morte, em abril de 1985. José Sarney, o vice-presidente, assumiu e promoveu medidas como a volta das eleições diretas, a livre criação e funcionamento dos partidos políticos e a elaboração da Constituição Federal de 1988. Em 1988, Mário Palmério recebeu a autorização do Ministério da Educação para transformar a Fiube em Universidade de Uberaba (Uniube), da qual, como já dito, se tornou reitor – *vide Figura 13*.



Figura 13 – Mário Palmério ao lado das funcionárias da Universidade de Uberaba.
Fonte: Memorial Mário Palmério, 2011.

Foi, então, ponto de referência na cidade, passando a receber amigos, políticos e jornalistas. José Humberto S. Henriques, jornalista e autor do livro *Geomorfosintaxe do Riso*, escreve como foi recebido por Mário Palmério, em sua casa rodeada de denso arvoredo: bambual, palmeiras e arbustos¹².

Mário Palmério veio a nós em trajes pijamados, uma flanela xadrezada em tons flamencos, era o que ele vestia. Um vermelho sobre outro tom de cor qualquer do século passado. Ofegava ligeiramente e a pele tinha ornamentação de palidez. Atirou sobre a mesa um volume de *Geomorfosintaxe do Riso* e pediu-se que eu o autografasse. Honrei-me. O Professor não tinha nenhum sorriso nos lábios, nenhum na alma. Foi o que me pareceu. Somente o vozeirão e os gestos de mão impositivos é que reinavam na personalidade dele feito num rei de boa estirpe. Honrei-me com o gesto dele atirar o livro sobre a mesa de jatobá e dizer que eu o autografasse. Fi-lo com gosto, aquele que a hora punha-me, concentrei-me no nada que a hora exigia. Dois anos antes, com mais saúde do que então, o Professor autografava para mim o *Chapadão do Bugre* e *Vila dos Confins*. Com dois rabiscos ininteligíveis ele entregou-me os dois volumes e pronto. (HENRIQUES, 1988 *apud* MEMORIAL MÁRIO PALMÉRIO, 2011).

Na chácara, ao crepúsculo, conversaram sobre pescaria e rios mansos. Palmério contou que estava escrevendo *As Memórias de um Assassino Perfeito*, obra interrompida por sua morte, em 1996, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar

¹² Conto *O Homem*, vencedor no Prêmio Missões, 1ª edição, abril de 1998. Disponível em: <http://www.uniube.br/mariopalmerio/quem_foi/o_homem.php>. Acesso em 2010.

Franco, que substituíra Fernando Collor, afastado pelo *impeachment*, devido à explosão inflacionária, desemprego e denúncias de corrupção.

CAPÍTULO II:
SERTÕES É MUITOS



CAPÍTULO 2

“SERTÕES É MUITOS”

2.1. O sertão na Literatura nacional: Breve panorama

Sertão é algo que não existe, segundo Moraes (2009), nos termos da geografia tradicional. Não há um espaço real, ou recorte espacial, que possa ser definido por seus componentes, ou pelo arranjo deles em uma paisagem, ou pelo clima, relevo, formações vegetais. Sem a definição de uma área material, não há como mapeá-lo. Sertão não é uma forma original, nem o produto da ação humana. Moraes (2009) o define como uma condição, uma realidade simbólica, portanto, uma ideologia geográfica.

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. (...) Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. (MORAES, 2009, p.89).

O simples emprego do termo sertão já implica um juízo de valor sobre um determinado lugar e uma intenção de transformá-lo. Quando agentes sociais chamam um espaço de sertão é, geralmente, porque querem mudar sua forma de ocupação e exploração. O termo é posto a serviço de uma estratégia de convencimento sobre um processo de hegemonização de políticas e práticas ou do Estado ou de alguns setores sociais.

Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem os interesses de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paisagens. A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade. (MORAES, 2009, p.90).

A palavra “sertão” relaciona-se ao Brasil desde o descobrimento, sendo o termo que Pero Vaz de Caminha escolheu para designar as terras que se estendiam além do litoral na *Carta* em que dá notícias ao rei de Portugal, D. Manuel, da nova terra:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em

algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo **sertão** nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa.¹³ grifo meu

Neste primeiro sentido, “sertão” se refere ao que Caminha supõe sejam grandes extensões de terra e árvores que a vista não consegue alcançar. Consiste em uma visão duplamente exterior: ele olha a terra do mar, e olha com o olhar maravilhado do estrangeiro. Sua visão trai o interesse pelos habitantes da terra, os índios, que descreve em minúcias e em grande parte da carta, e cuja “salvação” considera ser o melhor fruto a ser colhido ali. Nesse primeiro uso, o significado que se associa à forma sertão é de espaço em expansão, com soberania incerta, a ser incorporado a Portugal (MORAES, 2009). Transparece o olhar europeu, definindo o sertão pela diferença: os índios são belos, sadios, pacíficos, inocentes como Adão, mas não são cristãos, ou seja, não professam a mesma crença que os europeus, por isto a necessidade de convertê-los.

A *Carta* ainda que tão remota, mantém-se como documento da mentalidade do colonizador que projeta no Novo Mundo uma visão do Paraíso Terreal em que não se lavra ou cria e em que se plantando tudo dá (HOLANDA, 1994, p.XVII). Esta visão portuguesa de um paraíso como lugar onde o trabalho é desnecessário, como uma terra que produz independente da intervenção humana, diferencia-se da mentalidade dos colonos ingleses, para quem o Novo Mundo era um paraíso a ser construído pelo trabalho, enfrentando os rigores, tanto do deserto quanto da selva.

É certo que os portugueses demoraram-se no litoral da nova terra explorando a princípio o pau-brasil, cuja extração e transporte foram se tornando cada mais difícil à medida que era preciso internar-se nas florestas para derrubar e carregar a madeira até os navios, de onde seguia para a metrópole. Sucedeu-se, então, o plantio da cana-de-açúcar nos solos férteis de Pernambuco e da Bahia. Esta nova atividade voltada para a exportação deu origem aos latifúndios, extensas áreas cultiváveis doadas pelo rei, e ao trabalho escravo, constituindo o modelo de economia que vigorou na colônia até o final do século XIX.

Durante o primeiro século do descobrimento consolidou-se a ocupação de grande parte do litoral brasileiro com a fundação da vila de São Vicente, na costa paulista; do forte e povoado na baía da Guanabara; a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro; e a divisão das terras desde Belém até a ilha de Santa Catarina, pelo sistema de capitanias hereditárias. Havia um comércio regular do açúcar produzido no nordeste, vendido por preço

¹³ Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>>. Acesso em 2010.

muito barato e revendido na metrópole com muito lucro, e compra de produtos manufaturados e alimentos vindos do exterior. O governo português teve ainda de defender a nova terra da invasão de franceses, holandeses e espanhóis.

Embora o litoral tenha sido o “locus” principal da ocupação, o interesse pelo interior explorado do país atraiu viajantes europeus e missionários jesuítas, desejosos de conhecer os mistérios, riquezas e maravilhas da nova terra, de capturar índios para o trabalho nas vilas e nas lavouras ou salvá-los de seus costumes bárbaros. Nestes primeiros tempos, o sertão é definido pela diferença, para que ele exista deve existir o não-sertão, que dá origem ao par sertão/litoral. Por um lado, o sertão é valorizado pelas riquezas e maravilhas que abriga; por outro lado, é desvalorizado em função dos índios que o habitam e surgem como obstáculo a este “potencial adormecido, cuja efetivação prática demandaria ações transformadoras da realidade vigente.” (MORAES, 2009, p.92).

As viagens eram registradas e muitas vezes publicadas nas metrópoles para um público ávido de notícias exóticas. Grande parte destes relatos era dedicada à observação do gentio e variava conforme a concepção do observador e a atitude que já pré-julgara mais adequada em relação aos não-europeus. É possível avaliar estas diferenças a partir do fragmento de relato do católico francês André Thevet:

Agora cumpre falar da parte que mais conhecemos e freqüentamos, situada perto do trópico brumal e ainda além. Além dos cristãos, que depois de Américo Vespúcio a habitam, esta terra foi e é ainda hoje habitada por gente prodigiosamente estranha e selvagem, sem fé, sem lei, sem religião, sem civilidade nenhuma, que vive como os animais irracionais, do modo como a natureza a fez, comendo raízes, andando sempre nua (tanto homens quanto mulheres), e isso talvez até que, convivendo com os cristãos, aos poucos se despoje dessa brutalidade, passando a vestir-se de modo mais civilizado e humano. (*apud* OLIVIERI E VILLA, 2001, p.60).

O padre franciscano André Thevet chegou ao Brasil em novembro de 1555 com o objetivo de fundar aqui uma colônia francesa a que chamaria de França Antártica. Permaneceu no país até janeiro de 1556, portanto três meses. Publicou *As singularidades da França Antártica* no ano seguinte, informando sobre a antropofagia dos tupinambás, sobre os pajés, táticas de guerra, práticas mortuárias, doenças dos gentios. Sua obra recebeu críticas que apontaram concepções erradas, muitas delas calcadas no seu moralismo ingênuo. Thevet representa bem a visão do estrangeiro que vê o sertão brasileiro e seus habitantes do ponto de vista que se vê sempre no ‘certo’, no ‘conhecido’, no ‘culto’, ou seja, na ‘civilização’. Maria Alzira Brum Lemos (2002) considera que esta visão é própria do processo colonizador em

que o europeu via na América, nas florestas, nos descampados, nas regiões inóspitas, de vegetação difícil, signos da cultura brasileira: nativista e sertanista.

Jean de Léry – calvinista, estudante de teologia e artesão, depois ministro protestante – ficou no Brasil dois anos (1556-7) observando o modo de vida dos índios. Seu livro, *Narrativa de uma viagem feita à terra do Brasil*, escrito dezoito anos após sua estada no país, alcançou enorme sucesso na Europa, recebeu nove reedições e foi traduzido para o holandês, alemão e latim. Sérgio Milliet (*apud* OLIVIERI E VILLA, 2000) diz que Léry possuía uma qualidade rara para o seu tempo, qual seja: a noção de relatividade dos costumes. Ele conseguiu sair do molde de sua época e demonstrar simpatia por aquele povo diferente, mas nem por isso incapaz de virtudes, como se pode ver no fragmento seguinte:

Quanto à organização social de nossos selvagens, é coisa quase incrível – e dizê-lo envergonhará aqueles que têm leis divinas e humanas – que, apesar de serem conduzidos apenas pelo seu natural, ainda que um tanto degenerado, eles se dêem tão bem e vivam em tanta paz uns com os outros. Mas com isso me refiro a cada nação em si ou às nações que sejam aliadas; pois quanto aos inimigos, já vimos em outra ocasião o tratamento terrível que lhes dispensam. (*apud* OLIVIERI E VILLA, 2000, p.69).

A visão complacente sobre os índios brasileiros difere, por sua vez, das críticas mordazes que Gregório de Matos Guerra dirigia, no século XVII, à nobreza baiana “caramuru” enriquecida com os engenhos-de-açúcar, mas também aos mestiços, às autoridades portuguesas, e a toda a população que nascia do cruzamento do português, do índio e do negro. Debaixo destas críticas encontra-se a concepção do poeta de que a riqueza da Bahia estava sendo trocada por nada, e que toda ganância e presunção dos senhores de engenho, associados aos mercadores portugueses, não alterava o estado geral de pobreza e abandono baiano. Durante este século, pouco se avançou em direção ao interior, para a insatisfação do governo da metrópole, invejoso da prata abundante encontrada no Eldorado espanhol.

O sertão sempre foi um “espaço-alvo de projetos”, segundo Moraes (2009). No discurso dos cronistas ele é definido como uma terra pouco conhecida, que eles se propõem a explorar e divulgar. Sendo estas ações etapas para transformá-lo em um outro: na França Antártica do padre Thevet; em um espaço de convivência pacífica, mas de índios menos instintivos e degenerados. O discurso poético de Gregório de Matos Guerra critica a transformação do sertão em mercado, em terra.

Visando a tão sonhada descoberta de ouro, prata e esmeraldas no sertão brasileiro, Afonso VI encarregou Fernão Dias Paes Leme, importante autoridade paulista, de organizar

uma bandeira exploratória do sertão. Nos sete anos desempenhando sua missão, o bandeirante paulista passou por vários obstáculos, perdeu a maioria dos homens, teve de enforcar o filho e morreu (1681) na ilusão de haver encontrado esmeraldas, quando, na verdade, as pedras verdes não passavam de águas-marinhas. Mesmo assim, abriu o caminho que ligava por terra São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, antes só conectadas pelo mar (BAZIN, 1963).

Dom Rodrigo de Castelo Branco assumiu o comando dos homens que haviam restado da bandeira de Paes Lemes e que seguiam o espanhol Borba Gato. Este último julgava Castelo Branco ilegítimo para dirigir a expedição, desenvolvendo intensa rivalidade contra o nobre português, que culminou com o assassinato deste. Borba Gato embrenhou-se com seus homens no sertão, só voltando a aparecer vinte anos depois, em 1700, com a proposta de ser perdoado em troca de oferecer informações sobre a localização das minas que havia descoberto. Organizaram-se várias bandeiras partindo de São Paulo para verificar a verdade das informações. A descoberta do ouro deve-se a um mulato que levava de uma expedição algumas pedras negras recolhidas em um rio.

O rio, segundo o mulato, ficava ao pé de uma cadeia de montanhas em que havia uma pedra que os índios chamavam de Itacolomi. Houve um alvoroço de expedições no sertão mineiro até que a bandeira de Antônio Dias chegou ao Itacolomi em 1689. Começava, assim, a ocupação do interior brasileiro. A corrida do ouro deflagrou um intenso movimento migratório para a região assim como o aumento do tráfico negreiro. Cerca de 500 mil portugueses, 10 mil cariocas, além de paulistas e baianos deixaram suas terras com destino a Minas (LOURENÇO, 2002).

Vila Rica desenvolve-se a partir da igreja mandada construir por Antonio Dias em agradecimento pela descoberta do ouro. A cidade será o ponto de encontro de intelectuais, entre eles os poetas que estudaram na metrópole e de lá traziam tanto os moldes da bucólica poesia arcádica, quanto do convulso estilo barroco, além dos ideais de independência e abolicionismo (igualdade, liberdade e fraternidade) que agitavam a Europa. Neste século, quando se efetiva a ocupação humana do interior – Minas, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Piauí – o sertão é visto de fora e de dentro sendo contexto e circunstância (TELES, 2002). Claudio Manuel da Costa ilustra este olhar:

Vila Rica –Canto IX

.....a antiga história
 Desta árvore eu a guardo de memória
 Desde a primeira vez, que um índio velho
 Encontrei nos **sertões**; e de conselho
 Saudável quis que eu fosse socorrido.

Neste montes me conta que nascido
 Fora um mancebo; Blásimo era o nome
 Que a corrupção do tempo em vão consome,
 De Bálsamo guardando inda a lembrança.
 (COSTA, s/d, p.105) (grifo meu)

Cláudio Manuel da Costa nasceu nos arredores da Vila do Ribeirão do Carmo, que se tornou a cidade de Mariana, no sítio Vargem do Itacolomi, onde seus pais viviam de mineração e lavoura. Filho de pai português que veio bem novo para o Brasil e de mãe paulista, mestrou-se em Letras no Colégio dos Jesuítas, no Rio de Janeiro, e cursou direito em Coimbra, como era costume na época. Em sua volta da Europa para Vila Rica, trouxe as fórmulas dos poemas e as ideias libertárias que havia dado o tom à Revolução Francesa. Uniu-se ao grupo de intelectuais mineiros para esboçar o movimento de independência e de abolição da escravatura, foi preso e suicidou-se no cárcere.

Antônio Cândido¹⁴ (1969) considera que na poesia de Cláudio Manuel da Costa a emoção poética estava genuinamente ligada a sua terra natal, como transparece nas imagens repetidas de montes, vales e ribeiras que compunham o cenário de Mariana. Outra constante na obra do poeta é a melancolia gerada a partir da “oscilação moral entre duas terras e dois níveis de cultura” (CÂNDIDO, 1969, p.91). De um lado havia o brasileiro nascido entre as montanhas de Minas, do outro lado, havia o intelectual formado na corte. Esta quase dupla nacionalidade é muito presente nos artistas brasileiros, e não deixa de ser um índice da formação de uma consciência nacional, ou seja, de uma visão do interior do Brasil.

É importante lembrar que o povoamento do sertão mineiro se fez com grande violência contra a natureza. O ouro e o diamante, de início, eram extraídos, segundo Lourenço (2002), pela lavagem do cascalho acumulado nas margens dos rios, mas quando começou a se esgotar, passou a ser retirado nas encostas dos morros. As florestas eram então queimadas, e o curso dos rios desviados para erodirem as jazidas localizadas nas encostas destes morros. Praticava-se também a drenagem das encostas a seco, com a abertura de profundas crateras. O solo erodido em poucos meses era abandonado quando se localizavam novas jazidas. A Mata Atlântica foi vítima de uma verdadeira catástrofe ambiental, sendo reduzida em 30.000 km² em Minas (LOURENÇO, 2002). As técnicas agrícolas rudimentares usadas para produzir alimentos para uma população muito grande de migrantes levou as terras cultiváveis ao esgotamento.

¹⁴ Antônio Cândido considera o poema Vila Rica abaixo de tudo que Cláudio escreveu antes, apesar do carinho na elaboração e da pesquisa documental que lhe deram origem.

O sertão modificado pela presença humana será o grande cenário das aventuras românticas escritas entre os anos 40 e 60 do século XIX. Quatrocentos anos após o descobrimento, e na onda do nacionalismo que motivava cada país a enaltecer o que de próprio e característico fazia dele a melhor nação do mundo, os brasileiros também buscavam sua singularidade e a encontravam no índio e na natureza. O indianismo criou um passado “místico e lendário” do qual os brasileiros poderiam se orgulhar, como os europeus se orgulhavam de suas tradições e lendas medievais. Os escritores românticos dotaram os índios das virtudes típicas dos heróis das novelas de cavalaria. Peri – protagonista do romance *O Guarani* de José de Alencar – é corajoso, leal, destemido, cortês e dedicado até a morte.

O romance romântico, ao contrário do que se costuma pensar, não se opõe à realidade. Antônio Candido (1969) registra que “o respeito inicial pela realidade” é a base deste romance e se manifesta na verossimilhança que os autores procuram dar às suas obras. O respeito pela realidade levou os escritores a intensas pesquisas sobre lugares, paisagens, acontecimentos que, depois, eles selecionaram e agruparam segundo sua visão de mundo. Estas pesquisas se manifestaram como regionalismo da melhor qualidade, na avaliação de Cândido (1969), porque gerou obras centradas nos problemas humanos que não se confundem com a paisagem nem se anulam diante dela. A região pode condicionar a vida do homem, mas não está acima de seus problemas específicos.

O trecho abaixo do romance *O Sertanejo*, 1875, de José de Alencar, deixa transparecer a pesquisa da realidade, que engloba a experiência pessoal, que o antecedeu:

Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão da minha terra natal.

Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha de cavalo acossa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza. [...]

Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz de minha infância? [...]

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhes infundia.

A civilização que penetra pelo interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações.

Não era assim no final do século passado, quando se encontravam de longe em longe extensas fazendas as quais ocupavam todo o espaço entre as raras freguesias espalhadas pelo interior da província.

Então o viajante tinha de atravessar grandes distâncias sem encontrar habitação, que lhe servisse de pousada; porisso, a não ser algum afouto sertanejo à escoteira, era obrigado a munir-se de todas as provisões necessárias à comodidade como à segurança.

Assim fizera o dono do comboio que no dia 10 de dezembro de 1764 seguia pelas margens do Sitiá buscando as fraldas da Serra de Santa Maria, no sertão do Quixeramobim. (ALENCAR, 2002[1955], p.9-10).

O trecho citado da página inicial do romance elenca uma grande variedade de sentidos atribuídos ao sertão: “horizontes infindos”, “cerrado mais espesso”, “remotas regiões”, “interior” em oposição à civilização, “vastíssimo deserto” e a expressão quase sinônima: “grandes distâncias sem encontrar habitação”. A paisagem busca ser referencial na medida em que apresenta nela o vaqueiro cearense, e a especifica em detalhes quanto ao lugar certo do Ceará e ao tempo em que transcorrem os fatos narrados. Percebe-se a relação constante da paisagem com os seres humanos que a atravessam e, neste movimento, a modificam e definem.

O sertão mineiro é pintado em cores mais vivas no romance *O Garimpeiro*, 1872, de Bernardo Guimarães:

As regiões que formam os municípios de Araxá, Patrocínio e Bagagem, na província de Minas, encerram paisagens as mais risonhas e encantadoras que se podem imaginar, e quem uma vez tem percorrido esses férteis e pitorescos sertões nunca mais os perdem da lembrança.

É impossível dar uma idéia do aspecto geral desse país. A cada eminência que se transpõe, uma nova perspectiva nos surpreende, um novo panorama se desenrola aos olhos do viandante. Aqui o solo ondula graciosamente em colinas de suave declive, separadas uma das outras por cristalinos córregos, orlados de capões, cujo tope escuro se destaca vivamente em meio do brilhante e verde claro matiz das campinas. Além se achata em vastos chapadões, que cansam a vista e impacientam o viandante que os percorre. Acolá os espigões se abaúlam, como leivas gigantescas divididas pelos buritizais que se estendem como filas de guerreiros ao longo dos brejais. Aqui o horizonte é limitado ao longe por uma linha de serras, cujos topes, longe de serem coroados de ásperos alcantis, são lisos e risonhos tabuleiros cobertos de viçosas e succulentas pastagens. Acolá uma linha escura forma o fundo do painel; é a selva profunda e imensa, que lá se vai perder pelo coração dos desertos sem fim. De todas essas encostas, por todos esses vales, à sombra de todos esses selváticos vergéis, jorram e murmuram perenemente com pasmosa abundância as mais límpidas e frescas águas. O humilde regato que aqui transpões de um salto, alguma léguas além ainda ao alcance de vossas vistas já é largo e caudaloso rio.

Tudo é belo e grandioso, é risonho e enlevador por aquelas imensas solidões. (GUIMARÃES, 1977, p.9).

Às campinas cearenses, Bernardo Guimarães contrapõe o relevo ondulado da região do Triângulo Mineiro. Todo o segundo parágrafo quer dar conta de uma diversidade difícil de abarcar, porque sempre aparece um elemento surpreendente. Se a paisagem é variada, a combinação dos vales, serras, colinas, buritizais e pastagens, regatos, rios dá um tom geral risonho, encantador, belo e grandioso. Os desertos sem fim são o sertão mais distante da selva profunda; os “selváticos vergeis” se suavizam pela abundância das águas, assim como as imensas solidões se povoam da grandiosidade e beleza do lugar. Este sertão guarda o ouro que o protagonista do romance, Elias, precisa encontrar para conquistar a mão de sua amada.

O regionalismo/sertanismo prolongou-se por toda a literatura brasileira, sendo um meio poderoso de elaborar e divulgar conceitos e imagens sobre o sertão quer como lugar legítimo da identidade nacional, quer como lugar de atraso e barbárie em oposição ao espaço litorâneo de desenvolvimento e civilização. Como o objetivo deste trabalho não é fazer uma análise exaustiva desta corrente literária, faremos uma síntese de três momentos do *regionalismo sertanista*, como cita Vicentini (2007), escolhendo escritores (Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Mário Palmério) e obras (*Os Sertões*; *Vidas Secas*; *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*) que mais influenciaram na formação da mentalidade nacional sobre o sertão.

2.1.1. Os “sertões” de Euclides da Cunha: de raça mestiça a “sertanejo forte”

Euclides da Cunha publicou *Os Sertões* em 1902, sob os auspícios da República proclamada, então, recentemente, em 1889. Militar reformado, engenheiro-ajudante, jornalista, ele foi convidado, em 1897, para ser correspondente do jornal *Estado de São Paulo*, na cobertura da terceira expedição a Canudos. Euclides escreveu vinte e três artigos para o jornal, os quais serviram de base para seu romance-documentário. Em sua obra, ele tenta manter uma visão objetiva e científica dos acontecimentos:

Em busca de bases sólidas para a construção de sua obra, Euclides da Cunha se apóia nas tradições e nas descobertas da ciência e do cientismo de sua época. Na tradição de Montesquieu, Herder, Hegel e Taine, ele busca a influência da terra sobre o homem. Tentando introduzir a História na Geografia e descobrir a dinâmica dessa relação, ele adota a perspectiva de Taine e divide o livro em três grandes partes: a terra (o meio), o homem (a raça) e a luta (o momento, a história). Por isso, ele começa pelo movimento de formação geológica. Depois ele descreve as características topográficas e orográficas da região: o Sertão ou os sertões. O clima e a vegetação completam o quadro geográfico dessa parte do Nordeste do Brasil, uma zona de clima semi-árido e vegetação rasteira frequentemente atingida pelas secas. Essas características geográficas podem conferir ao sertão a paisagem de um deserto, quando atingido pelas secas, ou de um paraíso, depois de uns poucos dias de chuva. (COSTA, 2001, p.189).

É nestes sertões do norte “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes...” (CUNHA, 1966, p.127) que se fixa uma raça mestiça retrógrada e forte, abandonada há três séculos. Aí surge Antonio Conselheiro, magérrimo, calado, penitente, que conquista sem pedir uma multidão de seguidores. Nas andanças pelos sertões, Antonio torna-se conselheiro, resolvendo brigas e divergências. Lidera seus crentes para a reconstrução de igrejas e

cemitérios. É preso com fundamento em lendas e boatos, apanha da polícia; desfeitos os mal-entendidos, volta a suas andanças sem rumo. Incomoda padres e as autoridades, que não veem com bons olhos o aglomerado de desocupados totalmente dedicados ao profeta.

Antônio Conselheiro, ao pregar contra a República, incita seus seguidores a não seguir a lei e a desbaratar a força policial mandada da capital para prendê-lo e dispersar seus seguidores: tornou-se, pois, um bandido procurado. Como conhecia muito bem o sertão, escolheu a fazenda abandonada de Canudos, cercada por montanhas e de difícil acesso, para refugiar-se com seus “vadios”. A gente simples deixou seus lares para abrigar-se junto ao profeta. O arraial de Canudos cresceu com uma rapidez assombrosa. Era um labirinto de casas de pau-a-pique com três cômodos mobiliados, com poucos trastes e um oratório. Havia armas desde os facões e cacetes até espingardas usadas nas expedições de saque às vilas. O sertanejo adotou o nome de jagunço, e fez de Canudos seu “último pouso na travessia de um deserto – a Terra”. (CUNHA, 1966, p.221).

O governo baiano inicia a luta, enviando cem praças para liquidar Canudos. A tarefa deixou um saldo de centenas de jagunços mortos e de soldados apavorados. A notícia da derrota atraiu a atenção do país para a guerra sertaneja. Houve uma segunda expedição composta do dobro de número de praças, mas os jagunços de Canudos possuíam um forte aliado:

[...] as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.

E o jagunço faz-se o guerrilheiro-thug, intangível...

As caatingas não o escondem apenas, amparam-no. (CUNHA, 1966, p.251).

[...]

A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra. E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro impotente e possante, inerme com a sua envergadura de aço e grifos de baionetas sente a garganta exsicar-se-lhe de sede e, aos primeiros sintomas da fome, reflui à retaguarda, fugindo ante o deserto ameaçador e estéril, aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo.

[...]

A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha dos exércitos. (CUNHA, 1966, p.255).

A cumplicidade da terra e do homem é a marca do regionalismo pré-modernista. O sertão áspero e belo acolhe o sertanejo que divide com ele as mesmas dificuldades. Por isto os jagunços do Belo Monte resistiram por tanto tempo: foram necessárias mais duas expedições

compostas de soldados enviados de vários estados do Brasil para destruir Canudos¹⁵, que permanece alimentando o imaginário nacional graças a sua elaboração literária por Euclides da Cunha.

É interessante notar que, apesar das agruras e asperezas do sertão nordestino, ele sediou a utopia da Cidade do Paraíso Terrestre. O episódio conhecido como movimento sebastianista da Serra do Rodeador, no Recife (1817), nasceu sob a liderança de dois ex-soldados que arrebanharam cerca de quatrocentos seguidores, confiantes na volta do rei D. Sebastião para fundar a Cidade do Paraíso Terrestre, onde haveria fartura, imortalidade e abundância. O governador de Pernambuco exterminou com tamanha crueldade os sebastianistas que elaborou um documento justificando ter agido contra desordeiros que “ameaçavam a ordem e devastavam a província”. (HERMANN, 2001, p.243).

2.1.2. *A seca em Graciliano Ramos: o ser-tão “insuportável” dos anos 1930*

Ao contrário do regionalismo pré-modernista, o regionalismo de 1930 compõe-se de romances em que a vida no sertão torna-se tão insuportável que a única saída é abandoná-lo. Graciliano Ramos, um dos escritores mais conhecidos deste período, nasceu em Quebrangulo (Alagoas) em 1892. Trabalhou na loja do pai, foi revisor de jornais no Rio de Janeiro, proprietário de loja em Palmeira dos Índios –Alagoas – casou-se, ficou viúvo com quatro filhos. Elegeu-se prefeito de Palmeira dos Índios em 1928 e renunciou em 1930. Nomeado diretor da Imprensa Oficial, demitiu-se um ano depois. Voltou a Palmeira dos Índios onde fundou uma escola. Em 1933, assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública em Alagoas e publicou seu primeiro livro, *Caetés*. Foi preso, em 1936, sem acusação declarada, na onda de caça aos comunistas que percorria o Brasil. Libertado da prisão, mudou-se, com a segunda mulher e os filhos, para um quarto de hotel no Rio de Janeiro, onde escreveu *Vidas Secas* (1938) seu romance mais conhecido e o que mais contribuiu para a formação da imagem do retirante nordestino.

¹⁵ A guerra de Canudos começou quando o juiz de direito de Juazeiro pediu providências ao Governador da Bahia para proteger a cidade que os jagunços ameaçavam invadir. O governador atendeu ao pedido, mandando enviar um médico e 100 praças comandados por um tenente. Neste primeiro confronto morreram 150 jagunços e 10 praças. A seguir foram mandados 200 praças e 11 oficiais: no primeiro combate morrem 115 jagunços e 4 praças; no segundo, morreram 300 jagunços e 4 praças e no terceiro confronto mais 20 jagunços morreram. A terceira expedição chegou a Canudos com 1281 homens. A quarta expedição se iniciou com 2.350 homens, aos quais se somaram 1042 praças e 68 oficiais, e depois uma brigada. No ataque final, lançou-se 90 bombas de dinamite em Canudos. Os jagunços resistiram de outubro de 1896 a outubro de 1897 com o extermínio dos quatro últimos sobreviventes. (CUNHA, 1966, p.89-90).

O desengonçado Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho, o menino mais novo, a cachorra Baleia são os personagens principais do romance enxuto e conciso. A seca pode ser considerada a vilã da história, responsável pela rudeza com que Fabiano é tratado e trata as pessoas. Ou as pessoas podem ser as vilãs, usando a seca como desculpa para sempre “chutar o cachorro”, o mais fraco e desamparado. Em uma ou outra hipótese, o certo é que há uma solidariedade seca entre a família dos retirantes, e nenhuma solidariedade fora dela.

A paisagem não é apresentada em grandes cenas descritivas, ela espacializa – planície vermelha/juazeiros verdes; rio seco; sol; catinga rala; vermelho indeciso/ossadas brancas; urubus; bichos moribundos – a longa caminhada dos infelizes. A paisagem é coerente com a infelicidade, porque torna inconcebível imaginar alguém feliz em um ambiente tão hostil.

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.

Arrastaram-se para lá, devagar, Sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça. Fabiano sombrio, cambaio, o aio a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa no cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais novo e a cachorra Baleia iam atrás.

Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.

– Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

[...]

A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas.

O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos.

– Anda, excomungado. (RAMOS, 1998, p.3).

O segundo parágrafo faz o inventário dos bens dos retirantes: um baú de folhas, aio, cuia, espingarda. O filho mais velho era carga mais pesada que a pouca tralha porque travava a chegada à sombra dos juazeiros. A brutalidade de Fabiano se abrandava nos parágrafos seguintes, quando pensa que o destino do filho é o mesmo dos bichos moribundos: ser pasto dos urubus e virar ossada. Ele carrega o filho nos ombros. A infelicidade também se abrandava quando chegam aos juazeiros: Fabiano sente vontade de cantar, e uma alegria doida o invade quando bebe água e vê se formarem nuvens de chuva no céu.

Fabiano não tinha terra, por isto abrigava-se em um sítio abandonado até que a chuva trouxesse de volta o proprietário, então ficava por ali como vaqueiro. Nestes intervalos de fartura no sertão, quase criava laços com a terra, mas então se lembrava que nem a terra nem os animais eram dele, e que, quando a chuva parasse, ele cairia de novo nas estradas:

Entristeceu. Considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dele era correr mundo, andar para cima e para baixo, a toda, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede que demorava demais, tomava amizade a casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras, ao juazeiro que os tinha abrigado uma noite. (RAMOS, 1998, p.9).

A ligação com a terra e os bichos não encontrava correspondência na relação com as pessoas. Todos o exploravam: o vendeiro punha água na pinga e no querosene que vendia; o patrão roubava nas contas e enchia Fabiano de dívidas exageradas; o “soldado amarelo” prendia e batia só porque era autoridade; o cobrador da prefeitura queria taxá-lo pela venda do porco magro. “Tudo seco em redor” resume bem as relações humanas, mesmo em época de chuva. Esta secura geral desenvolve em Fabiano o sentimento de inferioridade, que o leva a identificar-se como bicho, ou cabra, mas não como homem. Enfim, quando volta a seca, a família cai na estrada:

Saíram de madrugada. [...]

Chegariam a uma terra distante, esqueceriam a catanga onde havia montes baixos, cascalhos, rios secos, espinhos, urubus, bichos morrendo, gente morrendo. Não voltariam nunca mais, resistiriam à saudade que ataca os sertanejos na mata. Então eles eram bois para morrer tristes por falta de espinhos? Fixar-se-iam muito longe, adotariam costumes diferentes.

[...]

E andavam para o sul metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos. (RAMOS, 1998, p.66-71).

Percebe-se tanto pela leitura de *Os Sertões* quanto pela leitura de *Vidas Secas*, que o sertanejo só abandona o sertão morto ou para não morrer. Nas duas representações da vida no interior nordestino, os sertanejos são hóspedes em terra alheia. Para assentarem pouso devem se sujeitar às condições do dono, e acostumar-se a cair na estrada ao menor descontentamento daquele. Assim, *Os Sertões*, pode ser lido como a luta obstinada de uma multidão de “vadios”, nos termos de Euclides da Cunha, para dar a vida por um lugar que lhes pertencia. Em *Vidas Secas*, Fabiano não é um indivíduo isolado, mas uma síntese da luta de centenas de “cabras”, segundo Graciliano Ramos, para sobreviver num meio em que os intervalos “verdes” são insuficientes para suplantar a seca insistente que contamina as relações sociais. A cidade grande surge como uma esperança temerosa – “Que iriam fazer? – de dias melhores. Portanto, nos dois contextos representados, os sertanejos são nômades à procura de um lugar onde possam criar raízes e sentir-se finalmente em casa.

A questão de como assentar raízes no sertão se desloca para outro nível quando não é desenvolvida em plena batalha, ou no confronto com a inclemência de um elemento natural. A perspectiva de integração do interior ao litoral, anunciada por práticas civilizadas, a exemplo da eleição para prefeito ou a intervenção dos representantes da justiça para moralizar a cidade, gera expectativas. Afinal abriam-se possibilidades de substituir os mandos e desmandos dos coronéis pela nova ordem instalada na capital.

2.2. Do desejo de civilidade ao desejo de modernidade: o sertão em Mário Palmério

2.2.1. Os ideais republicanos como plano de fundo para a obra de Palmério

Os discursos de Mário Palmério na Câmara dos Deputados permitem vislumbrar um político combativo e destemido o bastante para dar voz às denúncias apresentadas por seus eleitores. O deputado reivindicava, tomava atitude diante dos fatos que considerava injustos, propunha articulações para promover reformas de bases a fim de que o estado de direito não tivesse de disfarçar suas fragilidades, voltando-as contra o sertão e seus habitantes, ou contra aqueles que, por ousarem discordar, eram rotulados de comunistas. Afinal, havia um povo tentando sobreviver no imenso território, embora a *res* pública fosse privilégio de poucos.

A libertação dos escravos (1888) aumentou o contingente de desterrados que vagavam pelos sertões em busca de oportunidades. A Proclamação da República se fez sob a declaração de princípios “Ordem e Progresso”, lema positivista de Augusto Comte, gravado na bandeira nacional. O positivismo, para Segal (2004), quer entender as coisas do mundo com olhos científicos: exatos, factuais, que convençam pela comprovação. Derrubada da ordem aristocrática, avanço da indústria e da técnica, crescimento científico, fé no progresso, democracia são alguns componentes do positivismo do filósofo francês.

O estado positivo de evolução caracteriza-se pela busca de reorganizar a vida social para tirar a humanidade da anarquia e da crise em direção a uma fase de hegemonia científica. O governo estaria nas mãos de sábios apoiados em leis retiradas das ciências naturais e em defesa das classes humildes. Comte acreditava que a história é a história das opiniões ou, em outras palavras, das ideologias e das visões de mundo, que, por sua vez, se baseiam em crenças. O governo dos sábios precisa de um instrumento seguro para estudar o comportamento e o relacionamento social, a fim de prever suas decisões. Este instrumento seria a sociologia como estudo científico da sociedade.

Rafael Segal (2004) chama a atenção para o fato de que aconteceu no Brasil a tentativa mais efetiva de pôr em prática a doutrina positivista, visto ser ela uma ideologia tipicamente francesa. Tão grande foi sua influência nestas terras latinas que Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública (1836-1891), reformulou o ensino brasileiro de acordo com as ideias de Comte. Acontece que os ensinamentos positivistas se limitaram aos alunos das escolas militares, porque era baixíssimo o nível de instrução do proletariado nacional. Estes militares acharam-se incumbidos da missão de implantar uma República alicerçada na razão e na ciência política, como explica Carvalho (1990): “Acontece que os militares tinham formação técnica [...] e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial.” (CARVALHO, 1990, p.28).

O positivismo dominou o debate político brasileiro, conduzindo vários de seus adeptos a cargos importantes na República. O Rio Grande do Sul sofreu uma forte influência destas ideias, que ainda estavam presentes no Estado Novo (1937-1945) na determinação de Getúlio Vargas de substituir a noção de representação popular pela noção de hegemonia científica, na qual a ordem e o fortalecimento de um dirigente moralmente responsável geram um regime que promove o bem estar rumo ao progresso.

Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes, eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, registrando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. (CARVALHO, 1987, p.42).

A importação do ideário positivista da França foi uma das manifestações da tendência brasileira de colher seu modelo de civilização na Europa. Tendência esta que se intensificou no período pós-escravidão e pós-República. Nicolau Sevcenko (2003) analisa que, enquanto na Independência as elites buscavam se identificar com os grupos nativos – mamelucos e índios – e os transformavam em tema do indianismo, simbolizando o desejo de ser brasileiro, no início da República se elegeu como modelo as cidades europeias (principalmente França e Inglaterra), manifestando-se o desejo de ser estrangeiro. Copiava-se tudo da Europa: roupas, música, filosofia, móveis, decoração, livros, comportamento (tudo que fosse consumível).

No período compreendido da Proclamação da República até 1920, o Brasil recebeu significativo capital do exterior e muitos imigrantes, formou um mercado de trabalho assalariado e implantou as primeiras indústrias. O capital estrangeiro servia para modernizar e sanear o perímetro urbano do Rio de Janeiro, sem que o interior do estado sofresse alteração.

Por isto levou-se a extremos a oposição “cidade industriosa/campo indolente”: Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, era o símbolo do caipira, como discute Naxara (1998):

A figura do Jeca Tatu realizou a façanha de materializar, numa imagem forte, todo um pensamento sobre o brasileiro. Havia diversas representações sobre os nacionais, elaboradas ao longo do tempo, formando um imaginário fluido e inconstante. Tal variedade foi responsável pelas reações, tanto positivas quanto negativas, à figura do Jeca Tatu no momento do seu surgimento. A imagem do nacional/brasileiro oscilava da mais absoluta desqualificação a uma idealização romântica e condescendente. Monteiro Lobato combatia a visão edulcorada, apresentando ao público um Jeca Tatu como regra do caipira brasileiro, despido de qualquer romantismo, com uma carga negativa enorme, como sendo impermeável ao progresso e à civilização. (NAXARA, 1998, p.24).

Sevcenko (2003) questiona o papel que cabe aos intelectuais neste processo de mudança e registra que havia duas tomadas de posição: de um lado, os que defendiam os poderosos brasileiros e estrangeiros como responsáveis pelo futuro do país; de outro lado, uma minoria que clamava por justiça social capaz de reverter as mazelas do colonialismo, da escravidão, da destruição da natureza e da modernidade que concentrava na mão de poucos as riquezas.

Sevcenko (2003) pinta o quadro do Brasil na *Belle Époque* a partir da visão de mundo presente na obra dos escritores Euclides da Cunha¹⁶ e Lima Barreto e conclui que ambos combatiam os “vícios e distorções” do regime republicano. Lima condenou a oligarquia mineira-paulista que enriqueceu com o café; a construção de obras majestosas no Centro-Sul, ao passo que o trabalhador agrícola era tocado de fazenda em fazenda por qualquer motivo, sem possibilidade de arranjar a vida devido à sua ignorância, à natureza das culturas, à politicagem e ao grande desejo de lucro.

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação de cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influi decerto para tal aspecto, mas influíram, porém, os azares das construções.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiam como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes sucedem na mesma direção com uma freqüência irritante, outra se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. Num trecho, há casas amontoadas umas sobre as outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva. [...]

Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades européias, com as suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e

¹⁶ Euclides da Cunha sofreu grande influência da ideologia positivista, conforme demonstra em profissão de fé no progresso expressa em *Os Sertões*: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura.” (CUNHA, 1966, p.141).

ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados. (BARRETO, 1997, p.78).

Barreto dizia (em seus artigos e livros que tiveram poucas reedições) que o trabalhador rural “pária agrícola (colono ou caboclo)” ia trabalhar para o fazendeiro seduzido por promessas vantajosas, construía seu rancho e, depois de 30 anos de serviço, recebia o mesmo salário sem direito a mais nada. Denunciou também a modernização do Rio, que seguiu apenas os interesses por lucro dos ricos e dos agentes imobiliários, sem considerar os custos ambientais. As cidades recebiam investimentos para obras luxuosas, enquanto o campo permanecia no maior atraso. O Estado-nação moderno se fazia, de acordo com Sevcenko (2003), no interior do Rio, por vias tortas, pelas políticas tradicionais da zona rural (coronelismo, capanguismo, voto de cabresto).

2.2.2. *O coronelismo: grande “inimigo” da modernidade*

Mário Palmério situou suas obras em um tempo dividido entre o poder em declínio dos coronéis e as iniciativas do poder público para se apropriar do sertão. A estrutura de mando local continuava a existir sob a dependência crescente dos favores e das verbas estatais. Era uma questão de sobrevivência para os coronéis alinhar-se com os políticos da situação. Por sua vez, os governadores dependiam dos votos de cabresto, controlados de perto pelos chefes locais. Não havia espaço para fidelidade partidária, para debates ideológicos ou para a construção de um projeto de nação: o valor máximo era a permanência no poder e nos privilégios que ele proporcionava.

O início do processo de ocupação do sertão deveu-se à criação de gado promovida pelo bandeirismo colonial. Aos grupos rurais coube a tarefa de vencer o vazio cultural, quebrar a resistência natural e manter o território conquistado contra as ameaças de reconquista do espaço domesticado pela “selvageria”. O regime pastoril sobreviveu ao povoamento inicial do sertão, produziu relações sociais e econômicas específicas que permanecem mesmo quando o domínio do território não tem que enfrentar a chamada selvageria (SOUZA¹⁷, 1997). Esta resistência da atividade pastoril desafia as tentativas de estruturar o espaço rural:

¹⁷ Candice Vidal e Souza rastreia no livro de Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil*, de 1920, a interpretação deste autor sobre a evolução nacional.

O progresso da sociedade rural no centro-sul tornou o modelo pastoril não só ultrapassado mas, sobretudo, indesejável. A nova ordem das populações meridionais do Brasil já traz aproximação com um ideal de relação do mundo rural com a nação. Daí a compreensão do sertão como distoante. (SOUZA, 1997, p.61).

A dissonância da criação de gado, segundo Souza (1997), residia na grande propriedade, no povoamento esparso e na consolidação do poder dos grandes proprietários. Estes três elementos estruturaram a autonomia da sociedade rural e garantiram o poder político dos latifundiários. O sertão é o lugar perfeito para a modalidade de vida do vaqueiro articulada em grandes espaços. Este povo sertanejo é o entrave ao progresso brasileiro, e um obstáculo às tentativas de implantar esta nova ordem social. Oliveira Viana (*apud* SOUZA, 1997, p.62) entende que o regime pastoril sempre está relacionado “à turbulência e ao caudilhismo”.¹⁸ Onde quer que ele se faça forma dominante de vida econômica, o tumulto, o banditismo, a anarquia surgem.”

Na linha de raciocínio de Oliveira Viana, o sertão é o local de rebelião constante, porque a bandeira que construiu currais pelo interior centro-sul procedeu à expansão colonizadora, sem realizar a expansão do poder público, isto é, sem o estabelecimento de agentes do poder central. “Nos vazios do poder central, reinam os chefes locais” e se escondem fugitivos da legalidade, frustrando o projeto de centralização do Estado nacional. (SOUZA, 1997, p.63).

O coronelismo¹⁹, para Leal (1997), consistiu em um compromisso, isto é, uma troca de proveitos entre o poder público que vai se fortalecendo com a República e a influência social em declínio dos chefes locais, em especial dos senhores de terra. Leal afirma ser impossível entender o coronelismo fora da estrutura agrária brasileira, que sustenta as manifestações do poder privado, “ainda tão visíveis no interior do Brasil”.

Tal privatismo era alimentado pelo poder público que, devido ao regime eleitoral com votação ampla, dependia do eleitorado rural. Esta dependência levou às características secundárias do coronelismo: “mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1997, p.41).

¹⁸ O caudilhismo nasceu na Espanha medieval em luta contra os mouros, quando um rei dava a um chefe militar ou a um aventureiro qualquer que solicitasse uma “carta de partida” que o autorizava a recrutar homens e a arrecadar recursos para lutar contra estes mouros. El Cid é considerado o patriarca dos caudilhos por ter integrado Valência ao reino espanhol. Cf. Voltaire Schilling, “*Ascensão e Queda do Coronelismo*”, disponível em: < <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/coronelismo.htm>>. Acesso em 2010.

¹⁹ O livro *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal teve sua primeira edição em 1949, podendo ter constituído uma das fontes de pesquisa que Mário Palmério usou para escrever seus livros *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*. Encontramos o autor do livro citado como Chefe da Casa Civil da Presidência, no discurso de Palmério de 02/10/57, portanto, no governo JK.

Os coronéis²⁰ tratavam de garantir a continuidade do seu poder e dinheiro ampliando seu território de influência. Assim, preparavam seus filhos para assumir seus lugares, acrescentando à sua herança a formação universitária, preferencialmente em medicina ou direito, de tal forma que uma boa parte da elite nacional era constituída pelos filhos desta “nobreza rural”. O trânsito entre metrópole, cidade do interior e propriedade rural ensejou o absenteísmo: ou seja, muitas vezes, o chefe local, depois de garantir sua liderança, usava a fortuna política para atingir cargos de maior prestígio como o de deputado, um emprego público na capital do Estado ou da República; ou, ainda, para cuidar de negócios ou profissão rendosa, deixando no interior os “lugares-tenentes”. (LEAL, 1997).

Em *Vila dos Confins*²¹, 1956, o “vaidoso e rico” coronel Chico Belo, em plena campanha eleitoral na qual disputava o cargo de prefeito de Vila dos Confins, viajou à capital para conseguir do governador o envio de um delegado militar e sua tropa a fim de intimidar a oposição e os eleitores. O coronel se deslumbrou com o luxo e a pompa do cenário em que viviam os políticos da metrópole, e seu horizonte se abriu diante do conforto que o dinheiro pode comprar.

Ele precisava mais era de viajar, conviver com os chefes da Capital, desembaraçar-se mais. Com a Prefeitura nas mãos ia ser fácil. O Paiva, de Nova Esmeralda, não fizera, quando prefeito, quarenta e oito viagens à Capital, e tudo à custa do município? Falavam dele, mas a verdade é que prefeito nenhum tinha mais prestígio com o pessoal do Governo que o Paiva. Colocou os filhos todos, até gerência da Caixa Econômica arrumou para o genro... Hoje, era o boiadeiro mais forte da zona, com os bancos do Governo escorando os negócios dele... (PALMÉRIO, 1984, p.171-72).

Distintamente de Vila dos Confins, que narra as fraudes usadas por um coronel que se candidata pela primeira vez, no romance *Chapadão do Bugre*, 1965, o coronel Américo Barbosa era o continuador de uma linhagem muito antiga – “descendentes do Major Eustórgio, desbravador do Sertão do Bugre e fundador da cidade” (PALMÉRIO, 1982, p.142) – que se orgulhava de nunca ter perdido o mando de Santana do Boqueirão, nem a influência nas cidades vizinhas, graças ao parentesco com outras grandes famílias da região.

Ao sertanista Major Eustórgio sucedera o Barão do Bugre, e a este o Coronel Tancredo, pai do Américo Barbosa – mais conhecido por Coronel Americão – que fiel à moda da família, já se preparava para legar a chefia da situação municipal ao

²⁰ “Coronel era um título concedido a grandes fazendeiros, durante o período do império pela Guarda Nacional. Na República, designava os chefes políticos dos municípios e ‘também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição’ – o que paga as despesas em troca de favores” (FAORO, *apud* ASSIS, p.26).

²¹ O espaço do sertão dos Confins onde se passa a ação do romance corresponde ao espaço geográfico de Minas Gerais situado, aproximadamente, entre o Triângulo Mineiro e o Alto e Médio São Francisco, estendendo-se, em grandes áreas, pelos gerais e pelo Semi-árido mineiro. (VINAUD, 2008, p.47).

filho, o Dr. Tancredo, formado de pouco em bacharel. A oposição se arregimentava, mas parecia que sem futuro nenhum. O que se ouvia, geral, em todas as rodas de Santana do Boqueirão, era que a situação acabaria por impor ao Município ainda mais esse Barbosa. E sem demasiado trabalho e despesa, que o Tancredinho ajudava – ativo e manhoso, e persistente: outra vez o pai. (PALMÉRIO, 1982, p.142).

Os dois livros desenvolvem o tema do poder no espaço rural mineiro, mas em situações diferentes: em *Vila dos Confins*, o coronel quer chegar ao poder, para isto deve derrotar o candidato apoiado pelo personagem principal, o deputado federal de oposição, Paulo Santos. Em *Chapadão do Bugre*, o coronel que desde sempre esteve no mando, vê seu poder seriamente ameaçado pela intervenção de um juiz e da temida Captura, enviados pelo Presidente do Estado para moralizar seu território.

Chico Belo e Américo Barbosa fazem, nos romances, caminhos em direções opostas: o primeiro – rico e influente – ganha também o poder político; o segundo – rico, influente e politicamente poderoso – perde a vida. O estopim das transformações que se dão na vida de ambos é o mesmo, e se explica pela própria estrutura do coronelismo, que se baseia em duas fraquezas, como destaca Leal (1997): a do proprietário rural que se ilude com o prestígio do poder obtido à custa da submissão política; a dos desiludidos seres quase sub-humanos que trabalham nestas propriedades.

Nos dois livros, as histórias destes seres destituídos e desiludidos ganham vida, e se desenrolam paralelamente à trama dos coronéis, sobretudo nas figuras de Xixi Piriá em *Vila dos Confins*, e de José de Arimatéia, em *Chapadão do Bugre*. A submissão política é condição indispensável do sistema de reciprocidade.

A essência, portanto, do compromisso ‘coronelistas’ – salvo situações que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (LEAL, 1997, p.70).

Os chefes locais trocavam a proteção aos seus dependentes por votos ao candidato da situação política dominante que dispunha do erário, dos empregados, dos favores, da força policial: enfim, do que Leal (1997) chama de “cofre das graças e o poder da desgraça”. O poder principal do coronel Chico Belo era a riqueza que lhe permitia alianças com outros fazendeiros ricos da vizinhança, trânsito na capital com o atendimento de seu pedido por um delegado especial e tropa, e a compra dos votos decisivos ao resultado das eleições. O poder do coronel Americão estava na sua liderança da facção local que ele mantinha às custas do

filhotismo: o delegado municipal era sogro do seu filho; o presidente da câmara e agente executivo (autoridade principal) era seu irmão.

O guarda livros do coronel, Clodulfo do Nascimento, avalia que Americão pagava caro pela bajulice dos aliados – a maioria constituída por malcriados, sem ideias que prestassem, pândegos – tendo que arranjar emprego nas coletorias, cartórios e escola, para pessoas totalmente despreparadas para tais funções, o que se refletia na administração municipal ineficiente e corrupta (PALMÉRIO, 1982).

O mandonismo é outro lado do filhotismo e se caracteriza pela perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau.” (LEAL, 1997, p.61). Ou seja, assim como os aliados eram conquistados com favores, os adversários eram vítimas de hostilidades concentradas nos períodos que precedem as eleições, e diminuindo nos intervalos entre elas, quando a cordialidade podia ganhar a adesão de cabos eleitorais urbanos e de coronéis. Ganhar as eleições era vital no sistema coronelista, e envolvia muito dinheiro e estratégia. A maioria do eleitorado encontrava-se na zona rural, era muito pobre e não se interessava em votar.

Mário Palmério descreve minuciosamente em *Vila dos Confins* o empenho dos candidatos para pagarem documentos, transporte, alojamento, refeições durante as eleições. Em *Chapadão do Bugre*, o escritor descreve a solução encontrada para o problema de como sustentar os cabos eleitorais no intervalo entre as votações, e que consiste em alugá-los como capangas pagos para matar. Tudo em Santana do Boqueirão gira em torno da arrecadação de fundos para bancar as eleições: o jogo e a prostituição correm soltos, porque parte de sua receita é paga ao delegado municipal, a fim de abastecer os cofres da campanha.

Leal (1997) considera que a fraqueza financeira dos municípios foi um fator poderoso na manutenção do coronelismo em sua expressão governista. As despesas eleitorais consumiam os recursos dos chefes locais, do candidato, mas, acima de tudo, dos cofres públicos, quer seja na forma de dinheiro vivo, pagamento de serviços e utilidades, quer seja na forma indireta: contratos com grande margem de lucro, cessão de edifícios, transportes, oficinas gráficas, material de propaganda. Estado, União e autarquias contribuíam com fundos ou serviços para as eleições dos candidatos governistas. O Estado apoiava o chefe do município quando este usava seu poder para o mal, por isto a nomeação do delegado e do subdelegado de polícia era importantíssima para a situação dominante e fazia parte do acordo dos chefes locais com o Estado. Nos dois livros de Palmério, a instância estadual aparece associada ao envio de forças policiais aos municípios: em *Vila dos Confins*, para intimidar os

eleitores e a oposição; em *Chapadão do Bugre*, para moralizar a cidade, objeto das intrigas do Juiz Damasceno.

Se o Estado respaldava as ações dos chefes locais, independente de serem lícitas e desde que garantissem votos aos candidatos da situação dominante, possuía, também, seu modo de chamar à ordem os coronéis esquecidos da hierarquia. Nestes casos, entrava em ação a milícia estadual, centro da polícia, tratando de garantir a troca de um chefe que perdera o prestígio, prejudicando as eleições, por outro, ansioso para elevar-se, “em impiedosa concorrência, muitas vezes estimulada pelas rivalidades familiares. [...] Em todos os casos, com densidade variável, a investidura coronelesca virá do governo estadual ou do grupo que o controla.” (FAORO *apud* ASSIS, 2007, p.27).

No livro *Chapadão do Bugre*, a chegada do juiz e do Segundo Destacamento Especial de Capturas do Estado à Santana do Boqueirão é interpretada pelo coronel Americão e por Clodulfo como represália pelo resultado da última eleição. Nela se elegeu para governador do estado o Dr. Figueiredo de Mendonça, que disputou com e derrotou o Dr. Ataulfo Machado na convenção do partido. Ora, Americão era coligado com Ataulfo, o que o colocava em situação frágil diante do vingativo governador, movido mais pelo desejo de vingança, do que pela busca de harmonia, para reforçar sua base de apoio. O mandonismo é, portanto, mostrado no livro como prática comum a coronéis e políticos. O juiz Damasceno pautou a dureza de suas ações na cidade pelo conhecimento, advindo de sua recente ida à capital, de que o jogo político havia virado em desfavor dos chefes locais.

Desta vez, porém, a súcia de Santana do Boqueirão encontrava forma para o pé! O Coronel Americão Barbosa era sabidamente pessoa do Dr. Ataulfo Machado, caído em desgraça com o Governo do Estado, e o Dr. Figueiredo de Mendonça não poupava adversário. A história da tal caderneta preta, onde o Presidente costumava apontar as velhacadas e perfídias que se praticavam contra ele, a tão falada caderneta servia agora de bíblia de cabeceira do Dr. Figueiredo – e contavam os que privavam com o Presidente – o nome mais anotado no tal livrinho de capa preta era o nome do Dr. Ataulfo Machado. (PALMÉRIO, 1982, p.152).

Mário Palmério deixa bem claro no livro que todo o discurso moralizador do juiz não passava de manobra para liquidar a liderança local de Santana do Boqueirão. Outros municípios haviam sido vítimas da mesma violência, usada, em última instância, para não deixar dúvidas de que o governo era o dono absoluto do poder: os coronéis serviam aos interesses particulares da situação, mas eram personagens facilmente substituíveis, porque não havia oposição articulada aos desmandos governistas. Os proprietários ricos coligavam-se em grupos aspirando ao mando local, em articulações muito frágeis, porque para manter-se no

poder valia tudo: atraiçoar, manipular eleições, barganhar, matar. Reforçava esta fragilidade a falta de reconhecimento pelo “desvelo pelo progresso do distrito ou município.” (LEAL, 1997, p.59) de alguns coronéis.

Na hora em que ele, Coronel Américo Barbosa, caísse, quem, dos amigos que, fazia pouco, tinham ido correr em busca de proteção e conselho, quem continuaria leal, firme com ele? Se não quisesse sofrer vexame e desilusão, era mudar da cidade, ir morar no Sassafrás, apodrecer por lá até morrer. E Santana do Boqueirão tudo devia e ele! A casa nova da Câmara, os dois grupos escolares, o serviço de água, a reforma do Largo das Mercês... A parte central da cidade, quase que toda calçada, o Centro de Saúde, Telégrafo, a luz-elétrica... Lá estava, no morro do Cemitério Novo, o Cemitério Novo, o Colégio dos Frades, o terreno – uma chácara! – dado de graça por ele, A lei da Câmara que manda ajudar o Colégio todo ano; e o outro pavilhão da Escola Normal, o serviço de esgoto tão adiantado... (PALMÉRIO, 1982, p.171).

Para cada coronel que caía, havia um Chico Belo, ávido para chegar ao poder, mesmo que fosse por um alto gasto econômico. Em *Vila dos Confins*, para Vinaud (2008), dinheiro é a alma da eleição; por isto, enquanto a União Cívica, liderada pelo deputado Paulo Santos, gastou por volta de trezentos contos no pleito, o Partido Liberal de Chico Belo, na avaliação de Paulo, gastou muito mais:

E o que gastaram eles? No mínimo, uns oitocentos ou novecentos contos. Tudo a peso de dinheiro: no Nélon, só de títulos comprados, uns cinquenta contos; e no Fundão? Quase que acabaram com o João Soares! Quase que o pobre deita com as cargas de uma vez. Chico Belo começou pagando os títulos a quinhentos, depois a seiscentos, a oitocentos, a conto de réis... E emprestou dinheiro, abonou gente, comprometeu-se até os cabelos. Com os eleitores dele, então, é que a despesa não deve ter sido pequena. Não ficou um sem votar. Houve alguns, que eu sei, mandados buscar de automóvel em lonjuras de mais de vinte léguas! Eleição como esta nunca vi... (PALMÉRIO, 1984, p.270).

Enfim, o que os dois romances de Mário Palmério caracterizam com profusão de detalhes vai ao encontro da observação de Leal (1997) de que, em termos gerais, considerados os altos e os baixos de sua conduta, “o coronel, como político que opera no reduzido cenário municipal, não é melhor nem pior do que os outros que circulam nas esferas mais largas”. Entretanto, se o governo responsável pelo poder central não se diferencia em suas ações do poder descentralizado dos coronéis, qual o sentido de culpar o sertão pelo atraso do país? E, ainda, se no sertão havia coronéis empenhados na melhoria dos seus municípios de influência, por que atribuir ao coronelismo os males e vícios da política brasileira?

2.2.3. *O rompimento com a ordem oligárquica e o regime burguês no Brasil*

Mário Palmério ocupa a posição de um observador esclarecido para retratar a situação do país a partir dos anos 1930, quando se instaura o capitalismo no país. O coronelismo era um sistema que mantinha, em linhas gerais, a miséria e o abandono das populações rurais. As elites urbanas, responsáveis pela condução do país rumo à modernidade, não se diferenciavam muito dos grandes proprietários de terra. A palavra de ordem da empreitada urbano-industrial era o lucro, em torno do qual tudo girava. A integração do sertão ao litoral visava, em primeiro lugar, facilitar o escoamento da produção, depois, manter a integridade territorial.

Florestan Fernandes (1976) entende que a oligarquia – solo onde se desenvolveu o coronelismo – era a forma mais organizada do poder, e mais presente em toda a sociedade. A exportação de café constituía a principal fonte de receita do Brasil. A maioria dos componentes das classes sociais que nasceram com a libertação dos escravos, com a imigração, com os que enriqueceram na ocupação do sertão, era originária e vivia, segundo Fernandes (1976, p.205), em “um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica”, tanto no campo quanto na cidade.

Estas classes formadoras da burguesia nacional sofreram, então, uma forte influência do sistema de organização oligárquico e o reproduziram até que o sistema capitalista foi impondo o lucro como prioridade no comércio e nas finanças. O mandonismo oligárquico demonstrou sua permanência, quando aspirações democráticas, como a greve, foram tratadas como “questão de polícia”. (FERNANDES, 1976).

A transição para o século XX e o processo de industrialização desenvolvido até 1930 faziam parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo desta evolução estava no esquema de exportação e de importação, montado sobre a proteção da economia neocolonial. A influência externa limitava-se a difundir valores, técnicas e instituições para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. Tal influência visava ampliar seu mercado, sem despertar sonhos de independência que se chocassem com seus interesses. Tanto os interesses externos quanto os internos faziam da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, fundamental para o tipo de crescimento econômico que ambas almejavam e para o estilo de vida política praticado pelas elites. O regime democrático atrapalhava o objetivo de acumulação destas elites, por isto as instituições que deveriam ser

um espaço político legítimo para a manifestação dos conflitos de classes até existiam, mas não cumpriam sua função.

A transição do regime oligárquico para o regime burguês aconteceu no Brasil na base de “arranjos espúrios” em que as elites burguesas – nova oligarquia rural e classe alta urbana – mantinham um acordo secreto para defender seus interesses, excluindo o povo da participação política. Este tipo de autocracia contradiz o regime democrático, que constitui o solo do capitalismo: livre empresa, bases legais da ordem, mecanismos do Estado representativo. Para diminuir tal contradição, buscava-se criar uma ideologia justificando a exclusão do povo como um mal necessário, sem o qual não haveria progresso, sem favorecer o aparecimento de conflitos, tanto dentro das classes dominantes, quanto nas classes populares. Nas classes dominantes, havia uma oposição dentro da ordem, resultado da existência de vários interesses discordantes. Nas classes populares, as pressões eram difíceis de controlar, por isto foram facilmente transformadas em oposição contra a ordem (FERNANDES, 1976).

As elites consideraram as pressões populares um “desafio insuportável”, e para impedir que estas massas conquistassem um espaço de representação dentro da ordem usaram as reservas de opressão e repressão para desagregá-las. Esta dominação permaneceu, infiltrando-se e mudando de nome ou variando de esferas: foi, segundo Fernandes (1976, p.244-5), do “mandonismo, do paternalismo, do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo”.

A burguesia foi se adaptando às fases de consolidação do capitalismo no Brasil, sempre com o objetivo de usufruir o melhor dos dois mundos: das fontes de acumulação pré-capitalista (que movimentavam o esquema neocolonial de exportação-importação que foi o ponto de partida para o crescimento interno do capitalismo competitivo); do modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a transformação do trabalho em mercadoria e as relações de produção capitalista, que possibilitaram a revolução urbano-comercial e a passagem para a industrialização. A democracia que se praticava nesta situação era privativa das classes dominantes.

Depois da década de 1930, esta democracia burguesa teve que enfrentar uma tripla pressão: de fora para dentro, vinda das rápidas mudanças do capitalismo mundial, que exigia desenvolvimento com segurança, para dar garantias ao capital estrangeiro, suas empresas e seu crescimento. No interior do país havia uma dupla pressão: vinda dos proletários e das massas populares, levando a burguesia a aceitar um novo pacto social, que ela continha nos

limites da revolução dentro da ordem; vinda do enorme tamanho assumido pela intervenção do Estado na economia, pois era esta a única garantia contra os múltiplos interesses em conflito. A burguesia usou estas pressões a seu favor: estabeleceu uma união mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; reprimiu pela violência ou pela intimidação as ameaças operárias ou populares de perturbação da ordem; usou o Estado como instrumento exclusivo para controlar a situação econômica interna e fixar uma política econômica com vistas a acelerar o desenvolvimento capitalista.

2.2.4. Vila dos Confins e Chapadão do Bugre: a transformação do sertão em Mário Palmério

Os romances de Mário Palmério focalizam momentos de transição na vida social e política. Vila dos Confins é o palco onde se confrontam a ambição do coronel rico pelos privilégios do poder político, com as aspirações democráticas de um líder popular que deseja pôr na chefia do município representantes do povo, comprometidos com o progresso da Vila.

O personagem principal de *Vila de Confins* é o Deputado Federal Paulo Santos, líder de um pequeno partido, União Cívica, que percorre o Sertão dos Confins com o honesto candidato a prefeito João Soares. O vice-prefeito de João Soares é o Seu Sebastião, dono da fazenda do Boi Solto, os vereadores são, dentre outros, um garimpeiro e um fazendeiro cuja trajetória de tocador de tropa a dono da fumaça do Bacurizal é narrada por ele em detalhes para caracterizar a força transformadora do trabalho. O deputado busca formar sua base eleitoral com representantes do meio rural, cujas propriedades advêm do trabalho, constituindo a classe média rural, que, em uma sociedade democrática, teria o legítimo direito de participação política, ou seja, de lutar dentro da “ordem” por seus direitos.

O senhor precisa completar o serviço de limpeza que já começou, Seu Neca! Imagine o senhor ter de ir lá à Vila de chapéu na mão para pedir ao Chico Belo que mande consertar a estrada do Bacurizal... ter de ir lá pagar o imposto e agüentar a imposição daquele povo... E depois, pode o senhor estar certo de uma coisa: gosto de fato deste sertão e sou amigo do João Soares. Como deputado, tenho a minha influência... A gente pode fazer muita coisa pela Vila: um bom trator para consertar estas estradas de carro, duas ou três escolas rurais, um posto de saúde, agência do Correio... (PALMÉRIO, 1984, p.152).

João Soares, candidato a prefeito, repetia sempre que em Vila dos Confins “eleição se ganha com dinheiro e polícia”. Se o processo não era democrático, ou se a ordem não operava

dentro da lei, e como nem o deputado nem os componentes do diretório pudessem superar a riqueza de Chico Belo, a solução era usar as estratégias dos adversários e conseguir vantagens mesmo por meios ilícitos. Age assim o deputado Paulo Santos, quando volta de sua viagem por povoados e fazendas e encontra a Vila agitada pela presença do delegado militar e da tropa de vinte soldados. Era preciso chamar a atenção do Governo, virando a situação a favor do seu candidato. O meio usado pelo deputado consistiu em forjar uma tocaia, fazendo, em seguida, o maior escândalo sobre o acontecido, para forçar juiz, delegado, agente do correio e autoridades a colocarem as instituições que chefiavam para funcionar.

O acontecimento repercutiu na Câmara Federal, no Senado, foi tema de declarações de membros do Partido Liberal. Vila dos Confins virou manchete de jornal, digna de receber a polícia da Aeronáutica, e altas autoridades da capital. O delegado militar e sua tropa foram tirados de circulação, porque o Governador e o Secretário dos Negócios do Interior não podiam, naquela situação, se comprometer para defender o Partido Liberal de Chico Belo.

O deputado Paulo Santos foi repreendido pelo Padre Sommer, ainda quando a tocaia era só um plano, por lançar mão das mesmas estratégias dos adversários e, desta forma, acender o fogo das desavenças, que provavelmente terminariam em derramamento de sangue.

Quem foi reacender o ódio do Chico Belo, ameaçando-o com o Neca Lourenço? O Neca estava quieto na fazenda, cuidando da sua vida, e você mais o João Soares foram provocá-lo, estumá-lo contra o inimigo. Sabe o que aconteceu? Neca anda dizendo a todo mundo que vai entrar na Vila montado no Chico, riscando-lhe as virilhas à espora; que lhe vai botar bridão e barbicacho, barrigueira e rabicho! Você pôs fogo nos Confins, deputado, e agora quer apagá-lo acendendo mais fogaréu ainda... Tropa federal! Enquanto me for possível, evitarei violências e crimes. (PALMÉRIO, 1984, p.211).

Neste tipo de discurso, evidencia-se a existência de uma ordem no regime oligárquico, cuja ruptura não comprometia tanto o deputado que estava de passagem pelo sertão, mas antes os habitantes do lugar, que teriam de arcar com as consequências. O desfecho das eleições vem comprovar os temores do padre. Chico Belo comprou eleitores, a fidelidade do qualificador Pé-de-Meia e ganhou a eleição. Para complicar a derrota da oposição, havia o saldo de mortos e feridos, e o bom mascate Xixi Piriá convertido em foragido tanto da justiça, quando da ordem imposta pelo jagunço.

O romance *Chapadão do Bugre* confronta o poder estabelecido por um chefe local com a reviravolta da situação política na capital, que se torna desfavorável a ele. Aproveitando-se desta mudança, o juiz de direito alimenta uma fogueira de intrigas.

As alarmadas informações fornecidas à Capital pelo Dr. Damasceno Soares, havia pouco que empossado na judicatura da Comarca, as repetidas denúncias encaminhadas ao Governo do Estado, e a espionagem do Capitão Eucaristo – alguns elementos seus, menos conhecidos e de mais confiança, disfarçados em cometas, negociantes e condutores de gado, alojados com antecedência nos hotéis e pensões mais freqüentados da cidade – tudo isso, somado, veio confirmar o já notório: Santana do Boqueirão transformara-se em perigoso foco de banditismo: valhacouto de sanguinários assassinos – conforme textual expressão contida na Pastoral do Senhor Bispo de Acajuí, lida e comentada no estrondoso discurso do Senador Alfredo Pires, em sessão solene de abertura dos trabalhos parlamentares do ano. Cansado já do inútil emprego apenas de meios menos violentos, moveu-se então o Governo – era Presidente do Estado, na ocasião, o Dr. Figueiredo de Mendonça – disposto a pôr fim a tal estado de coisas. (PALMÉRIO, 1982, p.202-3).

Aparentemente o juiz informa o Governo movido pela nobre determinação de moralizar a região. Quando, no entanto, o Destacamento da Captura começa a agir em Santana do Boqueirão, o juiz se vê bem próximo de realizar seu objetivo, orgulha-se dos métodos empregados, ao mesmo tempo em que zomba da facilidade com que enganou os políticos da capital e o capitão da Captura.

Sim, as coisas corriam melhor do que o esperado. Todos haviam caído, um por um, como pantolas...: o Dr. Figueiredo de Mendonça, o Dr. Azevedão – esse louquinho pelo lugar do Dr. Ataulfo na chapa de deputados e na Executiva –, o facínora do Capitão Eucaristo, insaciável de truculência e sangue... Bonita manobra: algumas cartas, umas poucas viagens à Capital, a intriga bem alinhavada... E ninguém desconfiara! (PALMÉRIO, 1982, p.304).

Finalmente, revela o interesse muito particular de livrar-se daqueles que se colocavam entre ele e o objeto de seu desejo: Maria do Carmo, ex-noiva de José de Arimatéia, que planeja instalar-se bem ao seu alcance, na próspera Santana do Boqueirão.

Livre, livre Santana do Boqueirão do Coronel Americão Barbosa e sua jagunçada, livre de José de Arimatéia! – como que declamava, a meia-voz, os braços estendidos, as mãos veementes. Livre, a cidade, livre o caminho para que, finalmente, ela pudesse vir! Sim, morto José de Arimatéia, nada mais impediria que Maria do Carmo viesse para junto dele! (PALMÉRIO, 1982, p.305).

O personagem do juiz ilustra a participação de um representante da classe média no jogo do poder: encarregado de administrar a justiça com imparcialidade, ele despreza coronéis políticos e militares. A única causa digna do veredicto favorável é sua própria causa. Não defende os interesses de sua classe, muito menos a ordem democrática. A lei que respeita é a de seu desejo por Maria do Carmo. Como os políticos e os coronéis, ele arma a situação: a limpeza da cidade, mas passa a execução da tarefa para o comando do Capitão Eucaristo, que transmite ordens ao sargento Hermenegildo, que as repassa aos soldados, únicos a sujarem as mãos.

O personagem principal de Chapadão do Bugre é José de Arimatéia, dentista prático cuja aspiração inicial é exercer seus direitos básicos dentro da ordem: casar, ter um sítio, criar os filhos e levar uma vida respeitável. Traído pela noiva e pelos patrões, mata o filho do patrão – influente coronel que o acolhera –, e passa a ser perseguido segundo a ordem imposta pelo coronel Tonho Inácio – “levar Seu Isé de volta, de qualquer maneira: vivo, se puder... se não puder, a orelha dele, a roupa do corpo, a besta... qualquer coisa de garantia...” (PALMÉRIO, 1982, p.62). Capatazes e vaqueiros da fazenda Capão do Cedro eram também rastreadores de foragidos.

O chegante vinha com mais dois – todos os três de carabina, capa e alforje de viagem, tropa nova e bem ferrada. Aparato de provocar cara desgostosa e até mesmo mau recebimento, que Seu Valico era inimigo de tal coisa – gente armada assim a entrar por terra alheia. Mas não provocou, pois Seu Persilva, pessoa conhecida, foi logo se explicando: –‘dã, Seu Valico. O senhor releve a gente chegar assim tão fora de horas e sem aviso; esses dois são do Capão do Cedro tam’ém’ tou trazendo um recado do Seu Tonho Inácio. (PALMÉRIO, 1982, p.55).

As diligências ordenadas por Tonho Inácio deixam o saldo de dois mortos: Seu Valico Ribeiro, fazendeiro que pusera a mão na massa para transformar a fuma em inverno, onde engordavam até duas mil cabeças de gado, e onde dava acolhida aos enfeitados, como ele fora um dia, do Chapadão; e Damastor, que morrera degolado a faca para contar o paradeiro do foragido.

José de Arimatéia inicia o ciclo com a morte de Inacinho, pois a regra para prosperar e merecer a estima alheia de “obediência e respeito ao patrão” (PALMÉRIO, 1982, p.26) que Seu Valico lhe ensinara não consegue superar a sua própria regra, não enunciada, de que honra se lava com sangue, e que alimentará seu desejo de vingança contra Maria do Carmo. A seguir, mesmo inconscientemente, é o preceito “olho por olho; dente por dente” que guiará sua vingança contra Tonho Inácio por ter mandando matar Seu Valico e Damastor. Sabia que para atingir seu objetivo teria de fugir da perseguição de parentes, protegidos e dependentes de Tonho Inácio. Seu crime o afastara para sempre do lado do Bugre que estava sob o domínio dos Inácios.

Mas, no Chapadão dividido em “feudos”, havia o lado do coronel Américo Barbosa, com sua rede de proteção e as regras que ensinava para manter-se vivo neste espaço de interdições: “Só me viaje de noite! Só me viaje escoteiro!”; “E para amigo nenhum, para ninguém, Seu José de Arimatéia, me delate o seu destino!”; “– Orelha em pé, olho vivo, e bico calado: essa, a reza de corpo fechado de mais valência....” (PALMÉRIO, 1982, p.8-9).

Pode-se dizer que, em *Vila dos Confins* e no *Chapadão do Bugre*, os personagens provenientes da classe média, isto é, da burguesia urbana, são os principais responsáveis por provocar ondulações na superfície da ordem oligárquica rural. Paulo Santos é deputado federal residente no Rio de Janeiro; Damasceno Soares é juiz de direito há longo tempo em municípios interioranos. Ambos podem lutar por seus objetivos dentro da lei. Acontece que não há lei no tempo e no espaço em que agem, porque tanto o poder central quanto o poder local se pautam por ordens, ou conjunto de regras, que variam de acordo com interesses individuais. Paulo Santos tenta mudar a liderança local, usando as regras de seus adversários, e perde; Damasceno Soares arma um jogo aparentemente em conformidade com o momento e os interesses do situacionismo central, e mantém uma aparência irrepreensível de defensor da moral e da ordem que o levam à vitória.

Os personagens representantes das classes populares como Xixi Piriá e José de Arimatéia, trabalhadores, mas sem espaço para exigirem seus direitos dentro da lei – visto que a lei serve aos interesses dos grupos dominantes – tentam adaptar-se à diversidade de regras, que afinal impõe a submissão passiva ou a insubordinação pela violência.

Em linhas gerais, os livros vão esboçando o cenário do Brasil republicano, a partir de um sertão onde se cruzam forças diversas: por um lado, o “projeto modernizador das elites políticas” (LIMA, 1998, p.65-6) torna-se realidade – as distâncias que separam o interior das metrópoles são reduzidas pela construção de ferrovias, linhas telegráficas, (veja-se que, em *Vila dos Confins*, Chico Belo vai à capital de avião). O movimento sanitarista, liderado, dentre outros, pelo Instituto Oswaldo Cruz, fizera chegar aos Confins e aos Chapadões, eletricidade, esgoto, água encanada, calçamento de ruas, Centro de Saúde. A paisagem é composta por escolas, fórum, igrejas. Por outro lado, os agentes diretos deste desbravamento do sertão são os coronéis, ou chefes locais, empenhados em “mostrar serviço” para usufruir os favores do Estado. Por um terceiro lado, há o povo: 1) os que enriqueceram no movimento mesmo de fixação no sertão (garimpeiros, fazendeiros, os pequenos comerciantes); 2) os que vendem ou trocam seu trabalho: os caboclos, os vaqueiros, que também são jagunços; os cabos-eleitorais, que também são jagunços.

Pode-se simplificar toda esta complexidade: quanto ao espaço é possível visualizar fazendas interligadas a municípios; quanto ao povo é possível dividir três classes principais: 1) os que têm muito dinheiro e querem poder; 2) os que têm dinheiro e querem direitos; 3) os que não têm dinheiro e querem direitos. À distância da linha ferroviária, do telégrafo ou do avião percebe-se o Estado atuando quase exclusivamente na manutenção da ordem em coligação com a elite endinheirada. Se o panorama procede, ele conduz a três termos

principais: poder, direito e ordem, interligados pela posse ou carência de dinheiro. Estes termos podem ser esclarecidos à luz do que Florestan Fernandes (1976, p.203) define por “poder burguês” e “dominação burguesa”.

O autor entende que a situação brasileira do fim do Império e do começo da República contém os embriões deste poder e desta dominação. A chamada crise do poder oligárquico não seria uma ruptura “[...] mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurava, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil.” (FERNANDES, 1976, p.203). A era burguesa nasceu com a entrega do país, sem efetivas mudanças, à supremacia do poder e da dominação provenientes do dinheiro.

Traduzindo em termos simples: os ricos do campo e da cidade alinharam seus interesses, elegendo a política como território de onde exerceriam a dominação de classe.

Ela não assume o papel de *paladina* da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. (FERNANDES, 1976, p.204).

Esta burguesia, segundo Fernandes (1976), buscando lucrar onde aparecessem as oportunidades, não tinha interesse em mudanças rápidas nem radicais. Os conflitos que aconteciam estavam relacionados à necessidade de expandir os negócios, e não mudava em nada a história. O mandonismo continuava a ditar as formas de relacionamento fora da oligarquia, manifestando-se na forma de perseguições e vingança ou de acordos de última hora. Essa estrutura pode ser verificada em *Chapadão do Bugre*, de Palmério:

Mas o Dr. Tancredo Barbosa não se erguia para quebrar a cara e o presumido pincenê escuro do Juiz de Direito, fazê-lo engolir seus despropósitos. É que as palavras do Clodulfo não lhe saíam da cabeça: “ – Não provoquem, não discutam, na dêem pé-de-briga, pelo amor de Deus! O que o Dr. Damasceno vai querer é isso, o mesmo também que deseja o Capitão Eucaristo! Em Vau-d’Antas, foi tal-qual: a Captura chegou, e os bobos de lá acharam de reagir antes da hora, sem nada preparado... Vocês sabem o que aconteceu: Agente Executivo, Delegado, Juiz de Paz, quase tudo o que era autoridade – escapou somente quem conseguiu fugir a tempo – o povo mais importante da cidade obrigado a baldear lata-d’água na cabeça, lavar a cavallhada do Destacamento na pracinha em frente à cadeia, capinar rua com soldado vigiando e caçoando e, isso no auge do movimento de Vau-d’Antas. (PALMÉRIO, 1982, p.154).

As intervenções estatais nos municípios interioranos iam deixando seu rastro de intimidação e terror, mas não visavam moralizar os costumes ou livrar o povo do julgo dos coronéis. Como fica bem claro em *Chapadão do Bugre*, tudo depende da direção em que sopra o vento: favorável ao partido dominante, ou desfavorável a ele.

Os exemplos estão aí: em Vau-d'Antas, o pessoal quis brincar de valentes, reagiram, e foi aquela desgraceira. Em Abadia, também... Já em São Pedro da Ponte e no Cerradinho, a Captura mal-mal apontou, o Partido correu atrás do Dr. Azevedão, se acertou com ele, garantiu apoio na Convenção; e a Captura voltou sem prender, sem desmoralizar ninguém. Jogo-de-bicho, carteadado, cabaré? Raparigagem, jagunço, matação de gente? Tudo isso que o Juiz de Direito reclama? Em São Pedro da Ponte não tem mas é nenhuma porta vaga mais, tudo ocupado com cambista; no Cerradinho, a roleta do Argemiro só pára, hora ou outra, só descansa para botarem óleo nela, passarem uma vassoura na tocaria de cigarro acumulada no chão... (PALMÉRIO, 1982, p.167).

Havia jogo, cabaré, jagunço e matança nas cidades interioranas, a Captura, ou melhor, o Destacamento Especial de Captura do Estado, subordinado diretamente à Secretaria do Interior e Justiça, deveria representar o pólo da ordem, na confrontação desta desordem, situação bem exemplificada por Palmério (1982):

– Coronel Américo – o Clodulfo principiou a explicar – enfrentar a Captura é suicídio; um soldado daqueles vale por dez homens dos nossos – é gente sanguinária, bandidos, jagunçada escolhida no meio dos mais piores, que a polícia treinou e armou até aos dentes... [...] Mesmo que a gente resistisse agora... e depois?! Brigar com o resto da Polícia do Estado? Fazer revolução? (PALMÉRIO, 1982, p.167).

Os coronéis e seus jagunços não eram páreo para as forças repressivas do Estado. Nem para o juiz, cujo discurso moralizador não correspondia aos seus atos.

[...] esse carola do Dr. Damasceno... ‘ocê conhece o passado dele? O Tancredinho não lhe contou? Pois foi, ele já foi Juiz em Açafior, foi Juiz no Campanário... É juiz curtido, do tempo do Dr. Asdrúbal, do tempo do Dr. Pessoa, do tempo do Dr. Tenório... Foi contra o jogo, contra rapariga, contra jagunço nesses lugares todos? Moralizou alguma cidade dessas? O que ele vem fazendo não é bancar o pau-mandado de Governo? Vir falar que Santana do Boqueirão é foco de banditismo?! ‘cê conhece a política do Campanário, pois já morou por perto, zona donde ocê veio... ‘ocê num teve um cunhado que assassinaram lá, dentro dum circo, a mando dos Inácios e dos Gusmões? E quem é que está dominando ainda no Campanário – não são ainda eles mesmos, ainda até hoje? E mandam a poder de quê? Não é de jagunço, a poder da polícia que o Governo deixa eles manobram à vontade? E esse fingido desse Juiz de Direito, esse Dr. Damasceno, não prestigiou sempre eles? (PALMÉRIO, 1982, p.184).

Havia a cidade de Santana do Boqueirão, território de domínio de Américo Barbosa, considerada foco de banditismo pelo juiz, mas, além disso, uma próspera e típica cidade do

interior, descrita numa manhã de sábado de carona com o personagem Quincota, que a percorre ávido por novidades.

[...] Ia tomar o café de Seu Cabrera, vizinho quase que de parede-meia – àquela hora ainda de pé, despachando a carrocinha-de-pão [...]
 Passou pela venda do Mamede – fechada; pelo corte de carne-de-porco de Dona Sota – de porta corrida também; pela esquina da pracinha do Carmo – não havia estacionado ainda o carro-de-praça de Seu Augusto Cocheiro! Povinho descansado... – resmungou consigo o Quincota. O jeito era ir até ao Mercado, às bancas de carne e verdura – [...]
 Seu Joaquim Lopes cruzou com Dona Guiomar, que subia para a missa das cinco [...] Viu atravessar, na esquina da Tabacaria, a carroça-de-leite com sineta, da chácara do Beléu; e quase que tropeça, esquina do Barbazul Folheiro, em Seu Eponino do Segundo Ofício, que muito coladinho à parede, gola do paletó levantada e passinho estugado, vinha vindo dos lados do Largo do Colégio. [...]
 Santana do Boqueirão amanhecia. Mais gente, agora, pelas ruas, outras carrocinhas de pão, de leite, de verdura – os donos de bancas, os primeiros fregueses do Mercado. (PALMÉRIO, 1982, p.188).

A cidade, “maior centro de negócios da zona do Bugre – quiçá do interior do Estado” (PALMÉRIO, 1982, p.203), encontrou sua vocação na pecuária: na compra de boiadas magras e venda de boi gordo, tratado no pasto verde e farto que não secava nunca. Havia, no sertão do Bugre, a cidade de Campanário, onde prevalecia o pessoal do Coronel Tonho Inácio. Os habitantes da cidade tinham hábitos bem diferentes dos de Santana do Boqueirão.

Campanário, cidade movimentada e de muito nome, não tinha entretanto, nem de longe, a vida noturna de Santana do Boqueirão. As ruas esvaziavam-se cedo, e o povo dado à pagodeira recanteava-se em um ponto só: o Alto do Lobo, zona do mulherio, onde apenas um cabaré com jogo funcionava.
 [...] Em compensação, havia toda sorte de divertimentos outros, nem de leve nocivos ou ruinosos. Jogava-se, em casa, muita dama, cruzeta, o dominó; cartas, moderada e reservadamente. E organizavam-se animados piqueniques, ia-se à perdiz e ao macuco, pescava-se, tomava-se banho no rio Araraúna. Raro o mês sem bonita festa de igreja, com barraquinhas, quadrilhas e disputadíssimo leilão.
 E muito sarau familiar, muito baile, onde se podiam mostrar as cobiçadas moças do Campanário, as mais chiques de toda aquela zona – se dizia, e com razão. E um bem feito jornal, hebdomadário; e o Grêmio, e o Silogeu – esse, iniciativa e menino-dos-olhos do Padre Pena, freqüentada sociedade patrocinadora de torneios de recitativos e charadas. (PALMÉRIO, 1982, p.322-3).

Segundo o narrador, atribuíam-se os bons costumes da população a possíveis três causas: 1) a luz elétrica era pouca e ruim e restrita às casas – “Deficiência do motor a óleo, antiquado e mal previsto, instalado certamente em quadra de finança curta ou de pequena fé no futuro da cidade.” (PALMÉRIO, 1982, p. 323); 2) o clima, castigado de vento e de neblina; 3) o padre que manobrava a política do distrito, “mandava e desmandava”.

O que o cruzamento de informações esclarece? Que no sertão do Bugre havia o poder local (coronéis, padres), sob o poder da polícia, sob o poder do juiz, sob o poder do Estado que dependia do poder local para se manter. Não importava, grosso modo, as pessoas que estivessem nestas posições, porque, o que estava em jogo, eram interesses particulares em prejuízo dos coletivos.

Durante o Estado Novo (1937-45), sob a presidência de Getúlio Vargas, houve uma decisiva opção pelo desenvolvimento do país a partir do eixo urbano-industrial, em detrimento do eixo rural-agropecuário. A classe burguesa nasceu da coligação dos interesses das classes altas do campo e da cidade, e se desenvolveu com sede de riquezas, obtidas pela exploração do trabalho que, nas cidades, era regulado pelas leis trabalhistas. Se as condições de vida na cidade eram precárias, no campo a situação era ainda pior. Não importava quão insatisfeito os trabalhadores rurais estivessem, pois, quando se deslocavam para os municípios, constituíam o “exército de reserva”, pronto a ser acionado a fim de maximizar os lucros da burguesia.

A política de desenvolvimento acelerado de Juscelino Kubitschek polarizou ainda mais os investimentos nos núcleos urbano-industriais, enquanto o campo era mantido gerando divisas com a exportação, mas com o uso de métodos antigos e de baixa produtividade. A mudança da economia nacional de produtora de bens primários e matérias-primas para exportação, por uma economia industrial, a princípio de transformação e depois de base, gerou lucro para os industriais e para setores da oligarquia rural que se uniram a eles com o objetivo de intervir nas políticas governamentais, revertendo-as em seu benefício. As reivindicações da classe trabalhadora eram amortizadas ou pela violência militar, ou por pressões ideológicas que afirmavam a necessidade do progresso via industrialização, a qual traria melhores condições de vida para o povo.

Dar nome a uma porção de espaço de sertão evidencia, conforme Moraes (2009), um olhar externo que deseja conquistar lugares para a expansão futura da economia, e/ou domínio político. Transformar esses ‘ermos’ em ‘território usado’ fez parte do projeto modernizador do Estado Novo (integrar o sertão ao litoral por meio de ferrovias, telégrafo). A ordem republicana se instalou com este objetivo de modernização que adjetivava o sertão como arcaico e atrasado, condições que deveriam ser superadas pela técnica.

Este objetivo atravessou o século XX, permanecendo até os dias atuais nos movimentos de incorporação de novos espaços. A imagem do *país em construção* é uma constante histórica, estando presente nos discursos de Juscelino Kubitschek e da Ditadura Militar. O sertão ressurgiu como “um pecado original”, tendo suas qualidades e atribuições

adaptadas aos interesses e às ondas de ajuste do espaço periférico. Na globalização, sertão pode ser o nome dado aos lugares que não se integram às redes de trocas internacionais, ou àqueles depositários do patrimônio natural e da biodiversidade do planeta. (MORAES, 2009).

Sertão não é um lugar, mas um conceito que, ao ser usado para classificar uma localização, opera uma apropriação simbólica repleta de valores, cujo objetivo é sua transformação. A designação é seguida de um projeto civilizador ou modernizador que pretende superar a condição sertaneja. Quando se olha o sertão de dentro, o que se vê são lugares, que podem ser definidos por seus componentes, e o arranjo deles em paisagens, construções simbólicas, e pelas formas com as sociedades o modificam. Sem a sua cobertura simbólica, os sertões se transformam em lugares geográficos: caatingas, cerrados, chapada, veredas e campos.

No regionalismo literário, Vicentini (2007) ressalta que o sertão faz parte do mundo rural e se define em oposição a outro termo: sertão/litoral compõe um par presente desde a *Carta de Caminha* até *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Com José de Alencar, o par vira campo/cidade, que continua assim em Guimarães Rosa. Monteiro Lobato trabalhou com a oposição interior/capital. No sentido espacial, sertão é o lugar distante e despovoado, ou povoado por uma mistura de raças. No sentido econômico, é o universo agrário e subdesenvolvido em relação ao universo urbano e industrial. No sentido social, é o local de domínio dos coronéis, em contraposição ao domínio político urbano. No sentido histórico, é o lugar original onde se desenvolveu a legítima identidade nacional, enquanto as metrópoles copiavam identidades estrangeiras.

O desejo de Euclides era de que o avanço da civilização da fachada atlântica fosse mais lento e gradual. Desta forma, as rodovias seriam meios de transporte mais adequados ao contexto brasileiro, podendo, posteriormente servirem como leito para as ferrovias. Além disto, o seu nacionalismo levava-o a defender a exclusão do capital estrangeiro ligado à instalação das ferrovias no país. A sua análise restringia-se mais à busca da autenticidade da nacionalidade brasileira, calcada em termos raciais, a despeito das necessidades e do avanço do capitalismo no país através da expansão cafeeira e das ferrovias. (ANSELMO; BRAY, 1993, p.11).

A história do regionalismo literário é o desenvolvimento de temas que permitem identificar uma região específica do país. Assim, no regionalismo mineiro aparecem temas como o garimpo em Bernardo Guimarães; a criação de gado em Mário Palmério; as lutas políticas pelo poder e o coronelismo em Mário Palmério e Guimarães Rosa; e em ambos o conflito armado, quer entre jagunços, quer entre eles e as forças policiais e, portanto, relaciona-se com o tema da violência; o tema do amor proibido em Guimarães Rosa.

Ruy Moreira (2007) entende que é impossível falar da problemática humana sem fazer sua contextualização espaço-temporal. Os personagens e a trama de *Grande Sertão* de Guimarães Rosa fazem sentido no cenário do sertão de Minas Gerais. Fazemos nossa a sua pergunta: Mas o que é o espaço em *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre* de Mário Palmério? Responder esta pergunta é nosso objetivo no próximo capítulo.

9

CAPÍTULO III:
VISÕES DE MUNDO DO INTELLECTUAL MÁRIO PALMÉRIO:



CONSIDERAÇÕES SOBRE VILA DOS CONFINS E CHAPADÃO DO BUGRE

CAPÍTULO 3

VISÕES DE MUNDO DO INTELLECTUAL MÁRIO PALMÉRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE *VILA DOS CONFINS* E *CHAPADÃO DO BUGRE*

Existe algum consenso sobre a afirmação de que os “artistas são as antenas da raça”²², porque têm a capacidade de interpretar os sinais de mudanças antes que elas aconteçam. Alguns os chamam de visionários, ou de profetas ou de loucos, porque, muitas vezes, suas representações de mundo só farão sentido cinquenta, cem anos depois do lançamento de suas obras.

Mário Palmério estava sintonizado nos projetos de modernização do sertão. Percebeu toda a movimentação provocada pela Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Vivenciou o clima de expectativa durante a construção de Goiânia e sua inauguração em 1942. Atuou ativamente na política de 1951 a 1962, durante o período em que Juscelino Kubitschek foi governador de Minas Gerais e depois presidente do Brasil, responsável pela transferência da capital para o Planalto Central. Todas estas mudanças tinham um impacto direto sobre o Triângulo Mineiro: região de integração entre o litoral (Rio de Janeiro e São Paulo) e o interior, local do nascimento de Mário Palmério, sua base eleitoral e sua região de atuação como educador e fundador de escolas.

Como Deputado Federal, Mário Palmério usufruía de trânsito nas instâncias decisórias do país, tinha acesso privilegiado a informações e participava de debates não só na Câmara dos Deputados, mas também nos círculos intelectuais organizados tanto na capital como no interior. A questão nacional – defender o território, povoá-lo e torná-lo lucrativo – que, pelo menos em princípio, dava o tom às medidas para civilizar e levar o progresso ao interior do país, esteve, em suas várias implicações, no centro destes debates.

Os trechos dos discursos de Mário Palmério citados ao longo deste trabalho demonstram um posicionamento crítico em relação a atitudes de violência injustificadas contra reivindicações que considerava justas. Seus pronunciamentos em várias ocasiões se direcionavam a desmistificar a justificativa ideológica que atribuía, a qualquer manifestação popular, o rótulo de “comunista”, e, portanto, ameaçadora da segurança nacional. Entretanto, como político, se pautava pelas regras e restrições impostas pelo próprio jogo de conquista e permanência no poder. A literatura constituiu-se, então, em uma forma de expressão que lhe

²² Augusto de Campos. *As Antenas de Ezra Pound*. In: POUND, 1997.

permitia uma liberdade muito maior para criar um mundo que desse forma a sua visão sobre a realidade brasileira. Os livros são representações de seus projetos de modernidade, ao passo que suas denúncias revelam as angústias do autor. Nas palavras de Fonseca (2010):

Em outras palavras, era como se Palmério surgisse como o “filho da terra” que, carregado de dons proféticos advindos de seu espírito ilustrado e empreendedor, parecia designado pelo destino para vencer as “forças do atraso” e conduzir o povo do Triângulo Mineiro à terra prometida da modernidade. Novato na política mas ao mesmo tempo membro de família prestigiada, figura destacada nos grupos de status e simultaneamente representante dos ideais trabalhistas, este homem que transitava com desenvoltura entre as elites econômicas, políticas e ilustradas do Triângulo Mineiro compreendeu as aspirações de seu tempo e atuou conscientemente no sentido de mobilizar os circuitos de opinião das elites em torno de seu nome e promover uma autopropaganda intensiva para afirmar a vinculação de sua figura com valores, crenças e aspirações profundas da cultura de sua comunidade. (FONSECA, 2010, p.324).

Antônio Cândido (1989) considera perigoso traçar um paralelo puro e simples entre o desenvolvimento da literatura brasileira e a história social do Brasil, porque pareceria um convite para olhar a realidade de:

[...] maneira meio mecânica, como se os fatos históricos fossem determinantes dos fatos literários, ou como se o significado e a razão-de-ser da literatura fossem devido à sua correspondência aos fatos históricos. A criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrado sobretudo neles mesmos. Como conjunto de obras de arte a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. Mas na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas. (CÂNDIDO, 1989, p.163).

Entre os escritores que publicaram nos anos 1930, havia aqueles “declaradamente de esquerda” (CÂNDIDO, 1989, p.189) – Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Oswald de Andrade – que abriram caminhos para a análise do sistema social vigente à luz dos conceitos marxistas divulgados no Brasil por Castro Rebelo e Caio Prado Júnior. A realidade nacional esteve no centro das análises críticas que mobilizaram intelectuais das várias áreas do conhecimento: história, política, sociologia, antropologia. Cândido (1989), destaca a contribuição de Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil*, 1936 – que criticou as soluções autoritárias do passado e do presente e problematizou o tema recorrente do momento: a capacidade das elites para determinar os rumos do país.

As “elites”, ou a “elite”, recebem diferentes significados, podendo se referir a grupos restritos de políticos, de intelectuais, a uma classe social (a classe A), de religiosos etc..

Dentro destes grupos, é possível individualizar sub-grupos por critérios hierárquicos de poder, ou de influência, ou de posses materiais. De um modo geral, pode-se dizer que “elite” se refere a um grupo selecionado em relação a um grupo maior e menos diferenciado, considerado como “massa”. Compete à elite política determinar os rumos do país, quer pelo uso da coerção (domínio pela força e pela violência) ou pelo consenso (direção intelectual e moral).

Na direção do pensamento de Gramsci, um Estado atravessa uma fase econômico-corporativa quando abriga interesses econômicos de classes restritas e incapazes de solidariedade entre si. Os grupos sociais se compõem uns contra os outros, visando seu próprio benefício mediante a dominação dos outros grupos. Os “governados”, nesta situação, são coagidos a servir aos propósitos das elites governantes, com variados níveis de limitações à participação dos resultados do seu trabalho. Esta fase é superada, segundo Gramsci (2006), quando os grupos sociais conseguem se unir em torno de um projeto que contempla a sociedade como um todo. O Estado, nesta fase propriamente política, passa a ser constituído por um sistema de relações e mediações, que incluem a participação dos governados na definição dos rumos do país.

A passagem do estágio econômico-corporativo, na concepção gramsciana, para o estágio hegemônico é tarefa dos intelectuais e dos líderes políticos. Compete a eles despertar e organizar a vontade coletiva nacional. Os confrontos dos grupos corporativos, que mantinham o capital trabalhando pelo capital, cedem lugar ao estabelecimento de uma economia adequada ao momento histórico, e, portanto, dinâmica e flexível. Aos intelectuais caberia, segundo Gramsci (2006), livrar as massas populares do senso comum, educando-as para uma visão de mundo moderna e universal. Caberia também estudar os costumes, as manifestações literárias e artísticas da cultura popular a fim de conhecer as estruturas sociais e mentais das classes subalternas. Tal educação aproxima as massas do poder e da cultura. Ao contrário de impor ideologias às classes subalternas, os intelectuais as capacitariam para se perceberem como membros de uma sociedade contraditória e para lutar pela superação delas de dentro mesmo da sociedade.

A massa de governados, uma vez educada pelos intelectuais, comporia, ainda conforme Gramsci, com os governantes, um regime democrático que tenderia ao autogoverno, em que o crescimento não seria medido só por parâmetros econômicos, mas pelo acesso geral à cultura. Gramsci (2006) adverte que, na civilização moderna, as atividades práticas se tornaram tão complexas e as ciências se misturaram de tal modo à vida que cada atividade prática tende a criar uma escola para os dirigentes e especialistas. Estas escolas não vinculam

a cultura geral humanista ao saber especializado. Na política, o dirigente preparado só para as atividades jurídico-formais, sem o mínimo de cultura geral, não consegue criar, por si só, soluções justas, nem discernir entre as soluções projetadas pelos especialistas a mais justa.

Seguindo o caminho proposto por Gramsci, e guardadas as diferenças, Sérgio Miceli (1979) estudou as relações entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil e as estratégias que usaram para ocupar cargos nos setores públicos e privados entre 1920 e 1945. A pesquisa focalizou o mercado de trabalho em expansão, representado pelas organizações partidárias e as instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes paulista, e as frentes de mobilização política e ideológica que se tornaram redutos dos intelectuais ligados à oligarquia. Focalizou o florescente mercado do livro incrementado por funcionários, profissionais liberais, professores e empregados do setor privado, público este em expansão por conta da industrialização e da urbanização. Focalizou também o serviço público, que cedeu muitos postos aos intelectuais, escritores e artistas.

Da Semana de Arte Moderna à criação da Universidade de São Paulo, a burguesia direcionou os empreendimentos na esfera educacional e cultural na esperança de reformar o sistema oligárquico sem mudar as condições de representação política dos operários e dos setores médios. Os intelectuais de São Paulo dependiam dos mecenas privados que financiavam suas obras de vanguarda. Tais obras não precisavam ser sucessos comerciais, por isto os movimentos de renovação provenientes da literatura, das artes plásticas, da arquitetura coincidiram com o projeto de reformar o sistema oligárquico (MICELI, 1979).

O recuo paulista favoreceu o engajamento de alguns intelectuais da classe média alta no movimento integralista e na reação católica, que desejavam assumir o controle do Estado, aproveitando da mobilização de setores sociais que inauguravam sua participação na política. Até 1932, alguns intelectuais se mantiveram fiéis ao projeto paulista, outros se uniram aos grupos integralistas, outros ao partido católico e alguns deles participavam de mais de um movimento, vendo em cada um deles possibilidades de influenciar nos rumos doutrinários do governo Vargas. O movimento integralista recebeu médicos e advogados convictos de que a missão política de sua geração definiria rumos nacionais opostos aos ditados pelo governo.

As décadas de 1930 e 1940 foram propícias à expansão do setor editorial. A literatura de ficção caiu no gosto do público, tornando possível o surgimento de um pequeno grupo de escritores profissionais. Os editores estimularam a produção de obras locais, que passaram a concorrer com as traduções de obras importadas. A fundação de editoras comerciais, a rentabilidade da literatura de ficção e a produção de escritores nacionais para o mercado interno implantaram as bases da produção de livros no Brasil. Os romancistas, ainda que

sujeitos à repressão e à censura promovida pelo Estado Novo, e usando modelos norte-americanos, abordaram de um ponto de vista realista as transformações da sociedade nacional da época em sintonia com as expectativas do público leitor. No mesmo período, intelectuais brasileiros, aparelhados com as técnicas analíticas que inauguraram as Ciências Humanas na Europa, publicaram obras que mudaram o diagnóstico sobre a realidade social e política local.

O encontro de políticos e intelectuais na classe dirigente é uma característica do sistema de dominação em que há um crescente distanciamento entre os donos do poder econômico e os grupos – militares, intelectuais, políticos profissionais – que assumiram a liderança política. No sistema de ensino, na indústria cultural, na política e na cultura acontece a legitimação das diferenças sociais. Neste “mercado”, nos termos de Miceli (1979), os intelectuais na posse de títulos, diplomas, postos, cargos e padrões de gosto, e de dentro das instituições – cooptados pelos grupos dominantes – passam a realizar o trabalho diário de veicular discursos que expressam diferenças sociais como se fossem diferenças biológicas, escolares, culturais. As relações entre dominantes e dominados são mediadas pelas estratégias fabricadas pelas instituições que dependem do trabalho dos intelectuais: artistas, cientistas, escritores e especialistas do ramo.

Os anos 30 constituem o marco de fundação dos cursos superiores de Geografia, Filosofia, Ciências Sociais, História e Letras, alguns dos quais elegeram como objeto de estudo o negro, o índio, o trabalhador rural, o pobre. A abertura de editoras dispostas a publicar autores nacionais foi decisiva neste processo de modernização da cultura brasileira.

Uma das conseqüências foi o conceito de intelectual e artista como opositor, ou seja, que o seu lugar é no lado oposto da ordem estabelecida; e que faz parte de sua natureza adotar uma posição crítica em face dos regimes autoritários e da mentalidade conservadora. (CÂNDIDO, 1989, p.195).

A modernização da cultura brasileira foi um processo paradoxal também porque o intelectual e o artista foram, segundo Cândido (1989, p.195), “intensamente cooptados pelos governos posteriores a 1930, devido ao grande aumento das atividades estatais e às exigências de uma crescente racionalização burocrática.” Muitas vezes o intelectual teve que ceder à tendência do grupo de ser submisso ao Estado cada vez mais autoritário. Cândido (1989, p.182) cita o estudo de Miceli²³, acrescentando que o serviço público não significa uma

²³ Antônio Cândido prefaciou o livro de Sergio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, elogiando a seriedade do livro, ele faz algumas ressalvas quanto às generalizações provenientes das avaliações de Miceli, dizendo sentir falta de uma distinção mais categórica entre os intelectuais que “servem” e os que “se vendem”. Cita como exemplo Carlos Drummond de Andrade que “serviu” o Estado Novo como funcionário, mas não alienou por isso sua dignidade ou sua autonomia mental. No livro *Educação pela Noite*, Antônio Cândido cita

identificação necessária com as ideologias e interesses dominantes e que estaria: “Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o Estado – devido às novas condições econômico-sociais.”

Originou-se nos anos 30 a tendência, por parte de intelectuais significativos, de, sem se definir ideologicamente, participarem de uma consciência crítica identificada aos temas e atitudes radicais. Eles foram os responsáveis pela instalação, no Brasil, de uma situação de ambiguidade e pelos esforços posteriores para superá-la.

Pasta Júnior (1999) encontrou a ambiguidade como traço fundante de todo o *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa, e como marca característica da literatura brasileira.

Com as variações importantes que seria preciso avaliar em cada caso, a literatura brasileira não cessa de pôr e repor as figuras de um hibridismo que constitui uma espécie de marca de nascença do próprio país, igualmente posta e reposta ao longo de sua história. Nação colonial e pós-colonial, o Brasil já surge na órbita do capital e como empresa dele, mas se estabelece e evolui com base na utilização maciça, praticamente exclusiva e multissecular, do trabalho escravo. Essa contradição de base forma uma espécie de enigma histórico e sociológico que as ciências humanas permanecem a interrogar, entre nós. Quem acompanha o debate brasileiro sabe os trabalhos a que se dão sociologia, história, filosofia, economia para identificar, enfim, o modo de produção que diz respeito à nossa formação histórica, numa querela que prossegue aberta. Ao longo de séculos, e de um modo que nunca superaram completamente seja a Independência, sejam as sucessivas modernizações conservadoras, o Brasil praticou a junção contraditória de formas de relações interpessoais e sociais que supõem a independência ou a autonomia do indivíduo e sua dependência pessoal direta. (PASTA JÚNIOR, 1999, p.67).

O narrador protagonista²⁴ de *Grande Sertão*, Riobaldo, na análise de Pasta Júnior, é construído segundo o princípio da contradição: ele é o mesmo e é outro, sujeito e objeto, muda e se desloca, mas não sai do lugar, ou seja, passa por toda a trajetória de jagunço, de chefe, de “salvador” do sertão a pactuário com o diabo, mas não supera seus dilemas. Ele narra para entender, para libertar-se do que o faz encomendar missas e todo tipo de magia contra um “mal” que permanece assombrando sua vida, ou nas palavras do próprio narrador: “O que eu não entendo hoje, naquele tempo eu não sabia.” (ROSA, 1972 *apud* PASTA JÚNIOR, p.63).

A contradição, ou nos dizeres de Pasta Junior, o olhar de Medusa que faz as coisas girarem sem saírem do lugar, é o princípio organizador da obra de escritores como José de

Cândido Portinari, que pintou os murais no Ministério da Educação atendendo encomenda da ditadura do Estado Novo, depois de 1937, fazendo dos murais a negação do regime opressor, ao mostrarem como representante da produção o trabalhador, não o patrão, o negro, não o branco e inovando nas técnicas contra as normas tradicionais que agradavam os grupos no poder.

²⁴ GANCHO (1991) define o narrador protagonista como aquele narrador que é também o personagem central.

Alencar, Machado de Assis, Raul Pompéia. A contradição que afirma e nega a identidade do outro é a norma paradoxal que rege as relações entre pessoas e entre sujeitos no Brasil, e que a literatura transforma em matéria dos romances e atualiza constantemente.

As obras publicadas depois de 1930, com predominância do romance urbano sobre o regional, devem ainda à geração de 1920 a “desliteratização” (CÂNDIDO, 1989, p.205), ou seja, o vocabulário e a sintaxe abrem-se para experimentações, são incorporados termos do registro popular da língua, a estrutura narrativa se desarticula continuando a tendência iniciada por Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Mário Palmério publicou *Vila dos Confins* no mesmo ano em que Guimarães Rosa publicava *Grande Sertão: Veredas*. Posteriormente, Palmério ocupou a cadeira deixada por Rosa na Academia Brasileira de Letras. Seu discurso de posse foi uma celebração da obra rosiana. Os dois autores tiveram ampla circulação nos círculos intelectuais no Brasil e no exterior, e, a despeito da diversidade de temas que poderiam ter explorado, o sertão constituiu-se em canto de sereia para ambos. Marcadas as coincidências, não se podem desconsiderar as diferenças. O sertão criado por Rosa é reverenciado, entre outras qualidades, pela constância do elemento místico, por sua equiparação ao mundo mesmo e aos enigmas de caráter universal que propõe ao seres humanos. O sertão de Palmério, em meio à diversidade de personagens e situações, interroga a natureza humana e o desejo fundamental de encontrar o paraíso na terra mesmo.

3.1. O sertão em *Vila dos Confins*: o coronelismo e a imutabilidade das coisas

O romance *Vila dos Confins*, sem delimitar rigidamente um espaço físico do sertão, é composto de quadros descritivos que buscam, por meio de séries de enumeração, retratar fauna e flora de uma região que lembra o Triângulo Mineiro até o Norte de Minas.

Se o sertão dos Confins é magro de boas terras, tem lá suas compensações. A caça encontra-se à vontade nas tiras de mato e nos varjões beira-rio: jacus, jaós, patos e tudo o que é raça de passarão morador nas redondezas de água corrente e parada. Nos campos pragueja a caça miúda das perdizes, codornas e nhambus. Para os que apreciam bichos de porte, há fartura de emas, queixadas, capivaras, e todo tipo de veados das três moradas: campeiros, catingueiros e mateiros. Antas e cervos não fugiram de todo ainda, apesar de um ou outro caçador que sempre dá de aparecer por aquelas bandas. (PALMÉRIO, 2010, p.23).

O quadro de caça abundante composto no trecho acima serve-se do registro popular da língua, como se o narrador assumisse a oralidade dos contadores de casos e visse o sertão como eles veem. Nota-se a percepção de que a fartura é exaurível, visto que “antas e cervos não fugiram de todo **ainda**”. A mudança é um elemento da composição da paisagem.

Atravessa o Sertão dos Confins o rio Urucanã, que divide o território em uma margem fértil da direita e na margem menos fértil da esquerda, ao contrário da maioria dos rios que o deputado Paulo Santos conhecia. Na margem esquerda do rio fica a corrutela do Carrapato, onde vão pedir votos – “cinco ou seis eleitores faziam diferença” –, e que o deputado descreve com os olhos alterados pela maleita que contraíra durante a travessia do rio do Chumbo, à tardezinha.

Se a Vila dos Confins dava aquela primeira impressão de pobreza, o Carrapato lembrava miséria e abandono. Difícil topar naquele fim de mundo deserto, coisa mais triste e mais sem vida.

O sol caía de ponta, brutal. Entorpecia e queimava tudo. A areia era povilho de espelho socado no pilão. O ar, a gente pode vê-lo mover-se – lesma amarela, quente, pegajosa, a arrastar-se por sobre as ruas e telhados. (PALMÉRIO, 2010, p.64).

O delírio da febre exagera o quadro de pobreza e abandono. Não há meio termo, nem poetização do lugarejo desagradável até no nome: Carrapato. O sangue ardendo devido à maleita se projeta nos elementos naturais, tudo desnudando e queimando. A pobreza é não só feia, mas muito feia.

Será que sarava? Uma porção de remédios todas, diz’ que sarava, problema resolvido. Mas e o Lobo? Lá estava o pobre: de bengala, a arrastar os pés, amarelo de dar pena; sempre de cachecol, a barriga crescendo, os braços se espichando, um orvalhado de gotinhas de suor embirrado na careca. E banguela: um dentão só, o de ouro, na gengiva de cima, a língua sarrosa branquicenta. Homem novo ainda, a mulherzinha nova, até bonitinha, a Teresa. Arranjara a aposentadoria, arranjara; mas um triste fim de vida, conto e pouco só por mês, os meninos pequenos ainda... (PALMÉRIO, 2010, p.72).

A resposta é positiva: se a maleita se manifestou no Carrapato, ela sarou com remédio alemão e repouso no conforto da fazenda Boi Solto. Apesar de localizar-se também na margem esquerda do rio Urucanã, a meia légua da currutela, e dentro da caatinga, a fazenda velha primava pelo asseio, pela arrumação dos móveis, pelo quarto amplo com a roupa de cama cheirando a alfazema. A miséria cedia à fartura do quintal cheio de frutas; a feiúra do Lobo cedia à agradável figura de Maria da Penha – bons dentes, limpa, vestida com capricho – filha do fazendeiro. Mais tarde, o deputado ficará sabendo que o povo da Vila dos Confins comentava ser a moça “sem juízo e perigosa”. A soma do conforto e da beleza fez da recuperação naquele sítio um merecido descanso da política.

Quanto tempo ficaria ali? Uma semana inteira de repouso em nada prejudicaria a campanha. Sim, uma semana no mínimo – dormindo cedo, levantando-se tarde, pescando, armando alçapão para apanhar a filhotada de sofrês que ele já vira, na mesma hora que chegara à fazenda, saraivando de cantigas novas o pé de figueira-de-folha-miúda do curral, a árvore que dá sombra mais fresca e a que mais ajunta passarinho no tempo da fruta. E conversando no alpendre com Maria da Penha, ou passeando a cavalo com ela. Que diferença do Carrapato! (PALMÉRIO, 2010, p.83).

Era desta vida no sertão que o deputado Paulo Santos gostava e que constituía uma das afinidades com o Padre Sommer, famoso caçador de onças. Mas, a última expedição do padre era motivada pela lenda do ouro de aluvião carregado pela enxurrada e depositado nas areias no rio do Caracol. A abundância do metal atraía muitos garimpeiros, e dera início à corrutela de Mina Velha, com igreja e sobrado. Mas, os índios que realizavam o trabalho duro, revoltaram-se contra o tratamento bárbaro a que era submetidos, queimaram tudo e mataram os garimpeiros de tal forma que, se sobrou algum vivo, jamais voltou ao local. O abandono propiciou a recomposição da mata que escondeu as ruínas.

Ora, a modernidade já havia chegado ao sertão dos Confins. O reconhecimento do espigão mestre por onde passaria a rodovia das Bandeiras usou a técnica de fotografias aéreas. Em uma destas fotografias apareceram manchas que revelaram ruínas do garimpo. Foi no enalço do ouro que o Padre Sommer se embrenhou pelo sertão, e, por acaso, caçou a onça preta. O narrador sabe em detalhes da aventura e várias vezes toma a palavra do Padre.

Chegaram à furna – paredão a pique, vinte ou trinta metros de fundura, da beira do aparado até a copa da mata, que se espremia no grotão [...] O boqueirão parecia ter sido talhado a picareta no lajedo duro, a parede sempre a prumo, sempre brilhante ao sol. Na época das chuvas desaguavam ali as enxurradas, carregando folharia, galhos secos, estrume de bicho, sementes caídas no chapadão. Daí a fertilidade do terreno acochado entre os contrafortes da pedra, o viço da mata, a proteção do vento ressecante das chapadas, que ali não podia embocar. Sombra, umidade, sossego – mais esquecido, tranqüilo, inalcançado: mata virgem. (PALMÉRIO, 2010, p.94).

A descrição da mata virgem ao pé da encosta escarpada da chapada, por um lado, valoriza o espírito aventureiro e destemido do padre; por outro lado, distrai a atenção do real propósito da expedição, que era encontrar ouro. Morta a onça, encerra-se a aventura. Ninguém pergunta se o padre encontrou as minas perdidas. A narrativa tem um poder encantatório sobre o público, tornando-se um fim nela mesma. O narrador desconfia das histórias, como demonstra ao reiterar que elas são verdadeiras.

Nequinho Capador, assim como o padre, é remanescente de circunstâncias que sobrevivem no sertão dos Confins sob formas diferentes. Nequinho foi jagunço de um importante coronel, em um tempo em que “capar” os desafetos era sinônimo de coragem e

hombridade. Quando o coronel perdeu sua influência, Nequinha dedicou-se a mascatear o gado zebu. Mas, enquanto o gado de raça viajava de trem, Nequinha tocava as reses para engorda montado a cavalo. Ao ver o gado estragado pela seca e pela viagem, o deputado não poupa o comentário: “Você enlouqueceu, Nequinha – censurou Paulo. – Não se viaja assim, nesta época. Vai lhe morrer tudo no caminho.” (PALMÉRIO, 2010, p.106).

O sertão dos Confins vai sendo apresentado como um espaço em mudança entre a caça que “ainda” não fugiu de todo, e o gado que “não mais” é tocado a cavalo. O tempo da narrativa se faz de um presente em que se encontram um passado em transformação e um futuro em definição. Esta ambiguidade parece caracterizar tanto a paisagem quanto os personagens.

Na margem menos fértil do rio, na caatinga, localizam-se o vilarejo extremamente miserável do Carrapato, e a viçosa fazenda do Boi Solto. O padre é garimpeiro e caçador de onça. A filha do fazendeiro é limpa e promíscua. A moça, segundo relato de Xixi Piriá a Paulo Santos, casou por arranjo do pai como um parente muito mais velho e sistemático, embora ela namorasse o filho de um fazendeiro. Então, na Vila, começaram a falar dela: “que ela andava com um médico da Casa de Saúde, com um rapaz do Banco, até com um chofer de praça, um tal de Domingão.” (PALMÉRIO, 2010, p.117). Seria a ambiguidade restrita a alguns personagens? Vamos deter a análise no personagem principal Paulo Santos, em Xixi Piriá e no Coronel Francisco de Oliveira Belo, o Chico Belo.

3.1.1. Coronel Francisco de Oliveira Belo

Começando pelo coronel, cuja importância no texto é menor que sua importância nos destinos do Sertão dos Confins. Ele é um personagem secundário, ao qual o narrador não dedica muito tempo da narrativa. Pelo contrário, vê-se o coronel em ação em uma circunstância inusitada. Como um “peixe fora d’água”, Chico Belo deixou a roça para ir à capital e estranhou as “modernidades”: na “estrumela maldita” do avião passou mal – os ouvidos zuniram de dor, os olhos escorreram, vomitou; no elevador, o mal-estar se repetiu e vomitou na presença das senhoras “perfumadíssimas”. O candidato a deputado estadual, Dr. Osmírio, que guiava o coronel na viagem, lamentou as duras obrigações como aquela, impostas pela política, mas consolou-se contabilizando os duzentos ou trezentos votos que o coronel lhe conseguiria.

Para um “peixe fora d’água”, o coronel se adaptou rapidamente. Depois de uma boa noite de sono em um hotel luxuoso, ele amanheceu novo para a reunião com o secretário dos Negócios do Interior – Dr. Carvalho de Meneses –, do qual esperava o envio de um intendente e de um delegado especial para prestigiar a sua candidatura à prefeitura durante a eleição. O secretário parecia totalmente receptivo ao coronel e aos apertes do Dr. Osmírio até saber que, do outro lado, na oposição, estava Paulo Santos, com quem o governo era coligado. O secretário aconselhou cautela. Não podia comprometer o governador, por isto ia consultá-lo antes de tomar uma decisão. Ao despedir a comitiva convidou sigilosamente Chico Belo para ir à sua casa. O coronel considerou bom o resultado da reunião: Ele e o Dr. Carvalho, o mesmo tipo de pessoa. (PALMÉRIO, 2010, p.175).

Nesta altura, o coronel já apreciava a vida da cidade grande, fazendo planos para voltar muitas vezes depois que fosse eleito. Na casa do secretário, Chico Belo e Osmírio foram informados que o candidato a deputado federal não estava mais nas boas graças do governador, que agora apoiava um “crápula”, “um inimigo rancoroso”, nos dizeres de Osmírio, que, revoltado, dizia não entender mais nada. Mas, o coronel estava em sintonia com o secretário.

Chico Belo ouvia tudo calado. Formidável, o Carvalhinho! O Osmírio, coitado, com aquela parte de inteligente, de sabido, com todo o palavreado difícil, caía como um patinho... O secretário jogava, agora, o Bernardino por cima dele... Logo quem, o dr Bernardino! O dr. Carvalhinho judiava do pobre; mas mordida e soprava: [...] (PALMÉRIO, 2010, p.178).

Chovia enquanto o secretário discursava sobre o firme propósito do governador em eleger-se presidente, por isto era importante montar o Congresso que daria a base de sustentação ao governo. Esta situação remete à trajetória de JK do governo de Minas Gerais à presidência da república com o apoio, inclusive, dos ex-opositores ao seu governo. Já na presidência, Kubitschek não era apreciado pela imprensa. Segundo o jornal *O Semanário*, o presidente “jogava duplo o tempo todo”: por um lado, estimulava a campanha contra o general Lott (Ministro da Guerra, principal suporte de JK, e, de outro ângulo, acusado de provocar a divisão das Forças Armadas); por outro lado, nada fazia para afetar a posição do lottismo dentro e fora do Estado. Ainda que fosse entreguista, o presidente sabia da dificuldade em mudar a disputa de forças em favor dos tubarões e dos trustes. Segundo o jornal, vinha “daí sua política de morder e assoprar ao mesmo tempo.” (ALMEIDA, 2006).

Em *Vila dos Confins*, o governador e a direção do partido empenhavam-se na candidatura do secretário a deputado federal. O Dr. Carvalho deixa claro o enorme sacrifício

que faria em nome dos “supremos interesses do nosso Estado”. Chico Belo e Osmírio firmaram apoio e dois mil votos à candidatura do secretário, que, em troca, lhes concedeu nomeações, apoio e mil votos para Osmírio, novo intendente, destacamento policial, dinheiro (cem contos: metade adiantada para a eleição de Chico Belo, metade depois das eleições, descontados setenta e cinco mil réis por cabeça de eleitor).

Depois é o jogo – pif-paf – em que o secretário ganhou mais de trezentos contos. Acompanhava o jogo muito uísque, charutos, gargalhadas e palavrões. Enquanto isto Osmírio contava, omitindo o que era do seu interesse, a Cordovil de Azambuja –candidato a deputado federal – o acordo firmado com o secretário, e celebraram os dois uma aliança de apoio para usar e depois descartar o secretário. Chico Belo era mais ousado: planejava usar e descartar o secretário e Azambuja.

Tudo arranjado: as nomeações, o dinheiro para a eleição do Chico Belo, a garantia de outros recursos para as eleições gerais. E estava seguro dos dois lados: votação do Carvalhinho, votação do Cordovil de Azambuja. Ganharia a prefeitura da Vila dos Confins, de Ipê-Guaçu, de São Benevuto. E iria eleger-se deputado estadual com toda a facilidade. Tapearia os dois Carvalhinho e Cordovil; ficariam queimados como ele, brigariam, mas depois tudo passava. Política era aquilo mesmo... (PALMÉRIO, 2010, p.191).

Imediatamente após a narração do encontro de Chico Belo com o secretário, há um comentário sobre o urubu roceiro como o bicho mais velhaco que existe: é ladrão, calculista, paciente, age em bando, só cai em armadilha uma vez. Em resumo, o bicho é apresentado como uma verdadeira criação do capeta.

Ora, este comentário parece mera divagação do narrador. Mas, logo em seguida, os leitores são levados para a grande festa que acontecia em Vila dos Confins para recepcionar o secretário, Chico Belo, e prestigiar o Partido Liberal. O ponto alto do desfile, prestigiado por todas as autoridades da Vila, era o destacamento policial. “O governo, sim, presente agora na Vila dos Confins para manter a Ordem e defender o Regime!” (PALMÉRIO, 2010, p.195).

Seguindo as pistas do narrador, podemos chegar a sua concepção dos políticos e da política praticada nos sertões dos Confins. O coronel e o secretário de Estado se definem por semelhança. Ambos perseguem um único e mesmo interesse: isto é, seu próprio interesse, oculto pelo discurso dos supremos interesses do Estado. Pode-se trocar os papéis exercidos pelo coronel e pelo secretário que o resultado será o mesmo e tenderá para a direção em que soprar o poder e o dinheiro.

Se resta alguma dúvida sobre os traços morais dos políticos, o comentário sobre o urubu roceiro esclarece os tipos velhacos a quem compete decidir os rumos do país. Cabe

observar que o governador é conhecido por seu intermediário – secretário –, é, pois, uma figura indireta e distante. Entretanto, se faz presente na Vila por meio da força policial e com a justificativa de manter a Ordem e defender o Regime. Que Ordem seria esta?

3.1.2. *Xixi Piriá*

O que o mascate Xixi Piriá podia esperar da ordem e do regime? Por sua profissão ele vivia “entre”: “debaixo do sol, por cima da areia”. E vivia em tal harmonia que o sol o conhecia, a areia e a caatinga eram suas amigas e todas as pessoas gostavam dele. Xixi Piriá, como o próprio nome indica, era pequeno, um “porquinho-da-índia... porqueirinha de homem”. Não representava perigo para as mulheres, por isto ele merecia comer na mesa da cozinha com a dona da casa e as moças solteiras. Até para usufruir da companhia de Maria da Penha – cujo pai não contratava empregados para evitar os namoros da filha – ele era confiável. Além disto, apesar de sua pequenez, carregava na mala “tem-de-tudo” de botões a tesouras, de talheres a fermento para bolo. Xixi Piriá era um ser híbrido: minúsculo e forte, homem e sem definição sexual. A indefinição era o seu passaporte para transitar em todos os espaços do Sertão dos Confins.

À medida que ele tendia para o lado de Paulo Santos, definia uma identidade. O narrador usa o suspense como principal recurso estilístico para prender a atenção do leitor sobre o resultado da eleição. Contra a ansiedade do leitor, o narrador faz longos relatos sobre a calma da Vila, sobre as conversas avaliativas do preto, sobre a pescaria de Paulo Santos. O recurso tem o efeito de um tempo dilatado que se arrasta sem chegar ao que realmente interessa. Mas, de repente, a explosão: toda a tensão contida extravasa e transforma em catástrofe a travessia rotineira do gado na balsa do Gerôncio. O foguetório da comemoração do novo prefeito assustou os bois de Nequinha Capador, que atravessavam na balsa, Ritinha – filha de Gerôncio – caiu no rio e foi devorada pelas piranhas. Nequinha perdeu cinco novilhas zebu.

Os detalhes da vitória: a diferença de votos que deu a vitória a Chico Belo, a festa na Vila que durou a noite toda, são revelados pelo narrador onisciente que conhece e traduz os pensamentos do jagunço Filipão. Acusado de emboscar Paulo Santos, o jagunço estava escondido, por isto transparece o ressentimento por não haver participado das comemorações. As provocações são uma forma de desferrar-se da sua exclusão do processo eleitoral. E Xixi Piriá, chefe de quartel da União Cívica, foi confrontado por Filipão, obrigado a beber cachaça

na venda do Fiico. Não adiantou argumentar que não podia por causa do fígado fraco. Quem afinal era ele, um “porqueira” de gente, para discordar do Filipão. Mas se o mascate tinha assumido uma posição na política, foi forçado também a assumir sua posição sexual, traduzida na paixão não declarada por Maria da Penha.

– Isso! Vão bebendo, negrada! – gozava alto o Filipão. – A farra depois vai ser no Boi Solto, seu Xixi Piriá! Vou dar uma sova no velho, e daqui a pouco estou dormindo gostoso com a cadelinha da tua Maria da Penha... Sei que tu é apaixonado por ela, mas ela não te liga, não. Tu vai ficar por aqui mesmo, caído no porre, vomitando pinga, seu bostinha de cachorro... (PALMÉRIO, 2010, p.289).

Xixi Piriá sujeitou-se a beber a pinga e à humilhação, mas não à ameaça do perigo que corria Maria da Penha. O sangue, esquentado pela bebida, subiu-lhe à cabeça: o capeta tomou conta do seu corpinho e ele apunhalou Filipão inúmeras vezes até ser contido por Eduardão e Osorinho. Quem saiu da venda não foi o “porquinho-da-índia” que entrou. A mala que identificava o mascate ficou esquecida em cima do banco. É uma ordem que o personagem deixa, para iniciar-se em outra. Tornar-se-ia ele um Filipão ou Eduardão? Dificilmente continuaria a ser Xixi Piriá, ou se tornaria Osorinho. O narrador se refere a ele com “beleza mesmo de caboclão” e faz sua sombra estender-se até desaparecer na noite fechada da caatinga sem fim. O narrador aprovou o ato do mascate? Mais uma vez, a descrição da paisagem que abre o capítulo pode esclarecer a visão do narrador.

A caatinga – outro aspecto, agora, depois que as chuvas a lavaram e refrescaram. Exagero de passarinho, exagero de perfume nas flores desabrochadas. Beleza de sertão, na tarde a cabecear os seus primeiros cochilos. A estrada boiadeira, um jardim. Entrecruzando-se, ali se esparramavam os canteiros verde-escuros da grama-forquilha e as touças rasteiras e amarelo-vermelhas do mata-barata. Outro que veio de longe, trazido pelas boiadas, esse unzinho: por debaixo da areia do chão, a raizama entrançada em grossa lenha, mas por cima a galanteza das folhinhas redondas e envernizadas. Praga de pasto das mais renitentes, o lustroso e chique mata-barata; mas uma simpatia de planta, o ladrão. (PALMÉRIO, 2010, p.284).

Por esta estrada boiadeira passava Xixi Piriá. Triste por causa do resultado das eleições, nem prestava atenção à natureza que o cercava e refletia.

Vinha dos lados do Boi Solto, do fazendão velho de seu Sebastião de Almeida. Mas carregava na alma um peso qualquer. A mesma elegância na roupinha de brim amarelo, vincada a ferro; a mesma chiqueza no lenço do bolsinho do jaquetão, a mesma pilantrice na gravata de pinguinhos vermelhos em fundo amarelo de ipê. E o chapéu tombado de banda... Mas havia tristeza nos olhinhos de quati fincados na cara miúda de porquinho-da-índia. (PALMÉRIO, 2010, p.284).

A transformação que a chuva efetuou na caatinga antecipa a transformação que ocorrerá com o personagem. No cenário lavado e refrescado brotam as touças rasteiras do mata-barata, um matinho de duas caras: por baixo da areia, as feias raízes emaranhadas; por cima da areia, as bonitas folhinhas brilhantes. Elegante, a praga de pasto vestia as mesmas cores que Xixi Piriá: amarelo e vermelho. Ou o mascate vestia as cores do mata-barata. Reversíveis homem e praga, o narrador, ao declarar sua simpatia pela praga renitente, a compara à transformação do mascate e lhe sugere uma nova identidade: Mata-Barata. Declara também sua preferência pelo caboclo capaz de matar para proteger a amada, ao neutro mascatinho. Sertão é lugar de macho e respeito se conquista com sangue: esta a ordem do sertão?

3.1.3. Deputado Paulo Santos

O Deputado Federal Paulo Santos fundou o diretório da União Cívica em Vila dos Confins. O diretório lançou a candidatura a prefeito de João Soares para concorrer com o candidato do Partido Liberal, Chico Belo, na primeira eleição que seria realizada no município. O narrador em terceira pessoa conhece as opiniões do deputado sobre a Vila, sobre o vendeiro Jorge Turco, bem como as lembranças do deputado de ter de agir em função de conquistar votos, desconsiderando seus gostos. Era o que se dava com as acomodações para a noite: ofereciam-lhe a melhor cama que aceitava para não ofender (e perder votos), mas ele preferia dormir em rede armada no quintal, ou passar a noite apreciando o luar a estender-se pelas furnas e grotões.

Paulo Santos conheceu Vila dos Confins antes de se tornar político, quando, há mais ou menos quatro anos, desceu o rio Urucanã em uma canoa com motor de popa em busca de boa pescaria. Não há detalhes sobre o ingresso de Paulo na política, nem sobre sua vida. Sabemos, por suas lembranças, que ele participava de uma turma de pescadores, e que um de seus maiores prazeres consistia nos preparativos para o mês que gastavam à beira-rio. A entrada na política determinou o fim de seu sossego. Entretanto, entre uma obrigação e outra, ele reservava algum tempo para a diversão. Na Vila conheceu o negro Gerôncio, que viria a se tornar seu companheiro de caçadas a jacarés e de pescarias. O rio Urucanã que abre, com seu rolar manso, o capítulo de apresentação do deputado, funciona como uma antecipação dos perigos e ciladas que se escondiam sob a aparente tranquilidade da Vila, o que a disputa eleitoral tornaria explícito.

Misterioso e mau, o Urucanã. Traíçoeiro, aquele jeito inofensivo de correr macio entre os barrancos altos. Ai da rês imprudente que chegasse perto demais da beirada, podre! Tchibum, e pronto! – engoliam-na nas profundezas... Tudo se passava num átimo, de acordo com a teoria do Aleixo Telegrafista: “Bicho caiu no rio, seu doutor, o caboclo-d’água só faz desta: mete o dedo na boca, dá o assobio, e ajunta a piranhama – ele é uma espécie de madrinha delas...” (PALMÉRIO, 2010, p.32).

As conversas com os aliados políticos giravam em torno da nomeação para a Vila dos Confins de um delegado militar, requisitada pelo Partido Liberal. Paulo desconsiderava esta possibilidade visto que o governador tinha compromisso com ele e com o Partido da União Cívica, mas João Soares duvidava da fidelidade do governador com base na certeza de que eleição se ganha com dinheiro e polícia. A chegada do deputado coincidiu com a volta da chuva que havia sumido do sertão dos Confins por muito tempo. A chuva anunciava também a volta do Padre Sommer, que só permanecia na Vila nesta época, em que, como a chuva, “lavava a alma do povo das sujeiras acumuladas”.

Enquanto tomava banho de lata no banheiro apertado, Paulo Santos pensava em como a fundação da União Cívica dividira a Vila em pólos – de apoio a Chico Belo; de apoio a ele e aos seus candidatos. Chico Belo merecia perder as eleições porque prejudicava os outros em interesse próprio, mudava as cercas de divisa das fazendas do lugar, sempre se apropriando de mais terras. Podia-se até abrir um processo contra ele, mas a demora da decisão era tão grande, que a parte lesada morria antes do julgamento. O Betico era caçado pelos jagunços e pela polícia por receber a bala agregados de parentes do Chico Belo incumbidos de desviar a água do córrego para suas terras. O Dr. Bernardinho até contratou advogado para o moço, mas o pessoal do fórum era gente do Osmírio, assim a Lei nada fazia pela justiça. Os fóruns são instituições da Administração Pública cuja finalidade é arbitrar os conflitos sociais com base no direito, e sob a rigorosa observância das leis. Os administradores da justiça, no entanto, eram escolhidos de acordo com o filhotismo, prática do coronelismo, que existiu simultaneamente ao regime político de representação popular. A superposição do poder privado como o poder público que se fortalecia, acontecia sem alteração na ordem que continuava a ser determinada com a finalidade de atender interesses particulares e sem considerar o bem comum.

Ganhar a eleição era pôr fim nos desmandos do grupo de Chico Belo. Para isto eram necessárias as coligações.

Antigamente era que adversário morria adversário; hoje, não: com essa balbúrdia de tanto partido, nenhum vence sem coligação. Veja como tudo tem mudado: nas eleições passadas, nós nos aliamos aos democratas para vencer os liberais; nas últimas, nos unimos aos liberais para derrotar os democratas; agora, o boato é que os

democratas estão se aproximando dos liberais para acabarem com a gente... Nessa confusão toda, sobram apenas os mais duros, que ninguém é bobo de fazer casa com pau bichado... (PALMÉRIO, 2010, p.32).

A ordem da política, portanto, era apoiar quem tivesse alguma possibilidade de vitória, quem contribuísse com votos para a eleição do próprio candidato. Fidelidade partidária, projetos em comum nem entravam em discussão.

Se se levar em conta que existe ordem, segundo Dias (2008), quando os comportamentos humanos se adequam a critérios ordenados, de forma que as relações resultantes entre os indivíduos sejam compatíveis com os objetivos perseguidos por quem instaura a ordem, chega-se a um quadro de alta instabilidade social. Ainda concordando com Dias (2008), quando o objetivo principal dos políticos é manter-se no poder, os critérios ordenados são seguir o grupo com maior possibilidade de vitória, depois avaliar a conveniência de seguir com tal grupo ou voltar-se contra ele em favor de outro com melhores possibilidades. Esta conduta política, a “contradança ideológica²⁵”, pautada por contingências, ou seja, pela ausência de mecanismos estabilizadores das expectativas, gera insegurança na medida em que há incerteza sobre o comportamento dos líderes.

Nas visitas que o deputado fazia para formar a chapa de vereadores do candidato João Soares ia conhecendo as histórias dos moradores dos Confins. O narrador avalia que o paulista Neca Lourenço e sua mulher Maria eram um casal diferente como se podia ver pela casa bem acabada, pelos currais aparelhados de madeira de lei, pelo gado de bom sangue zebu. Neca tocava tropa desde menino, seguindo a profissão do pai que era de capataz de boiada. Recebeu do avô o conselho de que terra boa era aquela de cultura de primeira. Ambicioso, Neca observava e conversava com fazendeiros ricos. Aprendeu que terras de cultura são as de massapé, de água parada e muito mosquito, onde se planta por até cinquenta anos obtendo a mesma qualidade de mantimento.

Foi longo e trabalhoso o percurso de Neca desde que escolheu a fuma do Bacurizal para ser sua fazenda, até poder realmente comprá-la. Seu salário como peão de boiadeiro era muito baixo e a fuma no sertão bruto fazia parte da sesmaria do “velhaco e ordinário” Pedrinho Belo. Neca começou a mascatear tropa e gado barato e com dinheiro emprestado pelo patrão comprou uma tropa de burros novos. Depois foi estratégia: não demonstrar interesse, esperar uma ocasião oportuna, conseguir dinheiro emprestado, usando, para isto

²⁵ Lúcio Flávio de Almeida em *Uma ilusão de desenvolvimento* discute o que chama de “contradança ideológica” entre os discursos dos segmentos nacionalistas e das forças político-militares em meados dos anos 1950. O presidente JK se equilibrava entre interesses contraditórios, firme no propósito de promover o desenvolvimento capitalista, ainda que sacrificando o nacionalismo pela dependência do capital estrangeiro e pelo reforço da posição do grande capital.

Maria, afilhada da patroa, de isca a quem pediu em casamento, visando convencer a patroa. Conseguiu o dinheiro e a noiva, comprou boiada magra da qual os dois cuidaram até ficar no ponto de dar negócio com Pedrinho Belo. Para a concretização do negócio foi preciso pensar como Pedrinho, bem de acordo com o ditado “contra esperteza, esperteza e meia” e uma boa garrucha para “convencer” Pedrinho a assinar a *escritura* das terras. Não houve represálias contra Neca Lourenço, pelo contrário: o Pedrinho Belo dava volta para não passar pela Furna do Bacurizal. O dono da Furna do Bacurizal ilustra bem a existência de várias ordens no Sertão dos Confins.

As normas são mecanismos criados pelos grupos humanos para estabilizar as expectativas, reforçando a seletividade e compondo uma estrutura que dê certa estabilidade às relações interpessoais, controlando sua contingência (DIAS, 2008). As normas estruturam as relações humanas, dando-lhes estabilidade, na medida em que efetuam uma seleção prévia das possibilidades de ação, excluindo as problemáticas do ponto de vista da convivência. Dias explica: num banquete existe a expectativa geral de “pegar o melhor pedaço”, levando ao comportamento de todos se lançarem ao mesmo tempo aos pratos. Tal comportamento leva à frustração mútua das expectativas. As normas de etiqueta à mesa selecionam como e quando cada comensal deve se servir para que todos se alimentem.

As normas não são apenas jurídicas, podem ser religiosas, morais, costumeiras, de trato social. Por isso Neca Lourenço observava e conversava com os fazendeiros para saber os comportamentos que eles selecionavam na multiplicidade de sistemas normativas para adquirirem e manterem suas propriedades. Seu objetivo era evitar conflitos visto que uma mesma situação pode ser regulada de modos diferentes criando expectativas normativas contraditórias. Para preservar a função estabilizadora das normas, surge a necessidade de estabelecer uma hierarquia entre estas ordens, que diz qual deve prevalecer no caso de conflitos. No seu caso, o uso da força era uma opção prevista nas expectativas, por que era uma norma costumeira do Sertão dos Confins. Fazia parte do comportamento de Pedrinho Belo e dos coronéis que tomavam as coisas ou quebravam contratos sem temer a reação violenta dos expoliados. A reação igualmente violenta de Neca, ao forçar o outro a cumprir a palavra sob a mira de uma arma, podia ser condenável pela religião, pela moral, mas não o era pelas regras do sertão.

Neca Lourenço deu trabalho para ser convencido a “se envolver nos mexericos do vilarejo, reacender a velha inimizade dele com os Belos”. Paulo chegou a duvidar se era direito desviar o outro da sua lida na fazenda, para colocá-lo nas encrencas da política. Mas, afinal, e como sempre, o método que dá certo é igualar-se ao outro. Assim, quando o

fazendeiro se recusa por ser um homem de roça sem instrução, Paulo se coloca como seu igual.

– O senhor pode achar graça. Pode até pensar que estou querendo apenas ser-lhe agradável. Mas vou-lhe dizer a verdade: sou tão roceiro, tão sertanejo, tão fazendeiro quanto o senhor. Só que o senhor conseguiu fazer tudo isso, fincou toda esta madeira, realizou seu sonho. Eu ainda ando como o senhor andava nos seus tempos de peão de boiadeiro... Mas o diabo é que me botaram nas mãos, quando eu era menino, caderno e livro, em vez de uma boa vara de ferrão. Sentaram-me em banco de escola em vez de me montarem em pelo num poldro sem costeiro. Meteram-me um freio água-choca nos queixos e me puxaram de rastro para um caminho que não era o meu... (PALMÉRIO, 2010, p.163).

O Deputado ganha a adesão do fazendeiro, mas a luta endurece com a chegada do destacamento policial aos Confins, as intimidações aos coligados da União Cívica, as trocas de intendentos. Era preciso contra atacar com urgência de modo a repercutir e anular a vantagem que Chico Belo havia conseguido. A chuva insistente, a lama empoçada no chapadão coincidem com a decisão de Paulo Santos de forjar uma emboscada que colocaria em risco não a sua vida, mas a vida do deputado federal. Depois era fazer escândalo, forçar as autoridades a tomar uma posição mediante o atentado contra um parlamentar do país. Realizado o plano, Paulo sentiu-se muito seguro da vitória e do seu propósito de ganhar a eleição. Mas ao considerar a oposição “burra” e, portanto, diferente dele que era inteligente cometeu um erro fatal. Deixou de pensar como o inimigo, por julgar-se, por antecipação, dono dos votos da rica e nova zona dos Confins.

A eleição se realiza supervisionada pelas tropas da Aeronáutica, enviadas pelo ministro da Justiça. A votação era trabalhosa: os partidos vigiavam os eleitores desde o momento que saíam de suas casas, até o momento em que saíam das cabines. Para isto forneciam condução de ida e volta, entregavam marmita com votos, garantiam a presença dos fiscais, davam churrasco e pagode para os eleitores. Fechadas todas as possibilidades de fraude, não se evitou a compra de votos, para isto não faltava dinheiro a Chico Belo e ele gastou à vontade. Passada a eleição Vila dos Confins volta à rotina, enquanto se espera a apuração dos votos.

Paulo e Padre Sommer pescavam e refletiam sobre o rio e os peixes. O narrador lança mão novamente do recurso de usar a natureza como espelho para os homens. A circunstância da conversa é a eleição, e o rio que corta o sertão, os peixes são de espécies comuns na região do Triângulo Mineiro. Mas, ao mesmo tempo são rios e peixes quaisquer, dando um conteúdo universalizante à reflexão: o tema da conversa é a eleição em Vila dos Confins, e, de modo

mais geral o caráter do ser humano. Paulo lembra das lições do Rufino, o pescador mais “científico” que havia conhecido.

Aprenda isto, seu Gerôncio: vellhacaria é no reino das águas, uns se defendendo dos outros, desde o dia em que nascem. Quem não aprende essa regra acaba no bucho dos mais espertos. Peixe é bicho muito inteligente: inventa modas, muda de cor para se confundir com o lodo do fundo, fabrica e esparrama em volta tinta escura... São uns sabidões, seu Gerôncio. Burro é quem pensa que peixe é burro... (PALMÉRIO, 2010, p.257).

Paulo Santos ao antecipar a vitória nas eleições achou que Chico Belo fosse “burro”, “baixou a guarda”, deixou alguns eleitores fiéis ao partido sem condução, confiou no qualificador Pé-de-Meia que mudou de lado por vinte contos e trocou os envelopes com cédulas dos candidatos da União Cívica, por outros com cédulas do Partido Liberal. O resultado foi a vitória de Chico Belo com oito votos de diferença.

Paulo continuava imaginando coisas. Na água limpa, os pequenos, os fracos, os imprudentes: a comida. Na água suja, os grandões, os malvados, os velhacos: a fome.

[...]

Traíras – os feios e repelentes trairões: hienas de tudo o que é água doce, estancada ou corrente; urubus comedores de qualquer qualidade de carniça. Ou, senão, os dois repugnantes fundidos num bicho só: urubu-hiena. Traíra... E ainda, há gente que coma essa peste! (PALMÉRIO, 2010, p.253).

Visão pessimista sobre o ser humano, levado a revelar seu lado melhor e seu lado pior por ocasião de uma verdadeira guerra em que convertiam as eleições. A classificação em bons e maus, entretanto, não explica a complexidade das relações estabelecidas com base no interesse pessoal. Nesta situação a ordem é camuflar-se e mudar conforme as circunstâncias.

3.2. O sertão em Chapadão do Bugre: a lei do mais forte

Mário Palmério publicou *Chapadão do Bugre* (1965) nove anos após ter publicado *Vila dos Confins*. Havia deixado a política, depois de três mandatos, sido embaixador no Paraguai e, então voltou ao Brasil, isolou-se em sua fazenda no Mato Grosso e escreveu o livro. O tema continuou sendo o sertão em transformação. Por que o sertão volta a ocupar a atenção do escritor, ou o que permaneceu o incomodando até ser convertido em *escritura*?

Chapadão do Bugre é mais concentrado quanto a espaço, personagens e situações que Vila dos Confins. Basicamente há duas situações acontecendo simultaneamente e apresentadas de forma intercalada ao longo do livro: a jornada de José de Arimatéia em busca de vingança e a intervenção do juiz Damasceno Soares no município de Santana do Boqueirão. Estas situações são expostas no índice do livro que as apresenta em dois quadros ordenados alternadamente: Cavaleiro e Montada – 1º, 2º e 3º –; Santana do Boqueirão – 1º e 2º –.

As ações não se desenvolvem em ordem cronológica ou lógica, em que há um antes, um durante e um depois. Pelo contrário, a situação apresentada no primeiro capítulo remete a um fato acontecido há cinco anos, e é explicada depois da chegada do juiz à Santana, aparentemente sem ligação com esta situação. Dificilmente consegue-se entender a ordem dos acontecimentos à primeira vista. A forma de estruturação do livro oferece resistência a uma leitura que não se contente com a superfície da narração.

Os três quadros dedicados a Cavaleiro e Montada referem-se à jornada de vingança de Jose de Arimatéia (Isé), iniciada cinco anos após o assassinato de Inacinho, filho do grande “coronel” da região. Arimatéia recebera instrução de só viajar à noite, seu percurso passa por três pontos de referência que são seus locais de pouso durante o dia: 1) trecho da serra do Porto até a fazendinha Pinhé do Valério Delegado; 2) retiro do Nego da Castorina; 3) rancho do Arcanjo na Barra Limpa.

A narrativa começa no Porto do Paiol Queimado, onde moravam João da Preta e Siá Preta para cuidarem da balsa e das comitivas que conduziam as boiadas para a travessia do rio. Como Arimatéia só viajava à noite, o clima que predomina em suas andanças é de frio e vento. A chuva à noite ajuda a compor um ambiente desolado, solitário e triste.

O café demorava, e José de Arimatéia começou a sentir a friagem subir-lhe pelo couro grosso das botas e empapar-lhe o reverso da capa de lã. Se no porto o tempo andava assim tirano, quanto mais depois de escalado o espigão – a ventania a galopar, solta de tudo, pelos ermos da chapada! Bem ainda que, naquela noite, ia ter casa de telha onde pousar, a conversa boa do Seu Valério Garcia, cana picada e milho à vontade para a besta... Do Pinhé para diante, porém, tirante a morada de Seu Arcanjo e a fazenda de Seu Torquato, os pousos costumavam ser a imundície dos ranchos de gente largada ao-deus-dará, mal vivendo tal qual bicho naquele abandonado fim de mundo; e ter de precisar, também sabe lá Deus quantas vezes, de ficar escondido o dia inteiro, o pobre do animal peado no meio do mato, curtindo sede e comento de embornal... (PALMÉRIO, 1982, p.7-8).

A narrativa dá pistas da condição do personagem. Ele é um fugitivo, um bandido que precisa viver se escondendo. Diante da dureza de sua vida, José de Arimatéia lembra que nem sempre foi assim. Lembra que há cinco anos chegou à próspera fazenda de Tonho Inácio,

onde foi acolhido como dentista ambulante porque havia ali muitos colonos trabalhando nas safras de cana, de café, e cuidando do gado. Um ano depois de sua chegada foi chamado pelo fazendeiro e sua mulher Dosolina para conversar. Os dois o elogiaram por ser trabalhador e cumpridor da obrigação, disseram saber de seu namoro com Maria do Carmo e lhe deram permissão para se casar com ela o mais rápido possível. Ajudariam em tudo, desocupariam casa da colônia, onde fariam construir seu consultório, providenciariam o enxoval da noiva.

José de Arimatéia, pego de surpresa, ficou muito agradecido aos dois. Achou mesmo que eles o tratavam como filho e se propôs a tomar as providências devidas. Uma delas era ir à fazenda Curral do Esteio, a fim de convidar Valico Ribeiro e sua mulher Siá Domingas para padrinhos do casamento. José de Arimatéia considerava o casal como seus pais, porque eles o acolheram quando vagava sem rumo pelos sertões. Ele foi enjeitado quando nasceu, criado por dois carapinas²⁶, e de novo abandonado quando um deles morreu. Passou por vários ofícios – candeeiro²⁷, boieiro²⁸ de lavoura, capinador de enxada – até receber abrigo e proteção de Seu Valico. Destacou-se por seu trabalho e zelo na execução das tarefas, por isto mereceu ficar na sede da fazenda e acompanhar, ouvir os casos e conselhos de seu benfeitor, de quem aprendeu a regra básica de obediência e respeito ao patrão. Aprendeu, com Custodinho Dentista, o ofício de dentista prático.

Comentou-se, em relação ao personagem Neca Lourenço de *Vila dos Confins*, que as normas que regem a vida em sociedade não são apenas jurídicas, mas também religiosas, morais, costumeiras de trato social, e que numa mesma situação podem incidir mais de uma delas gerando conflitos. Ora, quando José de Arimatéia vivia sob a proteção de Valico Ribeiro, as normas costumeiras e de trato social que estabilizavam as relações entre ele e o patrão resumiam-se na obediência e no respeito. Era esta a expectativa de Valico com relação aos seus subordinados, e foi por satisfazer estas condições que Arimatéia destacou-se e passou a usufruir da confiança e estima do patrão.

Em certas horas Seu Valico virava conversador; gostava de contar porção de casos que sabia, aproveitando para dar conselho. Ele se gabava de ter principiado a vida assim como José de Arimatéia – jogado muito cedo no mundo, sem eira nem beira, sozinho. Mas, se muito já havia padecido, aprendera também, e bastante; a regra principal para quem desejava prosperar na vida e merecer a estima alheia – Seu Valico sempre repetia – era obediência ao patrão e respeito. “–Destino de vaca

²⁶ O ofício de carapina é relacionado no livro à atividade de derrubar árvore, lavrar, serrar e aparelhar a madeira para a confecção de objetos. A especialidade do Seu Joaquinção Carapina era a construção de carros-de-bois. O narrador ao descrever a maestria do carapina demonstra seu conhecimento detalhado das mínimas peças que compõe esse importante meio de transporte usado nas fazendas mineiras.

²⁷ No vocabulário regionalista, diz respeito à pessoa que vai à frente de um carro-de-boi.

²⁸ Aquele que auxilia na guia dos bois na realização das lavras da terra.

maninha é cutelo” – explicava; por isso é que empregado encostador e revoltoso, mais amante de agradar à companheirada vadia sem préstimo do que acatar e bem servir ao patrão – camarada assim descompreendido e baldoso não podia mesmo receber, em aperto de precisão, simpatia e mão-de-ajuda. (PALMÉRIO, 1982, p.26).

O bom comportamento de Arimatéia despertou no moço a expectativa de prosperidade e de estima. Se ele obedecia à regra, merecia ser tratado como Seu Custodinho Dentista: dormir na casa da sede, comer na mesa com o patrão e Siá Domingas, ganhar por dia de serviço o que um peão levava um mês de “suada labuta” para ganhar, ter um meio de vida que dependesse de inclinação e capricho que não lhe faltavam. A “mão-de-ajuda” do patrão satisfaz a expectativa do empregado e Arimatéia aprende o ofício de dentista prático e uma regra de comportamento que funciona na prática. Seu comportamento não muda na fazenda de Tonho Inácio, por isto colhe bons frutos: freguesia numerosa, e mula Camurça, e afinal a atenção dos patrões a criar todas as facilidades para o seu casamento com Maria do Carmo. Restava-lhe, pois ampliar suas expectativas, planejando a aquisição de um sítiozinho seu onde pudesse mandar e desmandar.

A caminho da fazenda de Valico, José Arimatéia foi pego por temporal que tornou impossível cruzar o rio, voltou então e resolveu fazer surpresa para a noiva e roubar-lhe um beijo. Mas o surpreendido foi ele ao flagrar Maria do Carmo no paiol tendo relações sexuais com Inacinho, filho de Tonho Inácio. Tomado de violenta emoção José de Arimatéia, abriu a cabeça de Inacinho com um machado e perseguiu Maria do Carmo para dar-lhe o mesmo fim. Ela, no entanto, conseguiu esconder-se muito bem. O dentista voltou ao paiol, recolheu mantimento e fugiu.

Toda a experiência da ordem social que José de Arimatéia possuía, dependia da conformação das expectativas advinda do conhecimento dos critérios de ordenação em relação ao comportamento das outras pessoas, ou seja, dependia das pessoas se comportarem conforme o esperado. Mas, afirma Dias (2008), que o comportamento humano é intrinsecamente imprevisível. A variedade de fatores que influenciam na conduta concreta de um indivíduo é tão grande que, na falta de um esquema redutor dessas possibilidades, torna-se impossível ter qualquer expectativa sobre sua conduta numa dada situação. A complexidade das relações comportamentais leva à seleção de algumas condutas como atualizáveis e outras não atualizáveis.

O que Arimatéia sentiu ao ver Maria do Carmo e o filho do coronel juntos, foi uma tremenda decepção; aquela traição ia contra as expectativas que alimentava com seu bom comportamento. Ele viu-se no centro da contingência, totalmente inseguro porque a certeza de

prosperidade e estima, transformou-se em uma dúvida terrível: ele já não sabia o que esperar do outro. Ou melhor, Maria do Carmo e o filho do coronel ameaçavam com seu comportamento imprevisível toda a estrutura de vida de Arimatéia, e ele reagiu com a violência proporcional à esta destruição.

O assassinato de Inacinho pôs em evidência a frágil ordem que reinava no Chapadão do Bugre. O espaço se dividiu em quem apoiava Tonho Inácio e estava disposto a entregar o criminoso vivo ou morto, e aqueles que estavam contra ele. Valico Ribeiro foi morto por dar cobertura a José de Arimatéia; o mesmo aconteceu com Damastor, filho do capataz de Valico, que se recusou a dizer o paradeiro de Arimatéia, de quem era amigo. Rastrear Arimatéia ficou a cargo de Persilva, exímio decifrador dos sinais deixados por aqueles que perseguia. Se Arimatéia não houvesse recorrido à proteção do Coronel Américo Barbosa (Coronel Americão), na fazenda Sassafrás certamente seria capturado por Persilva.

Sob a proteção de Américo Batista, José de Arimatéia compôs o grupo que matou os assassinos de Valério e Damastor. Ferido, recuperou-se na Sassafráz onde prestou fidelidade a Americão, sob a condição de ser liberado para completar sua vingança contra Tonho Inácio e Maria do Carmo. Como empregado do coronel tinha trânsito na cidade de Santana do Boqueirão, na fazenda Sassafrás, nos ranchos e retiros de protegidos do coronel. A cidade de Campanário, a fazenda do Capão do Cedro, assim como os espaços ocupados por aliados dos Inácios eram-lhe interditados.

José de Arimatéia levou três dias e três noites para ir da Sassafráz ao rancho do Arcanjo, aí recebeu recado que Eulálio esperava por ele na fazenda do Bugre onde morava Torquato. A novidade era que Dosolina se acidentou e foi se tratar no Campanário acompanhada do marido. Nesta mesma cidade, escondia-se Maria do Carmo. Torquato despachou Eulálio e arquitetou o plano para José de Arimatéia ficar escondido na casa de Cirilo, homem de sua absoluta confiança, no Campanário, estudar a região e determinar a forma como mataria Tonho Inácio. Tudo planejado em detalhes, José de Arimatéia matou Tonho Inácio que estava cercado de parentes na sala do seu sobrado. A fuga incluía nova passagem pelo rancho de Arcanjo que seguiu com ele até as Três Cruzes onde foram mortos pela Captura.

Os Destacamentos Especiais de Captura do Estado, subordinados diretamente à Secretaria do Interior e Justiça, gozavam de muita independência, conforme afirmação do juiz Damasceno Soares. Agiam quase sempre de surpresa e com rapidez. Compunham tais destacamentos homens de destacada valentia, muitos deles antigos criminosos e jagunços temidos. Quando eram capturados vivos e demonstravam astúcia e sangue-frio capaz de

provocar admiração aos comandantes, sentavam praça, recebiam armas, montaria e o perdão dos seus crimes anteriores se revelassem disposição para se submeter à disciplina exigida para o serviço da Lei e sob sua proteção. Do ponto de vista do juiz, os “regenerados delinquentes” conseguiam fazer uma bonita carreira, quando escapavam dos perigos inerentes a sua vida arriscada. O Capitão Eucaristo Rosa comandava o Segundo Destacamento formado por trinta e cinco soldados, inclusive o Capitão Eucaristo e seu ordenança, guarda-costas e confidente o Sargento Hermenegildo.

Os detalhes sobre a composição dos destacamentos de Captura fornecem indícios sobre o tempo em que se passam os acontecimentos narrados no livro. Tempo este de superposição do poder privado e do poder público. Os coronéis mantêm sua influência gradativamente enfraquecida nos municípios, graças a troca de interesses com o poder público que se fortalece. O poder público conserva as ruínas do poder agrário e local, porque precisa dos votos da população rural para eleger os candidatos do regime representativo. A centralização do poder não significa ruptura com a ordem anterior, mas apropriação dos arranjos sociais antigos no seio das instituições.

Assim a transformação dos jagunços em soldados consiste em equipá-los com armas, montaria, o perdão dos crimes cometidos e a dupla vinculação à Lei que passam a defender e que tutela suas ações. Ora a Lei é criação humana, serve aos interesses dos grupos que tem o poder de editá-las e de impor o seu cumprimento. Os legisladores se faziam na sociedade que perpetuava o mandonismo, o filhotismo, a manipulação das eleições e a ineficiência da administração pública. A Lei não tinha como finalidade estabilizar os comportamentos visando o bem comum, então o modo de agir dos soldados era igual ao dos jagunços que perseguiam.

Quando José de Arimatéia deixou o rancho do Arcanjo, chegou a Captura. Como não encontraram o dentista, ameaçaram matar Siá Tuta, esposa de Arcanjo, caso ele não contasse o paradeiro de José de Arimatéia. Prometeram que levariam o moço preso para ser julgado em Santana do Boqueirão. Arcanjo consolou-se, pensando que naquela cidade o moço estaria sobre a proteção do coronel Americão. Melhor isto que ser emboscado e morto pelo caminho. Mas a Captura seguia ordens do juiz Damasceno e do capitão Eucaristo, enviados com carta branca do governador a fim de moralizar a cidade. Para os fins a que se propunha, o juiz considerava que o coronel Americão e seus coligados, transformaram Santana do Boqueirão em antro de bandidos, jogatina e prostituição. José de Arimatéia era um dos bandidos procurados. A intervenção no município era uma missão de extermínio.

No chapadão, dividido por crimes e desejos de vingança, seria a ambiguidade um traço unificador dos personagens? Escolhemos José de Arimatéia, o coronel Américo Barbosa e o juiz Damasceno como objetos de nossa análise.

3.2.1. *José de Arimatéia*

O personagem a quem o narrador dedica mais espaço da história é José de Arimatéia. Colhido entre os excluídos e enjeitados do sertão, o moço, quando acolhido e valorizado, revela-se um trabalhador dedicado, fiel, curioso e apto a exercer uma profissão limpa, prestigiosa e nem tão pesada como os duros ofícios que experimentara, como capinar de enxada. Outro qualificativo do personagem é sua capacidade de ver além das aparências e investir naquilo que acreditava. Tal característica vale para sua relação com a mula Camurça e com a noiva Maria do Carmo.

Camurça chegou ao Capão do Cedro junto com os burros do mascate. O que aparecia dela não chamava a atenção: estava meio aguada, mancava muito, era desconfiada e triste. Não valia grande coisa, por isto José de Arimatéia conseguiu comprá-la. Foi fácil revelar o que estava encoberto sob o desmazelo do animal: o dentista arrancou a ferpa responsável pela manqueira, e desinfetou a ferida com azeite fervendo; alimentou-a bem e a deixou sossegada, solta no pasto, durante um mês. Depois de bem cuidada e de domada, a mula despertava a cobiça inclusive de Tonho Inácio, que viva querendo comprá-la. Camurça era a melhor amiga de Arimatéia, cuidava do dono em retribuição ao modo como ele também cuidava dela.

Mas Camurça suportava com resignação aqueles sacrifícios. Era um animal agradecido: se acostumara com o dono, gostava dele, reconhecia a bondade, a estima dele para com ela. Se, às vezes, se lembrava dos primeiros e duros tempos de ensino – da apertada disciplina e até mesmo de uma ou outra judiação – Camurça não se esquecia porém dos agrados que recebia: depois dos primeiros acertos, o patrão vinha prostrar-se com ela, olhava-lhe os calos-de-sangue do freio, curava-lhe as dores do lombo e queimação das virilhas. Ele, homem seco com os outros, reservado no falar, com ela até que demudava: quando lhe tosava a crina ou lhe escovava o pêlo, era sempre conversando. (PALMÉRIO, 1982, p.259).

Com Maria do Carmo a situação se repetiu. Vivendo sob os cuidados de Tonho Inácio, a moça inspirou pena em José de Arimatéia: as unhas sujas e roídas, o ouvido cheio de cera, o pescoço grosso de sujeira, muitos dentes com começo de cárie e as gengivas escuras. Com jeito e paciência o dentista a ensinou a lavar os dentes com a mistura de pó-de-carvão, sal e bicarbonato que preparou para ela; a gargarejar com hortelã pimenta; a desembaraçar e tratar

dos cabelos para que ficassem limpos e brilhantes. Maria do Carmo respondeu bem aos ensinamentos, foi-se modificando, aprendendo sozinha a tomar banho todos os dias, misturando malva e manjerição na água morna para se perfumar. Uma vez transformada, também ela se tornou cobiçada pelo filho do fazendeiro, depois pelo juiz Damasceno.

José de Arimatéia não foi tratado da mesma forma com que tratava as pessoas. “Moço de boa fé”, tentaram enganá-lo para encobrir o caso de Inacinho com Maria do Carmo. Destruido seu sonho de uma vida respeitável ao lado da mulher amada, matou seu rival e a teria matado também. Despertou a violência que jazia encoberta e teve de transformar-se no bandido foragido e depois no assassino calculista. Nenhum nobre propósito motivava suas jornadas nas noites geladas da chapada além do desejo de vingança.

3.2.2. *Coronel Américo Barbosa*

O coronel Américo Barbosa descendia da rica família dos fundadores de Santana do Boqueirão. O mando do lugar sempre esteve nas mãos dos Barbosa que se orgulhavam de seu prestígio e influência na cidade e redondezas. Americão investia na cidade, a maior e mais desenvolvida da região do Bugre, fazendo construir ali escola, estação de trem, cemitério novo; o calçamento das ruas estava em andamento; havia água encanada, esgoto e luz elétrica. Comércio, jornal, clube, banda de música no Largo das Mercês constituíam-se em mostras da prosperidade material do município.

O coronel cuidava também dos foragidos. Dava-lhes proteção, trabalho em sua fazenda, ou no processo eleitoral. Permitia o jogo e a prostituição porque geravam divisas para financiar as eleições que precisa ganhar para manter-se no poder. Alugava seus cabos eleitorais como matadores, porque precisava mantê-los ativos no intervalo das eleições. Quando seus jagunços envelheciam, providenciava um lugar onde pudessem chegar com tranquilidade ao fim da vida. Lico da Isoldina, por exemplo, ofereceu-se como matador de aluguel. Carregava tanto mortes nas costas, quanto tiros recebidos no corpo. Precisando de descanso, recebeu uma última missão depois se afastava daquela vida.

Executada a tarefa, que encostasse, de uma vez para sempre, revólver, punhal-faca, a carabina. Fosse cuidar de mais maneira ocupação, sossegar de vida. As pessoas chegavam a certa idade – Seu Americão explicava – tinham de reconhecer: o coração baqueava, a vista nunca que seguia sendo a mesma, até os ouvidos, o próprio faro principiava a lerdar. Se retirasse enquanto era tempo – o patrão aconselhava muito – se aposentasse. E, logo havia o Lico regressado de Campo

Raso, depois de ter acabado com o tal doutor jurado pelos mandões do lugar – Seu Americão cumpria o prometido: a casa boa onde a família do empregado sempre havia morado de graça – a escritura dela mandada passar em cartório por Seu Americão já em nome dos filhos do Lico da Isoldina; e determinara também o patrão que entregassem ao Lico um dos melhores pontos de Santana do Boqueirão – o chalé de bicho e loteria da esquina do Correio. (PALMÉRIO, 1982, p.248).

A derrota do seu candidato na convenção do partido, seguida da chegada do juiz Damasceno, do capitão Eucaristo e do destacamento da Captura representaram uma séria ameaça à sua hegemonia. O juiz vociferava contra os bandidos circulando soltos e armados pelas ruas da cidade, contra o jogo e a prostituição que corriam soltos, contra os inúmeros processos engavetados. Medidas urgentes eram necessárias para acalmar o ímpeto moralista do juiz. Reunido o diretório municipal, composto de seus apadrinhados, seu guarda-livros Clodulfo e o filho Tancredo Barbosa, exteriorizou-se o medo diante das ações já tomadas pelo juiz em outros municípios. As soluções para o grave impasse envolviam a troca de lado no jogo eleitoral, a oferta de dinheiro e outros privilégios ao juiz, humilhar-se, entregar alguns bandidos para serem presos ou mortos.

Embora o coronel se negasse à maioria destas medidas, era convencido da sua necessidade. Fazer alguns sacrifícios para que o juiz se desse por satisfeito e deixasse a cidade era restabelecer o estado normal da vida no lugar. Um deles consistia em romper com o Dr. Ataulfo para agradar o Dr. Figueiredo. O dilema residia em lidar com o Dr. Figueiredo conhecido por seus processos traiçoeiros e as rasteiras que aplicava em que atrapalhava o seu caminho. A escolha estava entre trair o amigo Dr. Ataulfo ou ser humilhado em público pela Captura. Afinal o coronel se decide.

– Explicar o quê? ‘ocê está doido, Tancredinho? Aí e que não, Deus me livre... aí é que tudo ficaria muito mais pior Se é para se topar essa cachorrada com o Dr. Ataulfo, então que, pelo menos, a gente saiba fazer ela como se deve: é romper publicamente com o Dr. Ataulfo, e deixar ele na ilusão de que abandonamos ele mesmo... (PALMÉRIO, 1982, p.169).

A riqueza, o poder e o prestígio do coronel mostram-se muito frágeis diante da violência e intimidação que o juiz e sua equipe têm permissão legal para empregar, e empregam, atraindo os coronéis para a reunião no fórum onde são assassinados. Nos jogos de influência políticos os coronéis precisavam arriscar e torcer para que suas fichas fossem depositadas sempre no vencedor.

3.2.3. Juiz Damasceno

O juiz Damasceno era o legítimo representante do governo atuando no sertão do Bugre. Mostrava uma feição pública louvável: empenhava toda a sua energia no combate aos desmandos dos chefes locais, apesar de sua saúde frágil; declarava-se religioso e, de fato, frequentava as missas; não bebia; consumia parte de suas noites analisando processos e determinando com o Capitão as providências a serem tomadas para integrar o sertão na ordem central.

– ... e depois – continuava o Dr. Damasceno –, o Presidente do Estado, o Dr. Figueiredo de Mendonça, é homem devoto, religioso. Quer acabar com a jogatina, inclusive. Fechar o bicho, as casas de jogo bancado... Nesse outro ponto, ele vai também contar comigo, que não escondo minha fé e os meus princípios. Em Santana do Boqueirão, não preciso lhes dizer: é chalé-de-bicho por todo canto, dois cabarés com roleta e outras roubalheira funcionando às barbas das autoridades – sim senhores, em pleno Largo das Mercês, em frente ao Fórum! – pensão-de-mulher se abrindo uma atrás de outra. As famílias reclamam, a cidade vai ganhando nome cada vez pior; o Frade-Mestre do Colégio veio outro dia a mim para se queixar, e coberto de razão: uma noite dessa foram pegar dois rapazolas fugidos do dormitório do internado... o senhor sabe onde, meu caro Dr. Tancredo Barbosa? Um deles tomando cerveja no bordel de uma tal Ambrosina, o outro rondando mesa de jogo no cabaré da Carvalhosa! (PALMÉRIO, 1982, p.149).

Os métodos da Captura misturavam sofrimento e humilhação, por isto eram considerados eficientes. Clodulfo foi preso e quase mergulhado em barris cheios de fezes. Confessou tudo sobre o esquema de matadores de aluguel. O olheiro do coronel, Quincota, passou o dia sentado sem calças sobre uma pedra de gelo. O jornalista recebeu voz de prisão na zona, sendo conduzido por entre a multidão debaixo de humilhações e insultos. Atemorizava-se a população de Santana do Boqueirão, explicitando-se que o poder mudava para a alçada da Lei. O juiz mal continha a alegria de livrar-se do coronel e de José de Arimatéia que impediam a realização do seu sonho de instalar Maria do Carmo na cidade bem ao seu alcance, mas encoberto das fofocas, que podiam manchar sua reputação.

Por isso que o atraía a solidão do quartinho lá em cima. Não apenas se isolava da convivência inútil com as pessoas do lugar, como podia beber demorada e tranquilamente, sem prejuízo de sua reputação e autoridade. Beber e sonhar: recordava-se, com gostava de fazer; ordenando os dias, recapitulando, um por um, do primeiro ao último, seus encontros com Maria do Carmo. E tanto se acostumara a revivê-los, que nada deixava de ressurgir – palavra ou pormenor nenhum – daqueles derradeiros meses vividos em Campanário. Tudo nítido como se presente – real como se ela estivesse ali ao lado. Ele a invocava, Maria do Carmo vinha. (PALMÉRIO, 1982, p.345).

A troca do poder e do mando dos coronéis, pela autoridade dos representantes da Lei sem outro propósito que satisfazer os interesses pessoais, podia exterminar desafetos e impor algum tipo de ordem pelo temor, mas não resolvia o problema das populações abandonadas à própria sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de *Vila dos Confins* e de *Chapadão do Bugre* de Mário Palmério permite dizer que o autor demonstra uma visão pessimista sobre as classes dirigentes do país, notadamente de sua região de origem: o Sertão mineiro. O ambiente selecionado para sediar a discussão sobre o atraso *versus* desenvolvimento é o sertão que corresponde às regiões entre o Triângulo Mineiro e o Norte de Minas.

Neste ambiente, confrontam-se o poder descentralizado dos coronéis e o poder central representado pelo governador e seus assessores. As duas esferas de poder são apresentadas em estreita relação, cada uma buscando tirar o máximo proveito da outra.

As personagens são construídas, de modo geral, com duas faces. Nos detentores do poder, esta ambivalência entre o discurso e as ações, encobre o desejo de permanecer no mando, usando a indefinição como mecanismo de adaptar-se às situações, revertendo-as em benefício próprio. No povo, coexiste a resistência às condições adversas com explosões de violência. Acontece que as mudanças não melhoram em nada suas condições de vida. Nem poderiam, pois para isto é necessário investir, compartilhar riquezas; enquanto a ordem reinante na elite era de acumular.

A violência responde pela falta de projeto das elites governantes. Nos regimes representativos a união dos cidadãos é construída em torno da crença em um estado de bem estar social, em que as oportunidades são disponibilizadas igualmente. A história brasileira computa longos períodos de ditadura, em que as oposições foram duramente reprimidas em nome da ordem. O povo em nome do qual todo o poder deve ser exercido, como rezam as constituições democráticas, só é computado quantitativamente pelo número de votos que representam.

Mário Palmério se insere na linhagem dos escritores modernos que abordam seu temas de forma crítica. A realidade social de um país em transição de uma organização agrária pré-capitalista para uma organização urbana e industrial fornece o tema aos romances. A necessidade de inserir o país no rol dos países desenvolvidos dá o tom dos discursos políticos a partir dos anos 1930 e ao longo da era Vargas. Juscelino Kubitschek abraça a meta da industrialização acelerada como direção segura rumo ao progresso almejado nos anos 1955. A tão desejada modernização do país esbarrava na sua vastidão territorial, e nos grandes vazios pouco produtivos, mal integrados no poder central. Estes vazios, denominados

genericamente de sertão, foram escolhidos como causa do atraso do país, reduto de bandidos e desordeiros que colocavam em risco a unidade nacional.

Juscelino fez da mudança da capital do Rio de Janeiro para o planalto central a meta-síntese de seu governo. As primeiras obras – o Catetinho, residência presidencial provisória, e o aeroporto – foram construídas em Brasília em 1956, ano em que Mário Palmério publicou *Vila dos Confins*. Impulsionava estas determinações de conquistar o interior, além de outros fatores, a visão de que natureza e civilização eram pares opostos. Se, por um lado, exaltava-se a excelência dos ares, do clima, da paisagem do local escolhido para a construção da capital, por outro lado reforçava-se a necessidade de transformar estes sítios quase paradisíacos para que o progresso pudesse “redimir” o sertão.

Há quatro séculos o Brasil se adentra para este arremesso decisivo contra a vastidão inexplorada e solitária de nossos **sertões**. Brasília não poderia ter nascido antes: as circunstâncias não o teriam permitido. Devia nascer precisamente agora, como nasceu, porque os recursos da técnica, os modernos inventos hoje asseguram ao espírito pioneiro da nossa raça os instrumentos que antes lhes faltavam. Se não surgisse nesta hora, em que a nação se vê psicologicamente preparada para o grande passo e encontra meios de realizá-lo se continuasse a ser procrastinada, como um sonho utópico, a nossa geração teria sido, com justiça, acusada de inépcia: a nossa geração teria falhado e retardado, criminosamente, a marcha ascensional deste país. (KUBITSCHKE, 1959 *apud* GOMES, 2008, p.162). (grifo meu)

Ana Lúcia Gomes (2008) registra a oposição natureza x civilização na obra do inglês Henry Thomas Buckle que desempenhou significativa influência sobre vários intelectuais brasileiros. Buckle fala da vegetação “fecunda e vigorosa”, fala dos pássaros de “deslumbrantes plumagens”, da “miríade de insetos”, cobras e lagartos, do gado selvagem que engorda nas “esplêndidas pastagens” dos “prados enormes”, dos “ferozes e astutos animais” que se alimentam uns dos outros nas planícies. (BUCKLE *apud* GOMES, 2008, p.275-6). Enfim, pinta uma paisagem de tal exuberância, como se a natureza brasileira fosse um depósito inextinguível de formas da flora e da fauna. Mas, nesta natureza não há lugar para o homem.

Tais são a efusão e abundância vital que distinguem o Brasil entre todos os países do mundo. Porém, no meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. Tão formidáveis são as forças que se opõem que nunca pôde fazer-lhes frente, ou resistir a sua imensa pressão. Todo Brasil, apesar das grandes vantagens que parece possuir, tem permanecido sem a menor civilização. Seus habitantes são selvagens errantes, incapazes de combater os obstáculos que a própria riqueza da natureza espalhou em seu caminho [...] O povo, ignorante, e por isto brutal, não conhecendo sujeição nem lei, continua a viver no seio da inveterada barbárie. Nesse país são ativas as causas físicas e operam sobre tão grande escala, que tem sido impossível até hoje escapar aos efeitos de sua ação combinada. Os progressos da agricultura são retardados por impenetráveis matas, e as colheitas destruídas por inumeráveis insetos. As

montanhas, demasiado altas para serem escaladas, os rios muito largos para serem atravessados em pontes, tudo isso se reúne para deter o espírito humano, assim que a energia da natureza embaraça o gênio do homem. (BUCKLE, 1900 *apud* GOMES, 2008, p.276).

A concepção da natureza como força a ser vencida para dar lugar à civilização e ao progresso está presente nas reportagens, nos pronunciamentos de políticos, nos relatórios dos sanitaristas, na fala do presidente JK: “enfrentando grandes inimigos do Brasil, sobretudo a distância. Estamos enfrentando as florestas e os rios caudalosos para dominá-los e pô-los a serviço da pátria” (GOMES, 2008, p.277).

Levar o progresso ao sertão continuou a fazer parte das ações tanto dos governos estaduais quanto do federal. Nesta linha, o Governo Estadual lançou o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados) que atendeu as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, entre outras. O PADO (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) funcionou, com o PCI, como ponto de partida para a instalação dos PND (Planos Nacionais de Desenvolvimento) pelo Governo Federal. O II PND, implementado no período da ditadura militar entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, foi também impulsionado pelo advento da Revolução Verde. Estes planos lançaram medidas que tinham como objetivo colonizar e desenvolver as áreas de cerrado. O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) atendeu áreas do cerrado mineiro, de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, enquanto o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) abarcou uma área de cerca de 70.000 ha. (PESSÔA, 1988).

Nesse contexto, o sertão, lugar sem existência empírica, só existe a partir da alteridade, quando contraposto à noção de *não-sertão* – adquirindo uma identidade pela ausência, a partir de sua antípoda (o não-sertão), que, em grande parte do pensamento social brasileiro, foi identificado sob a condição genérica de *litoral*. Dotado de positividade, o não-sertão atribui aos espaços sertanejos uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, tencionando transformá-lo, de superá-lo.

Muito antes das lideranças políticas voltarem sua atenção para o interior do país, os escritores já o haviam incorporado como tema de suas narrativas. Das florestas vieram os índios que acima de qualquer outro aspecto da terra nova prenderam a atenção de Pero Vaz de Caminha. Flora e fauna brasileira são metamorfoseados nas bucólicas paisagens européias para compor o cenário de amor dos pastores e suas musas e incorporá-los na tradição literária. Nas imensidões pouco exploradas do país, viviam os índios heróicos de José de Alencar, seus destemidos sertanejos. As margens dos rios que cortavam terras longínquas, no sopé das

montanhas majestosas os garimpeiros buscavam a sorte grande, em forma de ouro ou diamante, que tornaria seus sonhos de amor e prosperidade realidade.

No sertão baiano se reúne um povo, ao mesmo tempo miserável e dotado da força de Hércules, sob a liderança de um visionário que desafia padres, polícias, destacamentos militares para defender seu Monte Santo. Sob a inclemência do sol, resiste à seca a família de Fabiano e Sinhá Vitória, tocados de fazenda em fazenda, explorados, abandonados, animalizados, até não lhes restar opção a não ser se retirarem para uma cidade grande onde talvez tivessem algum futuro.

Desde o descobrimento do Brasil, as imensas terras do interior eram habitadas, mas estas populações só interessavam ao colonizador na medida em que pudessem ser exploradas e manipuladas como objetos a que se impõem uma ordem, sem que ela possa ser questionada ou mudada. E os índios resistiram, rebelaram-se, tribos foram usadas umas contra as outras. A ferocidade dos índios foi transformada em mito, enquanto durou a corrida do ouro, para manter os aventureiros longe das riquezas destinadas à metrópole. Os núcleos de produção de cana-de-açúcar, os fazendeiros e vaqueiros que viviam da criação extensiva do gado, os agricultores que abasteciam os arraiais e vilas no interior do país não se adequavam ao sistema capitalista voltado para os grandes lucros. Entretanto os escritores legaram o registro da coragem desses desbravadores que por sua conta e risco enfrentavam todo tipo de diversidade para lançar as bases do povoamento de que mais tarde se apropriariam as elites.

Mário Palmério, por intermédio dos narradores de *Vila dos Confins* e de *Chapadão do Bugre* não idealiza as condições de vida dos sertanejos. Ele descreve a diversidade dos arranjos sociais criados pela imposição do poder das oligarquias rurais. No sertão dos Confins, o espaço se divide entre os habitantes miseráveis do arraial do Carrapato, onde a maleita ainda deforma ou mata suas vítimas; entre pequenos comerciantes, jagunços, famílias tradicionais de proprietários rurais e novos proprietários, garimpeiros e caboclos totalmente inúteis. Chico Belo detém o mando do lugar, tomando pela força o que deseja. A realização da primeira eleição para prefeito, e sua candidatura só fazem aumentar o seu poder, antes apenas local, agora para as esferas do poder público, com quem contrai aliança num jogo de proveitos em que a posse de poder e de dinheiro estabelece relações de igualdade entre as partes, e de verticalidade para com o povo.

Em *Chapadão do Bugre* o narrador conduz a confrontação do dentista prático com duas ordens diversas: Valico aconselha obediência e respeito aos patrões como meio de prosperar e ser estimado e ganha a confiança do empregado ao premiar seu bom comportamento; Tonho Inácio emprega o dentista em sua fazenda, sem explicitar o

comportamento que espera dele, nem explicar-lhe os critérios pelo qual pauta seu próprio comportamento. Quando tenta usar o empregado para ocultar o caso do filho com Maria do Carmo, e quando José de Arimatéia vê que era traído, ocorre sua quebra de confiança na regra pela qual se guiava, seu comportamento se modifica: ele mata em auto-defesa, tentando se proteger de situações como esta. O narrador, entretanto, conduz o leitor a admitir que a relação entre patrão e empregado se dá de cima para baixo (vertical), mas que nem todo proprietário de terra é desonesto.

O livro cria também a confrontação entre a ordem do coronel Americão que mandava e desmandava na cidade de Santana do Boqueirão, na fazenda Sassafrás e adjacências, e a ordem emanada da esfera estadual do poder público, arquitetada pelo juiz e levada a cabo pelo destacamento da Captura. Que o coronel mantenha os cabos eleitorais como assassinos de aluguel é até aceitável pelo critério de ordem que estrutura as relações sociais com base na força. Mas que o juiz jogue o governador contra os líderes locais, minta, mantenha um comportamento público e outro privado e tudo para satisfazer seu desejo pessoal, conduz à quebra da confiança na justiça que o juiz deveria distribuir. Então o coronel com seus jagunços e seu aluguel de assassinos não é diferente do juiz.

Este tipo de desmascaramento desenvolvido no livro, por um lado, veicula uma crítica direta às instituições públicas e, de certa forma, explica a instabilidade social que expôs o país a contínuas tentativas de golpes. Por outro lado, pinta um futuro sem esperança de solução para os problemas nacionais. A existência de conflitos sem superação é da responsabilidade do Estado, a quem compete a manutenção da ordem social. A ineficácia do governo em manter a ordem sinaliza a desordem e a desagregação social. A troca da ordem privada imposta pelos coronéis pela ordem pública – na qual a norma jurídica é superior a qualquer outra forma de ordenamento – imposta pela administração pública não muda em nada as relações dos governados com seus governantes.

Pode-se dizer que o elemento estruturante dos livros *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre* é o par ordem *versus* desordem. Palmério escolheu desenvolver as peripécias desenvolvidas nos dois livros, a partir de narradores em terceira pessoa, que vêem tudo, sabem o que pensam e sentem os personagens, mas não se confundem com eles. São narradores observadores, por isto para aproximar-se de sua visão de mundo (que pode ou não ser a visão de mundo do autor) é necessária uma leitura que vá além das aparências, em busca das pistas e indícios elaboradas como peças de um quebra cabeças. A montagem destas peças, ou seja, a visão das obras prontas, depois de analisadas as articulações dos componentes, capacita o leitor a entender seu sentido.

Realizamos nesta pesquisa a análise dos livros de Palmério à luz das circunstâncias pessoais do autor, de sua inserção na classe política e intelectual, e no contexto histórico do Brasil, privilegiando as mudanças ocorridas a partir da Proclamação da República, com ênfase na Era Vargas e na presidência de Juscelino Kubitschek, mas considerando o processo de dominação burguesa que se radicalizou com o golpe militar de 1964, e sob o impacto do qual Palmério escreveu *Chapadão do Bugre* (1965).

Voltando a atenção para a vida do autor, recordamos seu nascimento na pequena cidade do interior de Minas Gerais, mais especificamente da região do Triângulo Mineiro, Monte Carmelo. Embora não negue sua terra natal, Palmério escolheu Uberaba como sua terra de realizações, e foi ali que deu vazão ao seu temperamento empreendedor, antenado com as riquezas que os investimentos na melhoria da qualidade do rebanho brasileiro, graças à importação do gado zebu, colocariam em circulação. A prosperidade material que animava a cidade era só uma parte de um verdadeiro processo de desenvolvimento. Palmério percebeu que as elites econômicas buscariam educar seus filhos para administrar seus bens e para integrar-se às esferas decisórias do país. Sem dúvida influenciou nesta escolha seu nascimento em família de imigrantes italianos, e as lições aprendidas com seu pai – engenheiro civil, advogado, jornalista e juiz de direito –. Palmério contou com o privilégio do conhecimento em seu berço natal, e o guardou como valor ao longo da vida, investindo na educação toda a sua vida.

A participação na vida política do país, nos três mandatos de deputado federal, pode ser relacionada a este histórico de vida e ao seu temperamento empreendedor. Palmério aceitava desafios, e, investido na função mostrou-se um político comprometido com a região buscando soluções para problemas que sufocavam os trabalhadores, conforme o perfil do político atuante que traçou em seus discursos. Palmério era favorável ao progresso, mas via sucederem-se governos e propostas políticas que não alteravam a estrutura social do Triângulo Mineiro, tão pródigo em recursos naturais, passagem obrigatório entre o litoral (Rio de Janeiro, São Paulo) e o interior goiano.

Os discursos oficiais falavam em civilização, em progresso, em integrar o interior, mas o que se vivenciava no dia a dia dos municípios, conforme denúncias de membros de sua base eleitoral, era a exploração do trabalhador rural, a falta de remédios para combater a malária que incapacitava a população para atividades produtivas, a cobrança de impostos exorbitantes sobre a circulação dos produtos agrícolas, a falta de médicos e dentistas mesmo nos municípios maiores como Uberlândia e Uberaba. Palmério presenciava este estado de coisas, ouvia as reivindicações sociais e via estas aspirações por melhoramentos reais serem

reprimidos pela força policial, e sob a alegação de que as manifestações populares eram manobras comunistas que ameaçavam a integridade territorial e comprometiam o progresso desejado pelo povo.

A literatura se coloca como alternativa para Mário Palmério. Ela lhe abria portas restritas ao empresário e ao político. Apesar de não haver notícias de suas preferências literárias, ele submete seu livro de estréia *Vila dos Confins* a apreciação de Raquel de Queiroz, escritora regionalista empenhada em questionar as contradições entre o discurso e a atuação política. No mesmo livro, Palmério faz da representação do *Sertão* de Euclides da Cunha, o pano de fundo para o assassinato de Valério Garcia. Tais pistas permitem ver uma filiação aos escritores seus pares na eleição do sertão como locus para compreender a realidade nacional.

Mário Palmério amava o sertão. Relacionava-se com a região do Triângulo não como o político paraquedista que cai nos lugares por ocasião das eleições e depois desaparece. Pelo contrário, ele demonstra um profundo conhecimento da flora, da fauna, dos hábitos, dos alimentos. Neste ponto não há como separar o autor (Palmério) dos narradores que cria para conduzir as histórias. A fonte de informações para a construção de quadros tão minuciosos e tão vivos sobre a vida no sertão é Mário Palmério. Ele amava o luar, as pescarias e caçadas, a prosa regada a pinga ou a café, o peixe e o leitão preparados à moda mineira. Amava o asseio com que moradores dos confins mantinham seus ranchos, a lida sem fim dos fazendeiros, a vida aventureira dos garimpeiros, a fartura das velhas fazendas, as andanças do mascates, os sertanejos que sonhavam construir com seu trabalho para chamar de seu. Mas esta era só uma face do sertão, a melhor e que era privilégio de bem poucos.

O lado negro e feio do sertão mantinha na extrema pobreza e na ignorância a maioria da população. Era o lado das terras férteis mantidas por coronéis por herança assim como o poder de vida e de morte sobre os empregados, de quem esperavam obediência cega e incondicional. Era o lado das terras pobres, em que as doenças, a falta de investimentos, a falta de perspectiva aproximava a vida das pessoas à vida dos animais. Em *Chapadão do Bugre*, Palmério faz o narrador apresentar a solução para este estado de coisas a partir do comportamento do personagem José de Arimatéia. Arimatéia era um órfão, abandonado para morrer à própria sorte (como o povo brasileiro?) que é recolhido por um fazendeiro, que também havia sido órfão, e que investe na sua educação até que ele se torne dentista prático.

Salvo pela solidariedade, José de Arimatéia passa adiante a lição. Investe na mocinha desleixada, suja, com dentes com começo de cárie e a faz desabrochar cheirosa e limpa. Investe na mula mal cuidada e abandonada, dedica seu tempo e seus conhecimentos a sua

recuperação, e ganha uma companheira para a vida e para a morte. A mocinha Maria do Carmo não retorna o investimento, ou o reaplica com o filho do fazendeiro e depois com o juiz embustido, rompe, assim, o círculo de solidariedade e de cuidado que faria a diferença no destino do sertão. José de Arimatéia é o herói problemático do Chapadão do Bugre, que dispõe de menos poderes que o cidadão comum (protegido pela lei) e por isto se torna um bandido, um jagunço, cuja trajetória de vingança acontece entre o cerco dos jagunços e dos policiais. O interessante é que este herói problemático é construído para contar com a simpatia do leitor, e, de fato, torcemos por ele durante todo o livro.

Juntando afinal as peças dos quebra cabeças propostos por Mário Palmério e no rastro dos personagens a que dedica maior espaço em sua obra, podemos concluir que sua simpatia (e seu amor) estava com o povo. A pobreza, a doença, a estagnação que os governos diziam ser causa do atraso do país, eram o produto da falta de projeto político que investisse nas populações do interior, mediante reforma agrária, salários justos, possibilidade de acesso à educação e cultura, à saúde e moradia, enfim, aos direitos fundamentais dos seres humanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. **Caio 3D** – o essencial da década de 1970. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

AIDAR, Maria Aura Marques. **Os confins de Mário Palmério: História e Literatura Regional**. 2008, 219p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. Disponível em: <www.ebooks.org>. Acesso em 2010.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; BRAY, Sílvio. **Considerações sobre a influência do darwinismo social no pensamento geográfico brasileiro: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna**. Disponível em: <http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/Anselmo_Bray.pdf>. Acesso em 2011.

ASSIS, Lélia Maria Silva de. **Poder e coronelismo no oeste de Minas Gerais: a relação entre História e Literatura na obra de Mário Palmério**. 2007, 48p. Monografia (Especialização *lato sensu* em História Regional) - Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Klick, 1997. 191p. (Coleção Ler É Aprender, n.18, O Estado de S. Paulo).

BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**. Trad. Mariza Murray. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1963.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Martins, 1969.

_____. **Literatura e sociedade**. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Cláudio Manuel da. **Poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

COSTA, Frederico Lustosa da. A Guerra dos Mundos: Euclides e o Conselheiro em Canudos. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (Org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUD, 2001, p.187-195.

CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

DIAS, Caio Gracco Pinheiro. Direito e Ordem Social. **Revista Integração**, São Paulo: ano XIV, n.55, p.337-344, out./nov./dez. 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONSECA, André Azevedo da. **A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950)**. 2010, 335p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 15.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 1991.

GOLDMANN, Lucien. Materialismo Dialético e História da Literatura. In _____. **Dialética e Cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960). 2008, 351p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2008.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Geografia**. Disponível em: < <http://www.mg.gov.br>>. Acesso em 2011.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. v.2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Garimpeiro**. São Paulo: Ática, 1977.

HERMANN, Jacqueline. A Cidade do Paraíso Terrestre – O movimento sebastianista da Serra do Rodeador, Pernambuco, na primeira metade do século XIX. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (Org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUD, 2001, p.243-260.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. **Sob os signos da modernização do Brasil:** Formação territorial brasileira em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 2010, 197p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A Reforma Urbana do Rio de Janeiro no início do século: opções e escolhas a partir do debate Olavo Bilac/Lima Barreto. **Revista Geografia**, 2011. [no prelo]

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro:** história de uma ideologia. 7.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. (Coleção Dante Moreira Leite)

LE MOS, Maria Alzira Brum. Os Sertões: Modernidade e Atualidade. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração:** cem anos de Os sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ, UCAM, 1999.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. O Movimento Separatista do Triângulo Mineiro. **Revista Lutas sociais** [online], São Paulo: Neils/PUC, v.4. 1998. Disponível em: < http://www.pucsp.br/neils/downloads/v4_artigo_rogata.pdf>. Acesso em 2011.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste de Minas:** escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861). 2002, 345p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** Conceitos e Temas. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.309-352.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. In: **Terra Brasilis**. Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Rio de Janeiro. Anos III-IV, n 4-5, 2002-2003.

MEMORIAL MÁRIO PALMÉRIO. **Portal Mário Palmério da Universidade de Uberaba**. Disponível em: < <http://www.uniube.br/mariopalmerio/memorial/memorial.php>>. Acesso em 2010.

MICALI, Danilo Luiz Carlo. **Ficção, história e regionalismo em Vila dos Confins**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O sertão: um “outro” geográfico. In: _____. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: AnnaBlume, 2009. p.87-101.

_____. **Território e História no Brasil**. 3.ed. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

MOREIRA, Ruy. Ser-tões: o Universal no Regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa. In: _____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p.143-159.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920**. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

_____. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. v.5, p.195-215, jul.1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000400011>>. Acesso em 2010.

OLIVIERI, Antônio Carlos; VILLA, Marco Antônio. **Cronistas do descobrimento**. São Paulo: Ática, 2001.

PALMÉRIO, Mário. **Chapadão do Bugre**. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

_____. **Vila dos Confins**. 22.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

_____. **Vila dos Confins**. 27.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

PASTA JÚNIOR, José Antônio. O Romance de Rosa: Temas do Grande Sertão e do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP** [online], São Paulo, n.55, p.61-70, nov.1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54548192/PASTA-Jose-Antonio-O-romance-de-rosa>>. Acesso em 2011.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG)**. 1988, 239p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História**. São Paulo: Ática, 1982.

POUND, Ezra. **ABC da Literatura**. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1997.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74.ed. São Paulo: Editora Record, 1998.

SCHILLING, Voltaire. **Ascensão e Queda do Coronelismo**. Disponível em: <
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/coronelismo6.htm>>. Acesso em 2010.

SEGA, Rafael Augusto. **Ordem e Progresso**. Disponível em: <
http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/ordem_e_progresso.html>. Acesso em 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

TELES, Gilberto Mendonça. O Lu(g)ar dos Sertões. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração: cem anos de Os sertões**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

VIANA, Vivina de Assis. Graciliano Ramos. São Paulo: Abril, 1981. Coleção Literatura Comentada.

VICENTINA, Albertina. Regionalismo Literário e Sentidos do Sertão. **Sociedade e Cultura** [online], v.10, n.2, p.187-196, jul./dez.2007. Disponível em: <
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/3140>>. Acesso em 2010. ISSN: 1980-8194.

VINAUD, Naiara Cristina Azevedo. **A transformação do espaço geográfico em espaço literário, em Vila dos Confins, de Mário Palmério**. 2008, 83p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.